

RESOLUÇÃO CONSUN N° 23/2007

*Aprovar o Plano de Desenvolvimento
Institucional Gestão 2007-2016*

O Conselho Universitário - CONSUN,
em reunião ordinária realizada em 17 de
maio de 2007 deliberando sobre o
processo N° 33/07, encaminhado pela
Reitoria,

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional gestão 2007-2016,
conforme consta em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as
disposições em contrário.

São Bernardo do Campo, 17 de maio de 2007

PROF. MARCIO DE MORAES
REITOR

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

GESTÃO 2007-2016

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Apresentação | 01 |
| 1 - Perfil Institucional | 03 |
| 1.1 - Missão e valores | 03 |
| 1.1.1 - Missão | 03 |
| 1.1.2 - Visão | 03 |
| 1.1.3 - Valores essenciais | 03 |
| 1.2 - Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição | 03 |
| 1.3 - Finalidades | 04 |
| 1.4 - Objetivos e metas | 05 |
| 1.4.1 - Ensino | 06 |
| 1.4.2 - Pesquisa | 09 |
| 1.4.3 - Extensão | 10 |
| 1.4.4 - Educação a Distância | 10 |
| 1.4.5 - Processo editorial | 11 |
| 1.4.6 - Biblioteca | 11 |
| 1.4.7 - Gestão de pessoas | 12 |
| 1.4.8 - Pastoral Universitária | 13 |
| 1.4.9 - Gestão | 13 |
| 1.4.10 - Tecnologia e Informação | 14 |
| 1.4.11 - Avaliação Institucional | 14 |
| 1.5 - Áreas de atuação acadêmica | 15 |
| 1.5.1 - Ensino | 15 |
| 1.5.2 - Pesquisa | 16 |
| 1.5.3 - Extensão | 17 |
| 2 - Projeto Pedagógico Institucional | 18 |
| 2.1 - Inserção regional, nacional e internacional | 18 |
| 2.2 - Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição | 23 |
| 2.3 - Políticas de Ensino | 25 |
| 2.4 - Políticas de Pesquisa | 27 |
| 2.5 - Políticas de Extensão | 29 |
| 2.6 - Políticas de Gestão | 31 |
| 2.7 - Responsabilidade Social | 31 |
| 3 - Implementação da Instituição e Organização Acadêmica | 33 |
| 3.1 - Cronograma de implantação e desenvolvimento da Instituição | 33 |
| 3.1.1 - Programação de abertura de cursos de Graduação, Tecnólogos e Seqüenciais (presencial e a distância) | 33 |
| 3.1.2 - Programação de abertura de cursos de Pós-Graduação (<i>Lato e Stricto Sensu</i>) | 34 |

| | | |
|----------|---|-----------|
| 3.1.3 | - Programação de abertura de cursos a distância | 35 |
| 3.1.4 | - Programação de abertura de cursos de Extensão | 35 |
| 3.1.5 | - Programação de Programas de Pesquisa | 41 |
| 3.2 | - Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para a definição de: | 44 |
| 3.2.1 | - Perfil do egresso | 43 |
| 3.2.2 | - Seleção de conteúdos | 46 |
| 3.2.3 | - Princípios metodológicos | 48 |
| 3.2.4 | - Processo de avaliação | 50 |
| 3.2.5 | - Atividade prática profissional, atividades complementares e estágios..... | 53 |
| 3.3 | - Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares | 60 |
| 3.4 | - Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos | 64 |
| 3.5 | - Avanços tecnológicos | 65 |
| 4 | - Corpo Docente | 66 |
| 4.1 | - Requisitos de titulação | 66 |
| 4.2 | - Experiência no magistério superior e experiência profissional não-acadêmica. | 66 |
| 4.3 | - Critérios de seleção e contratação | 67 |
| 4.4 | - Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho | 68 |
| 4.5 | - Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro | 70 |
| 5 | - Corpo Técnico-Administrativo | 71 |
| 5.1 | - Critérios de seleção e contratação | 71 |
| 5.2 | - Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho | 72 |
| 6 | - Corpo Discente | 76 |
| 6.1 | - Formas de acesso | 76 |
| 6.2 | - Programas de apoio pedagógico e financeiro | 78 |
| 6.3 | - Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico) | 79 |
| 6.4 | - Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil) . | 80 |
| 6.5 | - Acompanhamento dos egressos | 82 |
| 7 | - Organização Administrativa | 83 |
| 7.1 | - Estrutura organizacional com as instâncias de decisão | 83 |
| 7.2 | - Organograma institucional e acadêmico | 85 |
| 7.3 | - Órgãos colegiados: competências e composição | 85 |
| 7.4 | - Órgãos de apoio às atividades acadêmicas | 91 |
| 7.5 | - Autonomia da IES em relação à Mantenedora | 93 |
| 7.6 | - Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas | 95 |
| 8 | - Auto-Avaliação Institucional | 96 |

| | |
|---|------------|
| 8.1 - Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de auto-avaliação | 96 |
| 8.2 - Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa incluindo a atuação da CPA, em conformidade com o SINAES | 100 |
| 8.3 - Formas de utilização dos resultados das avaliações | 101 |
| 9 - Infra-Estrutura Física e Instalações Acadêmicas | 103 |
| 9.1 - Infra-estrutura física | 103 |
| 9.2 - Infra-estrutura acadêmica | 105 |
| 9.2.1 - Laboratórios | 105 |
| 9.2.2 - Biblioteca | 105 |
| 10 - Atendimento às Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida | 108 |
| 11 - Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira | 111 |
| 11.1 - Introdução | 111 |
| 11.2 - Contexto operacional | 112 |
| 11.3 - Balanço Patrimonial | 112 |
| 11.3.1 - Ativo | 112 |
| 11.3.2 - Passivo | 113 |
| 11.4 - Demonstrações de receita e despesas | 116 |
| 11.5 - Investimentos | 117 |
| 11.6 - Análise econômico-financeira | 119 |
| 11.7 - Projeções 2007-2016 | 123 |
| 11.8 - Considerações finais | 131 |

Apresentação

O setor educacional brasileiro vem experimentando, faz já algum tempo, inúmeras transformações. No segmento de ensino superior privado, isso se caracteriza, por um lado, pelo surgimento de novas IESs e pela oferta cada vez maior de cursos e vagas, numa relação desproporcional ao número de aspirantes à vida universitária. O que se vê, por isso, é uma forte competição para atrair esses potenciais alunos e retê-los durante o percurso acadêmico.

Por outro lado, as exigências do mercado de trabalho, o surgimento de novas profissões e as mudanças no processo de ensino e aprendizagem, entre outros aspectos, estão a requerer que as IESs repensem de modo constante e contínuo seus modelos de ensino, seus projetos pedagógicos e seu papel na formação/preparação dos alunos. O que está em jogo não é o simples repasse do conhecimento técnico-profissionalizante que resulte na excelência profissional, mas também a transmissão de valores éticos que sejam sementes a germinar por entre a sociedade na construção de tempos mais justos e solidários.

A Universidade Metodista de São Paulo, cujas origens remontam a 1938, acredita que vida profissional é vida cidadã, é olhar o projeto educacional como uma missão cujo resultado é a transformação da sociedade. Não poderia ser diferente para uma IES confessional, ligada à Igreja Metodista e que busca traduzir em sua prática os valores ético-cristãos nos quais crê.

Por isso, quando ela se debruça sobre a tarefa de elaborar este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) esforça-se para que sua visão, sua missão e seus valores estejam expressos em cada um dos planos, estratégias, caminhos, objetivos e intenções aqui apontados. Não se trata, naturalmente, de desafio simples o de reunir em um documento tudo aquilo que a Instituição, baseada em suas crenças e convicções, almeja realizar nos próximos dez anos. Entretanto, por entender que essa construção está calcada em um processo dinâmico, no qual envolvem-se diversos atores - docentes, funcionários técnico-administrativo, alunos, mantenedores -, e recheado de novas descobertas, abraçamos tal desafio com alegria e determinação.

Para a elaboração do presente Plano foram examinados os seguintes documentos:

- ✓ "Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista", documento que tem orientado desde 1982 as instituições escolares vinculadas à Igreja no que se refere à sua filosofia da educação, visando adequá-las às exigências sociais, sem perder de vista a dimensão confessional;
- ✓ Documentos do COGEIME - Instituto Metodista de Serviços Educacionais, cujos dados representam fontes de informações das avaliações realizadas na vida das escolas, reordenamentos, definição de políticas, metas e ações, evidenciando a preocupação com os efeitos sociais da atividade educativa desenvolvida pelas instituições metodistas;
- ✓ Plano Diretor, documento que explicita a filosofia e a missão institucional, objetivos gerais e as políticas e diretrizes para as atividades acadêmico-

administrativas institucionais.

Os objetivos gerais do PDI estão assim constituídos:

- ✓ nortear o planejamento e o desenvolvimento das ações nas diferentes unidades, áreas e setores da Instituição;
- ✓ orientar a compatibilização do processo decisório, indicando alternativas racionais e de flexibilidade para o implemento das ações que visam atingir os propósitos e as finalidades institucionais;
- ✓ integrar e harmonizar os esforços dos diversos programas e projetos setoriais nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, aliando os interesses institucionais às necessidades da comunidade interna e externa;
- ✓ estimular a plena participação dos colaboradores em todas as atividades acadêmicas e administrativas, curriculares e extracurriculares, de caráter científico, tecnológico, cultural, social e desportivo;
- ✓ identificar continuamente as necessidades de aperfeiçoamento, revisão e possíveis ajustes para atender a seus objetivos e fins concebidos inicialmente.

Crescer investindo na *inovação*, na *qualidade* e nos *valores éticos* é a opção de avançar sem abrir mão do essencial, tornar o que diferencia a Universidade Metodista de São Paulo - a partir daqui identificada como Metodista¹ - não um fardo, mas o propulsor que permite alcançar segundas vitórias e superar o que antes parecia intransponível. O reconhecimento interno e externo tem servido como fator de atração para novos alunos, como indicam as pesquisas socioculturais aplicadas ao longo destes anos.

Talvez seja possível afirmar que as diretrizes estratégicas, pensadas a partir da tradição histórica e da missão institucional, tornam a caminhada mais segura ao indicarem as premissas de tudo o que se pretenda realizar rumo aos resultados esperados e necessários para o fortalecimento da Instituição.

O Plano de Desenvolvimento Institucional visa o desenvolvimento de ações continuadas e garantir padrões de qualidade pretendidos pela Instituição. Tem como pressuposto que o controle interno sistemático dos procedimentos administrativos/acadêmicos e demais aspectos que dão suporte às ações relacionadas ao projeto pedagógico de cada curso, aliado aos resultados da avaliação institucional, são condições indispensáveis para assegurar o nível de qualidade do ensino.

A cada ano, a Metodista elaborará seu Plano de Ação, estabelecendo propostas e diretrizes para os programas de ensino, pesquisa e extensão e evolução e adequação da infraestrutura, com estratégias condizentes à realidade do período de desenvolvimento das atividades.

¹ Por uma estratégia institucional, a sigla UMESP deixou de ser utilizada para identificar a Universidade Metodista de São Paulo. Entretanto, ela será encontrada em algumas partes deste documento por fazer referência a um período em que era usada.

1 - PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 - Missão e valores

A Metodista orienta suas ações educativas por uma filosofia pautada nos princípios cristãos e no compromisso com a busca de melhores condições de vida para a comunidade. Procura formar profissionais aptos a atender às exigências do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, conscientes de seu papel na transformação social.

A partir das "Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista" foram definidas as bases norteadoras das ações e direcionamentos estratégicos da Metodista:

1.1.1 - Missão

Participar efetivamente na formação de pessoas, exercendo poder de influência e contribuindo na melhoria da qualidade de vida, baseada em conhecimento e valores éticos.

1.1.2 - Visão

Ser referência educacional na construção de uma comunidade aprendente, reconhecida nacional e internacionalmente por serviços de qualidade e relevância social, com práticas flexíveis, criativas e inovadoras.

1.1.3 - Valores essenciais

- Desenvolvimento de consciência crítica da realidade;
- Desenvolvimento de senso de justiça e de solidariedade, e de sua prática, inclusive nas relações de trabalho;
- Prática reflexiva voltada para o âmbito da espiritualidade cristã;
- Desenvolvimento da consciência de que os interesses social e individual são igualmente importantes para o equilíbrio das relações sociais;
- Inovação e criatividade subordinadas à ética na construção e socialização do conhecimento;
- Democratização da educação superior.

1.2 - Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição

O compromisso com a educação tem marcado a atuação da Igreja Metodista desde a fundação da primeira instituição de ensino metodista, a Kingswood School, na Inglaterra, em 1748. Ao longo dos últimos 255 anos, essa vocação educacional também tem se manifestado no Brasil, onde várias instituições metodistas de ensino incorporam mais de um século de atividade contínua.

A história da Universidade vem sendo traçada há quase 70 anos, desde a implantação da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista em São Bernardo do Campo, em 1938. À época, a Igreja Metodista acabara de fundir dois centros de ensino teológico, localizados em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Era de seu interesse que o curso superior recém-criado - o primeiro instalado no município de São Bernardo do Campo - estivesse presente numa região que se configurava como um dos principais centros das transformações sociais, políticas e econômicas do País.

Ao fortalecer o compromisso com a educação, firmado na década de 1940, a Instituição partiu para um projeto mais ousado, afinado com sua vocação educacional. A presença de profissionais e educadores qualificados e da infra-estrutura adequada permitiu o fortalecimento de sua inserção no universo acadêmico nacional. Assim, em 1970, foi criado o Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS).

Com a consolidação do projeto pedagógico e a excelência alcançada ao longo dos anos, o IMS passou a figurar entre as mais conceituadas Instituições de Ensino Superior do País. Isso permitiu que, em 1997, conquistasse o status de Universidade, ampliando o número de faculdades e de cursos oferecidos.

Como instituição confessional, o IMS faz parte da Rede Metodista de Educação que, no Brasil, é integrada por 53 escolas. Suas ações educativas partem de uma concepção cristã de mundo e são guiadas pelas "Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista". A partir desse documento, foram definidas as bases norteadoras das ações e dos direcionamentos estratégicos da Universidade.

1.3 - Finalidades

A Metodista observa os seguintes princípios:

- a formação da pessoa humana como ser integral, o desenvolvimento de sua qualidade de vida, a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento do seu espírito crítico e da sua participação social e política;
- o compromisso com a educação, em que o ensino seja indissociado da pesquisa, e um processo de construção e reconstrução de conhecimentos, tendo por finalidade sua extensão à comunidade, visando a melhoria das condições de vida no mundo;
- o compromisso, nas suas ações, com a justiça e a solidariedade humana, com a inclusão social, atuando no sentido de ultrapassar a tarefa meramente informativa, orientando-se para propiciar elementos de cultura geral à comunidade acadêmica;
- a preocupação com a formação, no aluno, do espírito científico e da habilitação profissional para atuação em um contexto de mudança de paradigmas e de inovações tecnológicas aceleradas;
- a orientação em suas atividades de ensino por um paradigma inter e transdisciplinar na abordagem do conhecimento científico e tecnológico; e

- gestão acadêmica e administrativa pautadas por planos e metas, definidos democraticamente pelos órgãos colegiados.

Além das previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Metodista tem por finalidades:

- cumprir as diretrizes para a educação estabelecidas pela Igreja Metodista;
- participar do processo de desenvolvimento do País, promovendo a educação, a ciência e a cultura, mediante a formação, em nível de excelência, de profissionais nos diferentes campos do conhecimento, do aperfeiçoamento e da especialização de professores e pesquisadores;
- fomentar a regionalização de sua atuação, mediante o oferecimento de atividades em áreas de ensino e pesquisa, com o objetivo de assegurar melhor integração do homem na sociedade em que vive, proporcionando-lhe instrumentos adequados para entender e participar na resolução dos problemas dela, de acordo com as exigências do meio socioeconômico;
- oferecer à comunidade alternativas de formação permanente e contínua, com apoio em cursos nas áreas científica, tecnológica, cultural e artística, na elaboração de projetos de alcance social e na prestação de serviços; e
- trabalhar pela democratização da educação superior em nível nacional, por meio da Educação a Distância, com ênfase na qualidade da formação de profissionais - cidadãos competentes e com uma postura crítica para a transformação da realidade social.

1.4 - Objetivos e metas

As ações estratégicas são desenvolvidas com base em três elementos balizadores para a sua implementação:

Comunidade Aprendente, com o propósito de, ao se buscarem soluções para os problemas da sociedade, desenvolver metodologias de abordagem dos objetos a serem conhecidos e trabalhados numa postura em que todos somos aprendizes.

Educação por toda a Vida, que por si só já se define como necessidade do ser humano, que não se completa jamais em seu anseio de crescimento e que, em qualquer área do saber, deverá estar em constante busca de novos conhecimentos e de aprimoramento pessoal ou profissional.

Inserção Regional, isto é, o comportamento institucional voltado ao envolvimento com os desafios das regiões em que a Universidade está presente, traduzindo-se na interação com os segmentos da sociedade, empresas, organizações, poder público, de forma que contribua para o desenvolvimento regional sustentado e que as demandas da região influenciem também o modelo educacional das escolas mantidas pelo IMS.

A Metodista tem suas atenções voltadas para a vida das comunidades onde atua, com suas necessidades e expectativas, participando da busca para a solução de seus problemas mediante prestação de serviços e, atuando, particularmente, como centro de produção de conhecimentos, de atividades educacionais e culturais, destinado ao público em geral, preservando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

São objetivos estratégicos:

- Transformar a organização em uma comunidade aprendente;
- Contribuir para o desenvolvimento regional sustentável;
- Promover a construção e a socialização do conhecimento para melhoria da qualidade de vida em sociedade;
- Estabelecer políticas de relacionamento com a comunidade acadêmica e outros agentes sociais;
- Implementar processos de gestão que otimizem a realização das atividades com eficiência e qualidade;
- Alcançar uma presença nacional por meio da Educação a Distância;
- Fortalecer a marca Metodista.

Inserção nacional e internacional

A Metodista é hoje uma instituição de alcance nacional e mesmo internacional, pois seu campo de abrangência ultrapassa as fronteiras de seu entorno imediato, devido a iniciativas bem-sucedidas em cursos EAD e nos programas de pós-graduação. Algumas delas estão em fase de consolidação, outras existem há mais de trinta anos, como são alguns casos das pós-graduações, com número de pessoas formadas que ultrapassa as fronteiras do Brasil, habilitando lideranças e acadêmicos para instituições de diversas instituições latino-americanas e caribenhas.

1.4.1 - Ensino

- Ampliar as ações do ensino de graduação, nas diversas modalidades, presencial e a distância, bem como nas modalidades dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e dos cursos de extensão universitária, no contexto da formação educacional continuada;
- Buscar a continuidade do aperfeiçoamento da integração entre o ensino de pós-graduação e graduação, articulando, assim, o conhecimento no espaço universitário;
- Ofertar cursos seqüenciais, de graduação e pós-graduação *lato sensu* na modalidade EAD;
- Aperfeiçoar procedimentos de oferta de disciplinas/módulos não-presenciais nos cursos de graduação.

A Metodista fará estudos e buscará parcerias nos próximos anos com vistas à abertura de um campus em São Paulo para o oferecimento de cursos de graduação e de pós-graduação, especialmente nas áreas de Saúde, Comunicação e Negócios. Essa estratégia vai ao encontro de um dos três pilares balizadores - a Inserção Regional - e da constatação de uma demanda significativa de estudantes provenientes de São Paulo presentes nos três campi da Universidade em São Bernardo do Campo.

Ensino (Graduação)

- Acompanhar e promover o desenvolvimento qualitativo do ensino;
- Reavaliar os projetos pedagógicos dos cursos, de acordo com as normas estabelecidas pelo Colegiado Superior;
- Assegurar aos projetos pedagógicos a interdisciplinaridade como parte importante na construção do conhecimento;
- Cultivar a articulação com a pesquisa e extensão;
- Proporcionar infra-estrutura física e tecnológica necessária à qualidade dos cursos;
- Ampliar a oferta de programa de acolhimento cognitivo ao aluno, com vistas à suspensão dos déficits iniciais, privilegiando a "Inclusão Pedagógica: digital, cultural, artística e conceitual";
- Criar formas de organização e referenciais a partir de dados e informações de egressos dos diversos cursos desse nível de ensino;
- Atualizar permanentemente as diretrizes para o processo seletivo de ingresso aos cursos;
- Atualizar continuamente o sistema de avaliação para seleção de candidatos, considerando características e demandas do ensino médio, em particular o da região de inserção;
- Aprimorar os processos de adequação do acolhimento dos ingressantes em cada curso;
- Acompanhar os processos de avaliação e analisar o desempenho de cada curso;
- Utilizar os resultados da avaliação institucional como fonte de informação e gestão de ensino;
- Implantar novos cursos, nas modalidades presencial e a distância, analisando as demandas sociais existentes, à luz das finalidades e interesses institucionais do presente;
- Pesquisar a demanda existente para oferecimento de cursos de graduação para atendimento regional e nacional na modalidade EAD;
- Ampliar a oferta de disciplinas semipresenciais como uso intensivo de tecnologia de informação e comunicação nos termos da legislação;
- Incentivar o desenvolvimento de práticas qualitativamente diferenciadas de ensino e de avaliação da aprendizagem;
- Estimular a participação de docentes e coordenadores nos eventos mais significativos das áreas dos diversos cursos;

- Incentivar a pesquisa de novas tecnologias que favoreçam o processo educacional.

Ensino (Pós-Graduação *Lato Sensu*)

- Promover o desenvolvimento qualitativo dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- Reavaliar permanentemente o projeto pedagógico dos cursos;
- Buscar formas de integração com o ensino de graduação, a pesquisa e a extensão;
- Expandir a infra-estrutura física e tecnológica necessárias à qualidade de cada curso;
- Utilizar os resultados da avaliação institucional como fonte de informação e de gestão dos cursos;
- Criar formas de organização e referências, a partir de dados e informações de egressos dos diversos cursos deste nível de ensino;
- Estabelecer parcerias com diferentes tipos de organização para a realização de cursos;
- Criar mecanismos de incentivo aos egressos da Metodista para continuidade dos estudos na Instituição;
- Implantar novos cursos, nas modalidades presencial e a distância, analisando as demandas sociais existentes à luz das finalidades e interesses do presente;
- Incentivar o desenvolvimento de práticas qualitativamente diferenciadas de ensino e de avaliação de aprendizagem;
- Estimular a participação de docentes e, principalmente, coordenadores nos eventos mais significativos das áreas dos diversos cursos;
- Incentivar a pesquisa de novas metodologias que favoreçam o processo educacional;
- Alcançar conceitos satisfatórios nas avaliações externas pelas entidades competentes.

Ensino (Pós-Graduação *Stricto Sensu*)

- Ampliar, desenvolver e acompanhar a oferta com qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- Reavaliar e fortalecer permanentemente os projetos pedagógicos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento;
- Cultivar a integração com o ensino de graduação, pós-graduação *lato sensu*, pesquisa e extensão;
- Assegurar a vinculação do projeto pedagógico com as demandas da sociedade;
- Garantir infra-estrutura física e tecnológica necessárias à qualidade dos cursos;
- Implementar a avaliação periódica permanente e do desempenho dos docentes de cada programa de pós-graduação *stricto sensu* de acordo com as normas institucionais;
- Estender a avaliação institucional aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, tanto em consonância com os critérios estabelecidos pela CAPES quanto as diretrizes políticas da instituição;

- Criar formas de organização e referências, a partir de dados e informações de egressos dos diversos cursos deste nível de ensino;
- Criar mecanismos de incentivo a egressos de curso superior para continuidade dos estudos na Instituição.

1.4.2 – Pesquisa

- Eleger coletivamente os temas/problemas a serem institucionalmente priorizados e sobre eles definir as linhas de pesquisa que serão fomentadas;
- Desenvolver ações colegiadas para revisão e consolidação dos eixos temáticos institucionais de pesquisa, aprimorando sua capacidade de nucleação e irradiação do conhecimento;
- Dar continuidade à formação do docente-pesquisador e valorizar seu papel junto à comunidade acadêmica;
- Ampliar o Programa Institucional de Iniciação Científica, para a formação do pesquisador-discente;
- Promover a divulgação do conhecimento por meio de publicações e eventos institucionais;
- Incentivar a formação e consolidação de grupos de pesquisadores atrelados a linhas de pesquisa já existentes ou a serem implementadas;
- Aprimorar os mecanismos de gestão de pesquisa com a implementação do cadastro eletrônico dos projetos com apoio da Instituição;
- Ampliar a efetiva integração entre ensino, pesquisa e extensão com a expansão dos benefícios daí advindos para a comunidade interna e externa;
- Desenvolver a avaliação institucional na área de pesquisa, principalmente no que tange à coesão e capacidade de nucleação de seus eixos temáticos;
- Ampliar o número de grupos e projetos de pesquisas consolidados junto ao Diretório do CNPq/MCT;
- Aprimorar os critérios para alocação de recursos institucionais de apoio à pesquisa que levem em conta a missão da Instituição e incentivem a produtividade acadêmico-científica;
- Ampliar parcerias com organizações, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, que ofereçam apoio (operacional, técnico/tecnológico e financeiro) aos projetos de pesquisa;
- Apoiar a criação de páginas pessoais dos docentes pesquisadores na Internet;
- Publicar livros e revistas científicas como meio de divulgação da produção docente e discente nas diferentes áreas do conhecimento;
- Aprimorar as publicações científicas eletrônicas;
- Dar continuidade à realização do Congresso de Produção Científica e a outras atividades de iniciação científica;

- Incentivar a realização de eventos científicos por unidades e áreas de conhecimento;
- Disponibilizar teses e dissertações defendidas na Metodista no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT);
- Ampliar a capacidade de acesso, bem como as relações dos pesquisadores da Metodista, como portais nacionais e internacionais de divulgação científica;
- Aprimorar páginas eletrônicas específicas de cada programa no portal da Metodista de acordo com as diretrizes da CAPES.

1.4.3 - Extensão

- Manter continuamente o diálogo entre a Universidade e a sociedade, recebendo as demandas desta e conferindo-lhes um tratamento acadêmico;
- Desenvolver extensão em processo contínuo e duradouro em conexão com o ensino e a pesquisa;
- Disponibilizar para a sociedade o conhecimento atualizado por meio da pesquisa e partilhado por meio do ensino;
- Estimular a classificação e a aproximação progressiva entre os projetos de extensão da Metodista e os eixos institucionais de pesquisa;
- Promover maior articulação entre os projetos de extensão da Universidade, tendo em vista a interdisciplinaridade e as oportunidades educacionais;
- Priorizar atividades de extensão em atendimento aos segmentos sociais sistematicamente excluídos ou impedidos de acesso aos benefícios advindos dos processos de produção/aquisição de conhecimento da Universidade;
- Desenvolver a avaliação institucional da atividade de extensão como subsídio para estabelecimento de metas que atendam à educação continuada, a criação de mecanismos de formação de opinião pública, desenvolvimento da comunidade e ação cultural;
- Buscar novos parceiros, em organizações públicas e privadas, para o desenvolvimento das ações extensionistas;
- Divulgar amplamente a política de extensão da Metodista por meio de seminários, palestras e informativos.

1.4.4 - Educação a Distância

- Buscar continuamente a integração do ensino, da pesquisa e da extensão na perspectiva da internacionalização, pelo trabalho em rede e articulação interinstitucional;
- Promover a construção do conhecimento, a postura crítica e reflexiva, evitando-se o ensino funcionalista e a educação bancária;
- Adotar opções de tecnologias de informação e comunicação, considerando as propostas pedagógicas e as novas formas de aprendizagem;
- Promover a cooperação interdisciplinar, o diálogo e as decisões colegiadas no que se refere ao uso das tecnologias no contexto educacional;

- Ampliar a presença da Metodista, em nível nacional, mediante parcerias interinstitucionais;
- Buscar a formação de comunidades de aprendizagem que permitam a troca de experiências e discussões sobre temas relevantes à educação;
- Ampliar as atividades da Pró-Reitoria de Educação a Distância como estimuladora, articuladora ou proponente, em conjunto com as lideranças institucionais;
- Estabelecer parcerias com empresas, instituições educacionais e outras organizações para a celebração de convênios voltados à educação continuada e a distância;
- Criar, desenvolver e avaliar material e métodos didático-pedagógicos necessários à educação a distância;
- Viabilizar e ampliar os recursos físicos e tecnológicos para o desenvolvimento de cursos na modalidade a distância.

1.4.5 – Processo editorial

- Viabilizar a produção científica, didática e literária do corpo docente e discente em uma perspectiva de ampla participação, em condições de igualdade;
- Editar, divulgar e comercializar publicações científicas e didáticas nas diferentes áreas de conhecimento;
- Criar publicações em mídia digital para ampliar as possibilidades de divulgação da produção acadêmica;
- Realizar eventos sobre política editorial;
- Rever periodicamente as normas de gestão do processo editorial.

1.4.6 – Biblioteca

- Fortalecer a concepção da biblioteca como órgão de apoio informacional da universidade e de espaço onde cultura e saber, produzidos pela humanidade, devem ser preservados e disponibilizados à comunidade;
- Avaliar continuamente o acervo bibliográfico a fim de mantê-lo atualizado e adequado às necessidades dos programas existentes e dos novos programas implantados na área do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Propiciar a participação de docentes, tanto no processo de atualização contínua de acervos quanto no aperfeiçoamento do funcionamento operacional da biblioteca;
- Viabilizar a pesquisa da produção cultural;
- Ampliar acessos aos sistemas de informação em redes, integrando novas tecnologias, informação e serviços de apoio, colocando-os a disposição de sua própria comunidade e de outros usuários;
- Manter programas de cooperação nas redes de informação nacional e internacional objetivando a melhoria do atendimento aos usuários;
- Primar pela qualidade na prestação de serviços das bibliotecas;

- Ampliar as relações de apoio pedagógico dos serviços da biblioteca com os cursos, em forma de parcerias em atividades elaboradas e realizadas em conjunto, visando a potencialização do uso do acervo tanto por professores quanto por alunos;
- Estabelecer e ampliar parcerias para compartilhar recursos de informação;
- Assegurar que as bibliotecas dos pólos de EAD atendam às necessidades didático-pedagógicas expressas nos projetos pedagógicos dos cursos ali oferecidos;
- Viabilizar acessos e constituir acervos específicos com uso de linguagem ou línguas alternativas para pessoas com deficiência;
- Criar espaço e disponibilizar recursos materiais e tecnológicos para atendimento às pessoas com deficiência;
- Criar e desenvolver acervos digitais que atendam os cursos na modalidade a distância.

1.4.7 - Gestão de pessoas

- Proporcionar meios para elevar a qualidade de vida dos colaboradores e assegurar a melhoria dos processos de atendimento aos diversos públicos institucionais;
- Desenvolver ações que contribuam continuamente para a construção das relações interpessoais e grupais e o fortalecimento do sentimento comunitário;
- Recrutar e selecionar baseados prioritariamente em processos abertos e transparentes;
- Priorizar a inclusão de pessoas com deficiência nos processos produtivos de trabalho e em outros que a legislação estabeleça;
- Manter atualizada a política de pessoal, promovendo a integração entre docentes e técnico-administrativos;
- Atualizar permanentemente o Plano de Carreira Docente e o Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo, de acordo com o mercado de trabalho e as exigências institucionais;
- Desenvolver e implantar o Plano de Carreira Técnico-Administrativo em consonância com os critérios de mercado e institucionais;
- Identificar novas fontes de recrutamento funcional para aprimoramento da qualidade dos profissionais contratados;
- Rever, continuamente, a política de benefícios da Metodista, adotando critérios de equidade;
- Utilizar os resultados da avaliação institucional como base para a melhoria dos processos de gestão;
- Implementar programas de desenvolvimento de potencial que atendam às necessidades de crescimento institucional e o aprimoramento das áreas;
- Estimular a capacitação e desenvolvimento profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- Priorizar a capacitação docente tendo em vista o desenvolvimento da educação presencial e a distância;
- Desenvolver permanentemente estudos para definir critérios relativos a quantidade,

titulação e regime de dedicação de docentes na Instituição;

- Identificar permanentemente as necessidades e perfis de colaboradores que atendam às demandas das áreas institucionais.

1.4.8 - Pastoral Universitária

- Promover e cultivar a confessionalidade metodista, tendo como referencial o projeto de educação da Igreja Metodista embasado na perspectiva ético-humanístico-cristã e na consciência cidadã;
- Sinalizar o Reino de Deus e a construção da vida abundante, motivando os projetos pedagógicos e administrativos da Instituição para contemplarem os princípios da confessionalidade e da ética, que orientam sua ação a partir do ecumenismo, da vida comunitária e da cidadania;
- Explicitar a espiritualidade, zelando e cuidando pela sua vivência em toda a comunidade, numa perspectiva de diálogo, considerando tanto as dimensões coletivas como individuais das diversas expressões de fé;
- Proporcionar maior visibilidade da missão institucional mediante a "ação pastoral";
- Desenvolver atividades que envolvam a práxis confessional sobre problemas sociais, políticos, econômicos e culturais;
- Participar das ações acadêmicas e administrativas visando promover a confessionalidade;
- Atuar na comunidade visando incrementar a qualidade de vida das pessoas que a compõem.

1.4.9 - Gestão

- Priorizar na estrutura organizacional decisões colegiadas e compartilhamento de informações, reforçando a ação dos órgãos colegiados superiores da Universidade;
- Tornar a estrutura organizacional flexível para permitir o crescimento e as inovações institucionais;
- Enfatizar a relevância do PDI, mantendo-o atualizado, para nortear a gestão da Metodista;
- Adotar modelos organizacionais racionais, flexíveis e dinâmicos, capazes de responder às exigências dos objetivos institucionais e das relações com a comunidade interna e externa;
- Estabelecer anualmente o plano orçamentário de pessoal que atenda às demandas institucionais, a partir das decisões estratégicas, do aproveitamento otimizado e flexível de métodos, processos e recursos;
- Instituir serviços de apoio pedagógico e psicopedagógico;
 - Aprimorar os canais de relacionamento com a sociedade;
 - Elaborar anualmente o plano orçamentário da Metodista subsidiado por informações contidas nos planos de trabalho das unidades acadêmicas e demais planos da Instituição;
 - Aperfeiçoar continuamente os sistemas de apoio aos estudantes, com modalidades diversificadas, atendendo aos critérios emergentes ou já estabelecidos;

- Criar e implantar o um programa de acompanhamento de egresso dos diversos cursos da Instituição, para subsidiar planos, projetos e ações da Universidade.

1.4.10 - Tecnologia e Informação

- Utilizar os resultados da avaliação institucional como norteadores das ações de aprimoramento e melhoria dos processos, infra-estrutura, serviços e ambientes institucionais;
- Pesquisar continuamente as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e suas aplicações à área educacional, proporcionando diferenciais de qualidade e inovação;
- Aprimorar o uso de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem e as ferramentas tecnológicas, facilitadores de interação, relacionamento contínuo, acompanhamento do processo de aprendizagem, avaliação e ambientes colaborativos, possibilitando a gestão do conhecimento individual e coletivo;
- Investir em tecnologia e informação no desenvolvimento e implementação do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;
- Promover e buscar manter atualizada a infra-estrutura de TICs inovadoras e de qualidade para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas institucionais;
- Assegurar a integração entre a área tecnológica responsável e as áreas acadêmico-administrativas na investigação, no desenvolvimento e na implantação e no suporte das TICs;
- Identificar as tendências de mercado, considerando as melhoras práticas em governança de Tecnologia da informação (TI) - interatividade, conectividade, acessibilidade, arquitetura aberta, migrabilidade tecnológica, segurança, escalabilidade, flexibilidade, integração, avaliação permanente e produtividade - com vistas a otimizar investimentos, viabilizar controles e despesas institucionais;
- Priorizar a implantação de sistemas de informação, visando a otimização dos processos corporativos, gestão e inteligência competitiva, subsidiando o planejamento e os processos de tomada de decisão nas áreas acadêmico-administrativas;
- Aperfeiçoar e atualizar periodicamente a infra-estrutura de TI necessária à comunidade acadêmica, estabelecida por políticas institucionais, proporcionando ambientes de qualidade e oportunidades efetivas de aprendizagem;
- Ampliar o estabelecimento de convênios e parcerias acadêmicas com empresas e instituições que agreguem valor aos objetivos institucionais.

1.4.11 - Avaliação institucional

- Realizar continuamente avaliação como uma totalidade integrada, de forma a possibilitar uma auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, detectando aspectos a serem melhorados e preservados, de modo a desenvolver uma cultura de constante aprimoramento, respeitando a diversidade própria dessa instituição de ensino;
- Aperfeiçoar continuamente o modelo de organização e de gestão da auto-avaliação

institucional, de modo a melhorar o processo;

- Realizar constantemente a sensibilização da comunidade universitária para compreensão da avaliação institucional como processo de melhoria da qualidade;
- Estabelecer mecanismos institucionalizados que permitam realizar a auto-avaliação, de forma a envolver representantes de toda a comunidade acadêmica;
- Estabelecer instrumentos internos e sistemática de levantamento de dados e de informações que possibilitem a contínua realização do processo de avaliação nas diversas dimensões;
- Desenvolver cultura de crítica e autocrítica permanente;
- Integrar ao processo de auto-avaliação os resultados das avaliações externas realizadas por organismos públicos ou entidades privadas contratadas;
- Proporcionar à comunidade universitária discussão e reflexão dos resultados das avaliações - internas e externas -, utilizando-os como subsídio à tomada de decisão para redirecionamento ou fortalecimento de ações e de políticas institucionais;
- Utilizar os resultados da auto-avaliação de forma a atender à formação com qualidade dos corpos docente, discente e técnico-administrativo;
- Dar conhecimento à sociedade das ações resultantes da avaliação institucional interna e externa;
- Subsidiar o processo de planejamento institucional.

1.5 - Áreas de atuação acadêmica

1.5.1 - Ensino

O Regimento Geral da Universidade define curso como um conjunto de atividades associadas de ensino, pesquisa e extensão, integrando transdisciplinarmente ações, com vistas à formação em uma determinada área de conhecimento, orientadas por um projeto pedagógico. A Metodista ministra cursos sequenciais; de graduação; de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, de educação continuada e outras; em forma presencial, semipresencial ou a distância.

Os cursos sequenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Universitário (Consun), destinam-se à formação em nível superior.

O curso sequencial de formação específica tem por objetivo permitir a ampliação, atualização ou aprofundamento de estudos num determinado subcampo multidisciplinar, em variado grau de extensão ou profundidade, em campos de humanidades ou das ciências, e de suas qualificações técnico-profissionais, incluindo disciplinas de várias áreas do saber, logicamente intra-relacionadas, conforme regulamentação definida e aprovada pelo Consun.

Os cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e classificados em processo seletivo, destinam-se à formação em nível superior.

Os cursos de pós-graduação correspondem a ciclo de estudos regulares e têm por objetivos precípuos:

- I- promover a formação científica aprofundada de professores, de pesquisadores e especialistas para o desempenho profissional;
- II- desenvolver estudos sistemáticos e pesquisa avançada nas diversas áreas e campos do saber;
- III- estimular a produção científica e trabalhos resultantes de monografias, dissertações e teses;
- IV- divulgar e socializar o conhecimento acadêmico produzido em seus cursos, interferindo e contribuindo para a transformação da realidade social.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado, são oferecidos em consonância com regulamentação própria, aprovada pelo Consun, obedecem às demais disposições regimentais cabíveis e às emanadas dos órgãos governamentais competentes, conduzindo aos graus de mestre e doutor, respectivamente.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* e os de educação continuada (aperfeiçoamento e atualização) têm por finalidade desenvolver e aprofundar estudos já realizados em cursos de graduação e seqüencial de formação específica e são oferecidos de acordo com as normas aprovadas pelo Consun.

A educação a distância é uma modalidade de ensino que possibilita a aprendizagem com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação. Os cursos ministrados nessa modalidade são organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horário e duração, sem prejuízo, quando for o caso, da legislação específica.

O regime dos cursos nas modalidades semipresenciais e a distância, na forma da legislação vigente, é tratado caso a caso e aprovado pela Reitoria, de acordo com a regulamentação aprovada pelo Consun.

1.5.2 – Pesquisa

A Metodista incentiva a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, principalmente mediante:

- I- adoção de eixos temáticos norteadores do esforço institucional no campo da pesquisa engajada aos problemas da(s) comunidade(s) em que está inserida;
- II- cultivo da atividade científica e estímulo ao pensamento crítico em qualquer atividade didático-pedagógica;
- III- dotação de verbas para a pesquisa no Fundo de Desenvolvimento

Acadêmico e Científico (Fundac) e o estabelecimento de critérios para sua alocação;

- IV- manutenção de serviços de apoio indispensáveis, tais como biblioteca, documentação e divulgação científica;
- V- formação de pessoal em cursos de pós-graduação;
- VI- promoção do desenvolvimento científico, consubstanciada em linhas prioritárias de ação, a médio e longo prazo;
- VII- concessão de bolsas de estudos ou de auxílios para execução de determinados projetos;
- VIII- realização de convênios com entidades patrocinadoras de pesquisa;
- IX- captação de recursos externos à instituição para auxílio a projetos da área;
- X- intercâmbio com instituições científicas; e
- XI- programação de eventos científicos e participação em congressos, simpósios, seminários e encontros.

1.5.3 - Extensão

A extensão, articulada com o ensino e a pesquisa, desenvolve-se por meio de atividades, projetos e programa sob a responsabilidade das faculdades.

As ações de extensão são realizadas sob a forma de:

- I- atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas;
- II- participação em iniciativas de natureza cultural, artística, técnica e científica;
- III- promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas;
- IV- celebração de convênios com entidades nacionais e estrangeiras, públicas e privadas, para financiar programas de extensão e sua divulgação;
- V- captação de recursos externos à instituição para auxílio a projetos específicos da área; e
- VI- organização, por iniciativa institucional ou em parceria, de eventos científicos e congressos para estudo e debate de temas específicos.

2 - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 - Inserção regional, nacional e internacional

A Metodista está geograficamente situada na Região Metropolitana de São Paulo. O Grande ABC abrange uma área de 842 km² e é constituído por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Há na região, segundo estimativas do Sebrae de São Paulo, cerca de 60 mil empresas ativas.

A região apresenta um elevado padrão de vida e é responsável por 12% da atividade industrial do estado de São Paulo. Com renda *per capita* superior a R\$ 1 mil, representa o quinto mercado consumidor do Brasil e ainda é o principal pólo automotivo do País.

Nos últimos anos, acompanhando uma tendência mundial, observou-se no Grande ABC um crescimento expressivo do comércio e do setor de serviços, com a instalação de grandes redes de supermercados, concessionárias de automóveis, hotéis e bancos. Juntos eles respondem por mais da metade dos empregos.

Estrategicamente localizado entre a capital do estado e Santos - a maior cidade brasileira e o principal porto do País, respectivamente -, o Grande ABC é servido por duas rodovias, Anchieta e Imigrantes, e uma ferrovia, além de estar próximo dos principais aeroportos da capital.

A região dispõe ainda de significativo patrimônio histórico e natural, com grande potencial turístico. O Parque Estadual da Serra do Mar, uma das maiores reservas de Mata Atlântica do País, e a Estrada Velha de Santos - a primeira a ser pavimentada na América Latina - estão entre as atrações principais.

População

Segundo o IBGE, a população do estado de São Paulo está estimada em 41 milhões de habitantes (dados de 2006), o que corresponde a 21% do contingente populacional brasileiro. O estado passa, assim, a ser mais populoso do que 178 países, colocando-se abaixo de apenas 29. Ele atinge esse patamar após crescer a taxas sempre maiores que a média nacional: no último período censitário, 1991-2000, enquanto São Paulo aumentou 1,8% ao ano, o Brasil registrou incremento de 1,6%.

Considerando os grupos com 15 anos de idade, os resultados da análise do SEADE indicam que o segmento "menor de 15 anos" manteve seu volume populacional praticamente inalterado, enquanto os demais registraram aumentos diferenciados. Entre 2000 e 2005, o grupo de maior volume populacional, com idades entre 15 e 29 anos, cresceu à taxa anual de 1,0%; o contingente entre 30 e 44 anos elevou-se em 1,6% e a população de 45 a 49 anos registrou o maior crescimento (4,2%). A pesquisa revela ainda que, nos últimos cinco anos, seis municípios do Grande ABC apresentaram crescimento populacional.

A população dos sete municípios do Grande ABC, segundo estimativa do IBGE (julho de 2006), somava 2.580.926 habitantes. Com maior índice populacional da região, São Bernardo do Campo soma 803.906 habitantes e registrou crescimento anual de 1,8% nos últimos cinco anos. Em 2000, a população do município era de 703 mil. O quadro abaixo apresenta a população nas sete cidades da região, em São Paulo e no estado de São Paulo.

| LOCALIDADE | POPULAÇÃO | |
|------------------------|------------|-----------------|
| | CENSO 2000 | ESTIMATIVA 2006 |
| São Bernardo do Campo | 703.177 | 803.906 |
| Santo André | 649.331 | 673.234 |
| São Caetano do Sul | 140.159 | 133.241 |
| Diadema | 357.064 | 395.333 |
| Mauá | 363.392 | 413.943 |
| Ribeirão Pires | 104.508 | 118.864 |
| Rio Grande da Serra | 37.091 | 42.405 |
| Região do ABCDMRR | 2.317.631 | 2.580.926 |
| Município de São Paulo | 10.434.252 | 11.016.703 |
| Estado de São Paulo | 37.032.403 | 41.055.734 |

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Economia

Segundo pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pela Fundação Seade e Dieese, os dados indicam que no Grande ABC, em relação a dezembro de 2003, a taxa de desemprego diminuiu de 19,1% para 17,1%, e foram geradas 256 mil ocupações. A população economicamente ativa é estimada em 1,331 milhão de pessoas, das quais 1,097 milhão estão empregadas.

A retomada do crescimento nacional a partir do segundo semestre de 2003 já apontou uma expansão de 5,6% do PIB nos três primeiros trimestres de 2004, refletida no melhor desempenho da indústria paulista desde 1994. Soma-se a isso a manutenção nos investimentos do setor produtivo na região, que mantém o ABC como estratégico para o desenvolvimento do País.

O superávit comercial do Grande ABC em 2004 totalizou US\$ 1,67 bilhão, volume 26,5% superior ao contabilizado em 2003 (US\$ 1,32 bilhão). O estado de São Paulo, por sua vez, registrou superávit de US\$ 3,94 bilhões no ano passado. Na comparação com o total do País, que em 2004 acumulou superávit de US\$ 33,6 bilhões, o saldo das sete cidades do Grande ABC equivale a quase 5%. Em 2004, as empresas da região exportaram US\$ 4,17 bilhões e importaram US\$ 2,5 bilhões, volumes que representaram crescimento de 30% e 32%, respectivamente, em relação a 2003.

De acordo com dados do cadastro da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, em 2004 a cidade contava com 55.166 empresas de prestação de serviços, 13.829 estabelecimentos comerciais e 1.640 indústrias.

Anunciada oficialmente, a expansão do Pólo Petroquímico do Grande ABC pode gerar 10 mil novos empregos nas empresas de transformação de plástico, com o conseqüente aumento da geração de renda na região. A informação é da Petrobrás, a partir de estudos produzidos pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Os investimentos diretos para a expansão do Pólo remontam a US\$ 300 milhões, dos quais US\$ 42 milhões serão destinados à construção do gasoduto que trará o gás de refinaria para a Petroquímica União a partir da Revap (Refinaria do Vale do Ribeira) e da Recap (Refinaria de Capuava). Os outros US\$ 258 milhões vão ser aplicados para a produção do etanol, por parte da PqU e do polietileno, por parte da Polietilenos União. O projeto de expansão começará efetivamente a ser implantado em 2007 e a conclusão está prevista para 2009.

Pela Lei Estadual nº 11.817/2005 foi criado em Mauá o maior parque industrial da Região Metropolitana de São Paulo, com 13 milhões de metros quadrados, transformando-se na maior área livre para instalação de indústrias. Será possível a instalação de atividades produtivas antes consideradas incompatíveis com a área. Entre elas, a produção de fundido de ferro e aço, fabricação de resinas de fibras e fios artificiais, borracha e látex sintéticos, cerveja, chope e malte, farinhas diversas, adubos e fertilizantes.

Notícias da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC dão conta que, de janeiro a abril de 2004, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou mais de R\$ 36 milhões em financiamentos às empresas da região do Grande ABC, o que representa um aumento de 28% em relação ao mesmo período de 2003. As informações são do Posto Avançado do BNDES, com sede na Agência ABC, cujo representante manifesta que "a região está vivendo um momento de reaquecimento industrial, que exige do empresário investimento em tecnologia e preparo para enfrentar novos desafios". Do total de atendimentos registrados, grande parte é destinada à indústria (46%), seguida pelo setor de serviços (29%). O comércio e a agricultura respondem pelos 25% restantes.

A Agência de Desenvolvimento do Grande ABC relata que a região está inserida em um contexto de múltiplos desafios, como aumentar a oferta de empregos e geração de renda, garantir condições favoráveis ao empreendedorismo, elevar os indicadores de qualidade de vida e incrementar a produção de conhecimento e informações, buscando aprimoramento das habilidades e competências. Os grandes objetivos a curto prazo são: construção do sistema coletor para o afastamento dos efluentes hídricos das áreas de mananciais da Bacia Billings; trecho sul do Rodoanel; viabilização da implantação do Ferroanel; ampliação da produção do Pólo Petroquímico; e criação do Sistema Regional de Segurança.

Destaca ainda que o ABC vai investir em turismo, aproveitando as áreas de proteção aos mananciais e a Represa Billings como principais atrativos naturais. Segundo a Secretaria Estadual de Turismo, os sete municípios possuem dois eixos para explorar: negócios e ecoturismo.

Ensino

Quanto à matrícula inicial no ensino fundamental e médio, o Censo 2006, divulgado pelo INEP/MEC, nos municípios da Região ABCDMRR e total do Estado, revela, conforme quadro a seguir:

RESULTADO DO CENSO ESCOLAR 2006 - ENSINO FUNDAMENTAL + ENSINO MÉDIO

São Paulo, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Santo André, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra

TOTAL - MATRÍCULA INICIAL

| Município | Dependência | Creche | Pré-Escola | Ensino Fundamental (Regular) Total | Ensino Fundamental (Regular) 1ª a 4ª Série | Ensino Fundamental (Regular) 5ª a 8ª Série | Ensino Médio (Regular) | Educação Especial Total | Educação Especial Fundamental | EJA (*) (Supletivo Presencial) Total | EJA (*) (Supletivo Presencial) Fundamental |
|------------------------------|-------------|---------|------------|------------------------------------|--|--|------------------------|-------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|--|
| TOTAL DO ESTADO | Estadual | 4.107 | 2.583 | 2.945.985 | 1.023.701 | 1.922.254 | 1.545.115 | 6.227 | 5.991 | 515.727 | 142.165 |
| | Federal | 204 | 180 | 181 | 181 | 0 | 365 | 0 | 0 | 32 | 0 |
| | Municipal | 202.306 | 1.073.448 | 2.249.262 | 1.465.678 | 534.248 | 16.836 | 17.621 | 13.320 | 297.845 | 284.101 |
| | Privada | 160.369 | 298.832 | 818.781 | 381.560 | 375.405 | 251.479 | 45.570 | 22.602 | 21.290 | 6.790 |
| | Total | 366.986 | 1.375.043 | 6.014.209 | 2.871.120 | 2.831.907 | 1.813.795 | 69.418 | 41.913 | 834.894 | 433.056 |
| TOTAL REGIÃO ABCDMRR | Estadual | 0 | 0 | 248.991 | 92.962 | 156.029 | 106.191 | 330 | 320 | 51.535 | 18.282 |
| | Municipal | 9.558 | 62.270 | 76.925 | 55.438 | 2.739 | 1.220 | 1.218 | 904 | 16.702 | 16.491 |
| | Privada | 7.480 | 16.437 | 52.343 | 24.473 | 25.195 | 15.801 | 2.137 | 1.300 | 1.357 | 195 |
| | Total | 17.038 | 78.707 | 378.259 | 172.873 | 183.963 | 123.212 | 3.685 | 2.524 | 69.594 | 34.968 |
| SÃO BERNARDO DO CAMPO | Estadual | 0 | 0 | 49.880 | 0 | 49.880 | 30.744 | 11 | 11 | 15.327 | 4.706 |
| | Municipal | 2.762 | 24.054 | 49.430 | 49.430 | 0 | 0 | 865 | 600 | 5.285 | 5.285 |
| | Privada | 774 | 2.395 | 15.481 | 6.966 | 7.968 | 5.221 | 484 | 221 | 365 | 47 |
| | Total | 3.536 | 26.449 | 114.791 | 56.396 | 57.848 | 35.965 | 1.360 | 832 | 20.977 | 10.038 |
| SÃO CAETANO DO SUL | Estadual | 0 | 0 | 11.892 | 5.774 | 6.118 | 5.899 | 0 | 0 | 2.271 | 808 |
| | Municipal | 1.441 | 3.456 | 3.209 | 1.575 | 1.539 | 1.220 | 52 | 51 | 474 | 263 |
| | Privada | 419 | 916 | 5.320 | 2.467 | 2.790 | 1.676 | 498 | 243 | 252 | 66 |
| | Total | 1.860 | 4.372 | 20.421 | 9.816 | 10.447 | 8.795 | 550 | 294 | 2.997 | 1.137 |
| SANTO ANDRÉ | Estadual | 0 | 0 | 58.772 | 24.032 | 34.740 | 25.788 | 197 | 197 | 11.028 | 3.975 |
| | Municipal | 2.256 | 6.560 | 17.371 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.499 | 4.499 |
| | Privada | 4.323 | 8.540 | 18.650 | 8.800 | 8.711 | 6.434 | 13 | 13 | 547 | 82 |
| | Total | 6.579 | 15.100 | 94.793 | 32.832 | 43.451 | 32.222 | 210 | 210 | 16.074 | 8.556 |

| | | | | | | | | | | | |
|---------------------------|-----------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|-----|-----|--------|-------|
| DIADEMA | Estadual | 0 | 0 | 53.848 | 25.411 | 28.437 | 19.065 | 53 | 49 | 9.651 | 3.247 |
| | Municipal | 1.147 | 11.846 | 3.772 | 2.490 | 0 | 0 | 147 | 99 | 4.467 | 4.467 |
| | Privada | 1.147 | 2.890 | 4.529 | 2.023 | 1.603 | 648 | 279 | 279 | 15 | 0 |
| | Total | 2.294 | 14.736 | 62.149 | 29.924 | 30.040 | 19.713 | 479 | 427 | 14.133 | 7.714 |
| MAUÁ | Estadual | 0 | 0 | 56.201 | 28.941 | 27.260 | 18.165 | 69 | 63 | 9.612 | 4.252 |
| | Municipal | 1.335 | 12.167 | 1.395 | 720 | 675 | 0 | 154 | 154 | 1.977 | 1.977 |
| | Privada | 585 | 1.299 | 6.289 | 3.144 | 3.122 | 1.369 | 216 | 22 | 143 | 0 |
| | Total | 1.920 | 13.466 | 63.885 | 32.805 | 31.057 | 19.534 | 439 | 239 | 11.732 | 6.229 |
| RIBEIRÃO PIRES | Estadual | 0 | 0 | 12.323 | 5.759 | 6.564 | 4.863 | 0 | 0 | 2.351 | 818 |
| | Municipal | 379 | 3.041 | 1.748 | 1.223 | 525 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Privada | 232 | 292 | 2.074 | 1.073 | 1.001 | 453 | 518 | 427 | 35 | 0 |
| | Total | 611 | 3.333 | 16.145 | 8.055 | 8.090 | 5.316 | 518 | 427 | 2.386 | 818 |
| RIO GRANDE DA SERRA | Estadual | 0 | 0 | 6.075 | 3.045 | 3.030 | 1.667 | 0 | 0 | 1.295 | 476 |
| | Municipal | 238 | 1.146 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Privada | 0 | 105 | 0 | 0 | 0 | 0 | 129 | 95 | 0 | 0 |
| | Total | 238 | 1.251 | 6.075 | 3.045 | 3.030 | 1.667 | 129 | 95 | 1.295 | 476 |

Fonte: INEP/MEC (*) Educação de Jovens e Adultos

Localizada no município de São Bernardo do Campo, a Metodista tem buscado nortear suas ações em sintonia com esse formidável potencial humano, material e ambiental, integrando-se à região mediante intervenções na comunidade e propostas acadêmico-científicas que sejam colaboradoras do desenvolvimento e crescimento do Grande ABC, bem como que possam representar uma formação sólida, participativa e atualizada de seus egressos.

Essa experiência acumulada com sua inserção regional tornou a Metodista centro de excelência para outros contextos e regiões. Hoje, ela é uma instituição de alcance nacional e internacional, pois seu campo de abrangência ultrapassa as fronteiras de seu entorno imediato, devido a iniciativas bem-sucedidas em cursos EAD e nos programas de pós-graduação. A inserção regional não é impedimento para a atuação competente em outras regiões do Brasil e da América Latina; ao contrário, é justamente essa experiência acumulada que tem qualificado a Metodista em sua inserção nacional cada vez maior por meio da EAD. Além disso, é inquestionável a relevância do trabalho das pós-graduações da Metodista na formação de grande número de pessoas que por aqui passaram, o qual ultrapassa as fronteiras do Brasil, ampliando lideranças acadêmicas em instituições de diversas instituições latino-americanas e caribenhas.

2.2 - Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição

A Metodista, em seu Projeto Político-Pedagógico, define os princípios e fundamentos das práticas acadêmico-pedagógicas nos seguintes termos:

A Constituição de 1988, e posteriormente a LDB, marcam um processo contínuo de descentralização na organização e administração do sistema de ensino nacional, tradicionalmente autoritário, centralizado e verticalista nas decisões. Nessa perspectiva, a base legal da UMESP, em termos institucionais, passou a fundar-se em inúmeras leis, decretos, resoluções, portarias, pareceres, recomendações, parâmetros, que têm sido postos tendo em vista contribuir para consolidar a autonomia das instituições de ensino superior. Trata-se de uma reordenação do sistema de ensino face às novas necessidades contextuais – políticas e econômicas – que vêm emergindo internacionalmente desde a década de 90 do último século.

Se, de um lado, busca-se a flexibilização do sistema em nome da autonomia institucional universitária, de outro, implementa-se um processo de avaliação contínua do ensino superior. Nesse sentido, como atestam os documentos oficiais, tanto a intenção quanto a proposição avaliativas não são punitivas, mas corretivas. Por isso, com a mesma seriedade, credibilidade e consistência pelas quais se conseguiram atingir níveis de excelência elogiados internacionalmente nos processos avaliativos dos cursos de Pós-Graduação, tornam-se objetivos do presente, os seguintes:

- criar formas atualizadas de acompanhamento de estruturas e processos de organização que configurem o que as instituições universitárias se propõem a fazer, o que efetivamente fazem e como o fazem com respeito aos cursos de Graduação e de Pós-Graduação;

- constituir hierarquias de status de prestígio e de organização dos Cursos de Graduação – correspondentes ou semelhantes aos de Pós-Graduação – para se poder definir políticas de acordo com programas de interesse nacional, tendo em vista o desenvolvimento da qualidade da Graduação no País, com recursos próprios para bibliotecas, laboratórios, propiciando intercâmbios envolvendo cursos e instituições, dentre outros.

Atenta a tais desideratos, a UMESP vem se adiantando com frequência ao que tem merecido consideração, ao aprimorar as suas estruturas ou formas de organização e de proposição dos seus Cursos de Formação Profissional – tanto de Graduação quanto de Pós-Graduação – perseguindo patamares de melhor qualidade em vários dos aspectos da formação profissional de seus alunos para o século XXI.

Nestes termos, considera o atendimento ao disposto na Lei 9.394/96, em especial a ênfase em seu Art. 1º, Inciso I, o qual explicita que cabe à instituição de ensino elaborar e executar sua proposta pedagógica. Bem como o Art.13, no qual se volta a priorizar, no texto da LDB, a proposta pedagógica, configurando-a como uma construção coletiva, na qual os docentes se incumbem de participação ativa na sua elaboração. Assim, assegura-se, no presente da UMESP, um duplo sentido e um triplo espaço de envolvimento coletivo: o de elaboração, de ajustes ou de atualização da Proposição Pedagógica Institucional, bem como o de implementação efetiva da proposta delineada com a própria comunidade acadêmica, implicando a participação docente e o alunado de cada curso.

Nos últimos anos, os estudos acadêmicos, as políticas públicas, as documentações oficiais concebem a participação daqueles que são acolhidos pela instituição e a ela se vinculam como estratégia central de melhoria da qualidade do ensino, entendendo que os atributos de pertencimento, por ela gerado, criam e consolidam o envolvimento e o compromisso tanto dos educadores quanto dos demais segmentos da comunidade escolar universitária.

Em função disso, pode-se perceber dois níveis de propostas pedagógicas interdependentes: o primeiro é o nível institucional, que diz da identidade, da missão da Instituição, no que se refere à globalidade do seu Ensino, da sua Pesquisa e das suas atividades de Extensão. O segundo é o nível específico de cada um de seus Cursos.

(...)

Destaca que desde a sua institucionalização, a UMESP considerou a construção da sua proposta pedagógica – quer institucional, quer específica de cada curso – como uma oportunidade de instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico na qual possam se manifestar conflitos e contradições latentes. Isto passa a ser realizado pela explicitação dos ideais, anseios e aspirações do coletivo escolar, tendo como leme a ampliação do entendimento técnico-científico, de forma tal que venha favorecer a aquisição de competências científicas, pedagógicas e políticas, e possa fazer avançar seus processos didático-pedagógicos institucionais. A representatividade dos diferentes segmentos surge como ponto fundamental para viabilizar, como dito anteriormente, o sentido de pertencimento a e comprometimento com a proposta pedagógica coletivamente elaborada.

Em decorrência disso, vale reiterar que a sua execução é coletiva, tendo os vários e os diferentes representantes institucionais o papel de expressar consensos e dissensões expressos e discutidos no seu grupo de origem, visando ao redirecionamento ou à

consolidação das ações definidas no projeto pedagógico elaborado e assumido pela comunidade universitária.

Evidentemente estes novos caminhos que vêm sendo trilhados pela UMESp foram e serão pautados por avanços e recuos, acertos e desacertos, na perspectiva dos processos cotidianos dos próprios envolvidos. Neste contexto, adquiriu importância crucial a busca que tem sido encetada pelas universidades brasileiras, que é a de refletirem sobre si mesmas, suas tarefas e o quanto têm efetivamente realizado daquilo a que se propõem, e que podem evidenciar pelos seus mecanismos de avaliação institucional. Tais mecanismos têm sido postos como desafios adicionais, decorrentes da solicitação continuada dos diferentes setores da comunidade universitária, tendo em vista a criação e o aprimoramento constantes de instrumentos que expressem e avaliem o que se quer fazer, as formas ou as vias de realizar esses intentos, que explicitem o quanto se está fazendo, que sejam definidas estratégias responsáveis por redirecionamentos imprescindíveis ou por replanejamentos necessários. Nessa perspectiva, tomam-se os ‘desacertos’, quando os há, como oportunidades de reflexão para crescimento do coletivo institucional, e os ‘acertos’ como realizações que podem, certamente, ser aprimoradas.

2.3 - Políticas de Ensino

O Projeto Político Institucional da Metodista, aprovado pelos colegiados superiores em 2002, tem estabelecido no item II. Ensino:

(...) alguns princípios norteadores das ações de ensino-e-de-aprendizagem devem ter destaque na práxis pedagógica da UMESp, quais sejam:

- A percepção/concepção de que o aluno é um possuidor e construtor de idéias sendo, portanto, sujeito e não objeto do seu processo educativo.
- A compreensão de que ensinar implica ouvir o outro, instaurar conflitos, negociar significados, oferecer os suportes teórico-científicos disponíveis para problemas emergentes ou deliberadamente colocados, criando condições de ampliação da organização do conhecimento do aluno e de maior mobilidade de sua estrutura psicológica de conhecimento.
- A compreensão de que aprender é interagir, posto que a aprendizagem é um processo ativo que culmina na renovação mental e em novas necessidades cognitivas, que surgem em ambientes de ensino-e-de-aprendizagem que estimulam a indagação, com exposição das hipóteses do educando.
- O entendimento de que o processo de ensino configura-se numa relação dialógica na qual os conteúdos a serem desvelados e adquiridos situam-se como instrumentos de crescimento dos envolvidos nesta relação, sendo os conceitos estruturantes de uma área ou subárea trabalhados e retrabalhados sob novas formas para que sejam, de fato, clareados e tornados passíveis de apreensão e de aprendizagem significativa.
- A clareza de que a abordagem de conceitos estruturantes e específicos de uma área requer não só o seu domínio histórico e epistemológico, mas também a explicitação dos seus elos com o contexto atual, com suas perspectivas futuras e com as demais áreas, desde que permeada por um posicionamento inter ou transdisciplinar.
- A visão compreensiva do desenvolvimento da pesquisa científica e das

atividades de extensão universitária como aspectos fundamentais do ensino e da aprendizagem em nível superior.

- A compreensão dos processos avaliativos enquanto momentos de ‘sínteses provisórias’, oportunidades de articulações cognitivas novas e de metacognição.
- O entendimento dos estágios profissionais e de docência enquanto instantes privilegiados de iniciação profissional, de articulação de teorias com a prática e de vivência tutelada da problemática das diversas profissões no mundo atual, ao longo dos cursos.

Esses princípios fundam as ações várias de ensino dos diversos cursos profissionais da UMESP que levam também em conta um ‘tripé’ de experiências – uma outra base triádica – explicitada em termos de aquisições epistemológicas e teórico-metodológicas na relação ensino-aprendizagem no sentido (A) da experiência pessoal, (B) da experiência profissional e (C) da experiência cidadã.

Nessa perspectiva, passam-se, progressivamente, a ações pedagógicas universitárias delineadas para consolidação de um eixo de formação do graduado da UMESP, em termos da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, à medida que, na rotina das disciplinas e dos cursos de formação profissional, se busque explicitar para implementar em termos mutuamente inclusivos:

- (1) o Ensino gerando aprendizagem significativa para o aluno;
- (2) o Ensino com Pesquisa – apontando para o real domínio dos instrumentos e questionamentos pelos quais ou nos quais cada profissão se expressa nos seus processos de evolução;
- (3) o Ensino com Extensão – apontando continuamente para a formação profissional contextualizada em meio às agudas questões da sociedade contemporânea (coincidindo com algumas das proposições do FORGRAD/2002).

A filosofia educacional que funda o Ensino da UMESP se concretiza quer nos seus processos pedagógicos e científicos, quer em processos de escolha e de tomada de decisões profissionais, mantendo-se presentes, em última análise, os atributos do humano em decorrência da manifestação de uma certa consciência planetária da formação profissional como formação do cidadão do mundo.

Além disso, essa base filosófica do Ensino se concretiza na valorização do trabalho docente, posto que considera o professor como ‘um dos motores da Universidade’. Isso porque a qualidade do ensino depende não apenas do conhecimento do professor, mas também das condições de que este disponha para exercer a docência, dos recursos a ele oferecidos para realizar as pesquisas academicamente aprovadas, dos estímulos ao seu aperfeiçoamento constante, do apoio didático-pedagógico que lhe é proporcionado, do ambiente comunitário de cooperação e de entrosamento em que trabalha.

Em 2003, o Consun aprovou as **Diretrizes Curriculares para Formação dos Projetos Pedagógicos e Organização da Matriz Curricular de Curso de Graduação**. Esse documento procurou nortear a construção do projeto pedagógico, refletindo a visão institucional, as premissas do PPI, as diretrizes do MEC/INEP, as indicações da reunião de FORGRAD de 2002, a identidade da Metodista e a sua inserção na região. As diretrizes definem:

Ensino não se resume apenas à profissionalização em sentido técnico, mas assume efetivamente um sentido de busca continuada do desenvolvimento pleno do cidadão e do futuro profissional, em termos autônomos, livres, criativos, responsáveis. Sendo assim, a formação cognitiva, técnica e profissional alia-se à formação cidadã de forma tal que tornam o indivíduo consciente de sua condição social, política e espiritual, voltado para a reflexão e capaz de discernir para considerar os problemas do mundo e da sociedade.

A participação da comunidade universitária da Metodista na operacionalização dos princípios estabelecidos ocorre por intermédio de diferentes grupos de trabalho; comitês; Fórum de Coordenadores; Fórum para Políticas Acadêmicas, Administrativas e Tecnológicas (FORPAAT); e seminários interativos para professores, docentes e discentes.

O Fórum Para Políticas Acadêmicas, Administrativas e Tecnológicas (FORPAAT) tem participação de representantes de cargos e funções que respondem pelas ações efetivas dos setores vários, para debater idéias, definir avanços e resolver problemas institucionais de natureza coletiva e de interesse comum. Ele garante um espaço rico para discussões, análises e encaminhamentos de providências e posições ou soluções acadêmicas à Reitoria e à Vice-Reitoria.

O Grupo de Trabalho se propõe a discutir e buscar formas de envolvimento da comunidade acadêmica - especialmente dos docentes da Metodista - na consideração coletiva do futuro pedagógico da Universidade, de modo a constituir e explicitar um **diferencial de qualidade** de suas práticas de formação profissional. Enfoca **possibilidades e alternativas de mudanças curriculares e de práticas de ensino**, tendo em vista o aprimoramento da qualidade da formação profissional oferecida, a ser projetada como parte do processo de elaboração coletiva - e progressiva - do novo Projeto Político Pedagógico Institucional da Metodista e do aperfeiçoamento das diretrizes para reformulação dos projetos pedagógicos.

2.4 - Políticas de Pesquisa

O Projeto Pedagógico Institucional da Metodista define no Item III. Pesquisa:

Gerar, promover e difundir conhecimentos – por meio da pesquisa – constituem atribuições essenciais do ensino superior. No âmbito da Universidade, desenvolvem-se pesquisas científicas e tecnológicas, estudos acadêmicos em ciências sociais, humanas, biológicas e exatas, bem como atividades criativas também nas artes.

A promoção do saber completa-se não somente pela divulgação do resultado das atividades de pesquisa e de criação, mas também quando esse saber se estende à comunidade através das atividades de Extensão e quando eleva e renova a qualidade do Ensino – nos cursos de Graduação e Pós-Graduação – pela presença de conteúdos novos, construídos nas atividades investigativas de pesquisa.

Apesar da clareza com que hoje se concebe a universidade, como local de produção e difusão do saber, isto nem sempre foi assim. O papel da pesquisa na universidade modifica-se à medida que evolui o próprio conceito de conhecimento e o seu modo de construção e de transmissão crítica e criativa. Durante muito tempo conferiu-se à universidade uma aura de templo onde se armazenava e reproduzia o saber – que era passado de geração a geração, em forma de exposição, feita pelos mestres, à

comunidade de alunos, que o recebiam passiva e acriticamente. No caso das universidades brasileiras, apenas aquelas dependentes do poder público desenvolviam sistematicamente a produção e a divulgação do conhecimento.

A implantação de programas de pós-graduação no sistema de ensino particular propiciou o surgimento de um ambiente mais adequado à pesquisa e à produção do conhecimento, mas, ainda assim, até meados dos anos 1980, seguramente, os cursos de graduação foram vistos como locais em que os alunos permaneciam apenas o tempo suficiente para formar-se; terminada a formação, considerava-se o aluno “pronto”. Até então, os que permaneciam na própria universidade para cursar pós-graduação constituíam um pequeno grupo, com interesse, quase sempre, no magistério superior.

Se a multiplicação de programas de pós-graduação foi um fator decisivo para que a universidade se tornasse efetivamente um local de produção do saber, não foi menor o peso das novas concepções sobre o processo de aprendizagem. Apesar de inúmeras distorções no modo como se divulgou no Brasil, a corrente construtivista teve o mérito de demonstrar, a todos os envolvidos em ensino, que a aprendizagem depende de um envolvimento participativo e crítico, por parte dos alunos. Assim, a idéia de um conjunto fechado de saberes, definido pelo professor para ser transmitido a grupos sucessivos de alunos, como tese está definitivamente sepultada, em todos os níveis de escolaridade.

O conceito de aprendizagem deve refletir-se em todas as instâncias da vida universitária, e, em especial, nas propostas pedagógicas. Assim, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UEMESP geralmente apontam para uma atitude reflexiva e problematizadora por parte do aluno, que lhe permitirá vir a ser produtor do seu próprio conhecimento. O comportamento investigativo se aplica tanto às atividades ditas ‘de sala de aula’ quanto as de ‘fora dela’ (cf. documento do FORGRAD, 2000). A pesquisa é, portanto, inerente a todo o processo gerado no âmbito universitário, e não apenas uma parte sua, complementar ou final.

A Pesquisa é, nestes termos, assumida como princípio pedagógico, isto é, ela constitui atividade de rotina universitária, posto que (1) passa a estar presente, sendo vivenciada interativamente desde os primeiros momentos da presença dos estudantes na Universidade; (2) torna-se uma realidade cotidiana da prática pedagógica dos docentes que, por este meio, conduzem efetivamente os universitários a construírem-se não somente como profissionais competentes, mas também como cidadãos competentes.

A Pesquisa como princípio pedagógico, na UEMESP, é o que redimensiona o Ensino – exclui os processos pedagógicos do âmbito restrito do “ensinar para transmitir conhecimentos” – e a função social da Universidade. Isto pode ser evidenciado nas ações da rotina diária, na partilha do conhecimento adquirido, do conhecimento construído com a comunidade do seu dia-a-dia, de forma tal que esta possa vir a melhorar sua qualidade de vida, possa aprimorar-se, possa aprender a viver mais e melhor.

À medida que os docentes-pesquisadores assumem a pesquisa como princípio pedagógico e passam a utilizá-la como estratégia de ação formativa em sala de aula, deixam de fazer ensino tradicional estéril e passam a realizá-lo com uma nova qualidade. Ampliam-se as possibilidades de formar profissionais fora do âmbito restrito de “imitar soluções”, uma vez que se passa a formar profissionais com criatividade e competência para identificar problemas, construir e reconstruir respostas.

Ao mesmo tempo – e porque é salutar que a Pesquisa enfoque sempre problemas

‘concretos’ da realidade com a qual se está trabalhando – abre-se a possibilidade de, sem fugir dos limites disciplinares, fazer nascer novas/outras ações de extensão que ampliem o canal de comunicação entre a universidade e a sociedade com suas necessidades, quer de nível local, regional, nacional ou até mesmo internacional.

Na medida em que a Pesquisa imbrica-se ao Ensino e à Extensão, consolida-se progressivamente a formação do cidadão competente, isto é, do profissional-cidadão-competente preparado para ler criticamente os problemas da vida cidadã e, ao mesmo tempo, intencionar e criar estratégias para a construção de uma boa qualidade de vida com e na cidadania, democraticamente compreendida em seus múltiplos aspectos.

2.5 - Políticas de Extensão

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, a Universidade concebe a Extensão nos seguintes termos:

A busca de relevância para o conhecimento produzido na e compartilhado pela Universidade aporta com segurança nas atividades de Extensão. Estas representam a inserção da Universidade na comunidade, a partir de demandas desta última, o que confere um caráter dialógico à relação entre as duas. Isto significa que necessidades sociais são apresentadas, requerendo um tratamento que leve em consideração os elementos presentes em seu surgimento. Implica daí que há limites para a atuação da Universidade, que deve ter clareza quer do papel que lhe compete, quer do papel de outras agências que têm também sua responsabilidade na formulação de respostas às questões emanadas dos agrupamentos sociais. Aqueles limites, contudo, não impedem que a criatividade seja utilizada e que apareçam respostas novas para “velhos problemas”.

Extensão Universitária é entendida na UMESP, portanto, em termos do ‘diálogo com a sociedade’, expresso pelo desenvolvimento de atividades que particularmente propiciem visando encontrar soluções para questões que englobam os componentes do ambiente em que a vida da humanidade em geral se desenvolve.

A compreensão de que formamos cidadãos planetários incentiva-nos a perceber que partilhamos da vida com outras pessoas e com outras espécies vivas no planeta Terra. A Universidade proporcionará condições para que tal compreensão seja potencializada, ao assumir-se dinamicamente o princípio de imbricação Ensino-Pesquisa-Extensão.

A sociedade brasileira tem se deparado com um grande número de desafios coletivos como, por exemplo, a mortalidade infantil, a fome, o déficit habitacional, o analfabetismo, a violência nas cidades e no meio rural, aguardando soluções. Por outro lado, os avanços científicos e tecnológicos alcançados pela humanidade não têm sido convertidos em aumento do bem-estar geral, pois parcelas significativas da população têm acesso limitado ou nenhum aos resultados desses avanços. Decorre disto que o processo de exclusão se agrava e se reveste de um caráter permanente.

Ainda que esteja aberta ao relacionamento com toda a sociedade, a UMESP considera prioritário o atendimento aos segmentos sociais sistematicamente excluídos do acesso aos benefícios advindos do conhecimento. A Extensão na UMESP não tem pretensões meramente assistencialistas, mas busca concentrar esforços e recursos disponíveis no tratamento preferencial às demandas daquelas parcelas da comunidade. Passa a colaborar, assim, para estimular a *compreensão do diferente*, entre docentes e discentes que circulem pela Universidade e participam de atividades de Extensão Universitária. Ajuda, também, a despertar a curiosidade para o estudo

das causas da incompreensão, combatendo atitudes e comportamentos como desprezo, indiferença frente à miséria, discriminação, violência, dentre outras mazelas sociais.

Ao envolver estudantes e professores nas atividades, projetos e programas de Extensão, a UMESP contribui para que os primeiros tenham sua individualidade respeitada e para que se conscientizem de que não são meras peças na engrenagem social. Isto se dá à medida que os agentes se percebem como sujeitos envolvidos em relações, que rompam com o isolamento egocêntrico, e que se lancem a conhecer e a servir outros seres humanos que vivem na mesma cidade, na mesma região, no mesmo país, na mesma Terra. O objetivo é, portanto, divulgar o entendimento ético de que a condição humana comporta o indivíduo, a sociedade e a espécie.

O estreitamento dos vínculos entre Universidade e Sociedade certamente fortalecerá o sentimento de responsabilidade de uns para com os outros, tanto no âmbito local quanto no espaço global. Proporciona com isto a reversão do processo de enfraquecimento de práticas que demonstrem solidariedade entre as pessoas, atestando e conferindo a eficácia do conhecimento produzido na Universidade, articulado nos diversos campos de saber nela representados.

Desde que a Constituição brasileira de 1988 passou a conter a formulação do princípio de indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, passou-se a conferir a esta última, pela primeira vez na história da legislação nacional, uma igual relevância, importância e nobreza acadêmica que já se parecia atribuir aos dois outros pilares da atividade universitária. Nessa perspectiva, os três pilares atuais representam três momentos da ação universitária: (1) a produção ou construção do conhecimento, (2) a partilha do conhecimento na Universidade, e (3) a disponibilização do conhecimento à sociedade.

Vale ressaltar o Art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) ao estabelecer que a Educação Superior tem como uma de suas finalidades estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

Tomando-se as duas referências legais acima, é possível verificar, para compreender, que a Extensão comporta e assume, na sua essência, a idéia de difusão e transferência do conhecimento, o que a faz obrigatoriamente articulada ao Ensino e à Pesquisa. Nesta articulação e no caso da Extensão, mais especificamente, tal difusão se dá com vistas aos grupos que não freqüentam os espaços físicos próprios da Universidade, marcando a compreensão de que esta não é nem pode ser um corpo estranho à sociedade. No seu relacionamento com os vários segmentos desta mesma sociedade, ora está mais próxima, ora mais distante, mas nunca completamente isolada. Isto se dá até porque são os grupos sociais que conferem finalidades à Universidade. Esse relacionamento constitui o cerne do que é compreendido como Extensão pela UMESP, caracterizada pela ênfase na busca de relevância para as suas atividades, principalmente junto aos setores sociais que não têm acesso às conquistas empreendidas pela Ciência e pelas modernas tecnologias.

As ações desenvolvidas pela Universidade, abrigadas sob o nome de Extensão, significam essencialmente que a Universidade tem como compromisso o estabelecimento de pontos de contato e diálogo com a sociedade circundante, estendendo-se e deixando-se alcançar por esta. Por isso mesmo, as atividades acadêmicas representadas pelo Ensino e pela Pesquisa imbricam-se à Extensão – expressando o caráter de indissociabilidade enunciado – na busca do atendimento de demandas sociais. A tríade indissociável é balizada, no entanto, por valores e questionamentos éticos, para que a Universidade resista ao apelo de se amoldar

ingenuamente à sociedade. Decorre daí que o envolvimento da Universidade com a comunidade próxima ou remota ocorre de maneira crítica, sem deixar de ser altruísta, encontrando na Extensão momentos e movimentos apropriados para desenvolver ações capazes de alterar qualitativamente a vida das comunidades. Tais ações jamais se encerram em si mesmas, devendo gerar reflexões sobre sua eficácia e coerência em relação aos objetivos propostos.

Por princípio, a Universidade deve conhecer como as demandas sociais surgem e por que surgem. O saber oferecido à sociedade não é propriedade exclusiva da Universidade, nem se encontra “pronto e acabado”. Através dos grupos sociais com os quais interage e através das questões que surgem das atividades próprias do ensino, da pesquisa e da extensão, novas respostas são oferecidas, posto que, tanto individual quanto coletivamente, a dinâmica da vida impõe uma ininterrupta comunicação entre a Universidade e os demais agentes sociais. Na UMESP, justamente nesse âmbito, a Extensão apresenta-se como recurso educativo imprescindível a ser utilizado já no planejamento das disciplinas ministradas nos diferentes cursos.

2.6 - Políticas de Gestão

A Metodista tem definidas as seguintes diretrizes:

- A estrutura organizacional deve contemplar, prioritariamente, decisões colegiadas, reforçando a ação dos órgãos colegiados superiores da mantenedora e das mantidas;
- As decisões devem ser participativas e capazes de desenvolver capacidade criativa;
- As informações devem estar disponíveis, de acordo com o nível e respectiva competência, cabendo a todos a responsabilidade por mantê-las atualizadas;
- A estrutura organizacional precisa ser flexível para permitir o crescimento e as inovações institucionais.

Tendo como referenciais tais diretrizes, a Metodista tem estabelecido os seguintes princípios:

- Perseguir um modelo organizacional racional, flexível e dinâmico, capaz de responder às exigências dos objetivos institucionais e das relações com a comunidade interna e externa;
- Dimensionar as necessidades de pessoal docente e técnico-administrativo, em termos quantitativos e qualitativos, a partir das decisões estratégicas, do aproveitamento otimizado e flexível de métodos, processos e recursos;
- Priorizar as atividades e decisões colegiadas com vistas a dinamizar a socialização das informações.

2.7 - Responsabilidade Social

A Universidade Metodista de São Paulo guia suas ações por uma filosofia pautada nos princípios cristãos e no compromisso com a busca por melhores condições de vida para a

comunidade. Preocupada com a formação integral de seus alunos, fundamenta sua atuação sobre três eixos principais: **Educação por toda a Vida, Comunidade Aprendente e Inserção Regional**.

Assim, a Universidade procura oferecer serviços que complementam e enriquecem as atividades de ensino e, ao mesmo tempo, beneficiam a população da região em que está localizada. O objetivo é formar profissionais aptos a atender às exigências do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, conscientes de seu papel social.

A Metodista coordena e realiza diversas atividades, programas e projetos de extensão e prestação de serviços à comunidade, nas áreas de cidadania, comunicação, educação, esportes, meio ambiente, saúde e saúde pública. Vários deles são desenvolvidos por meio de parcerias/convênios com o setor público, empresas e organizações locais e têm alcançado reconhecimento pela seriedade e resultados alcançados.

Os cursos têm sido estimulados a encontrar oportunidades em relação com a comunidade mediante projetos e atividades de extensão. Paralelamente, os alunos participam de disciplinas no Núcleo de Formação Cidadã, cujo conteúdo direciona-se a desenvolver reflexões e práticas que estimulem o diálogo entre a Universidade e a comunidade.

Assim, mais do que colocar em prática ou aprofundar os conhecimentos adquiridos na Universidade, os projetos da Metodista e as ações sociais nela desenvolvidas têm como principal objetivo oferecer à comunidade planos que visam solucionar, ou pelo menos abrandar, alguns dos anseios e necessidades da população do ABCDMRR primeiramente, mas também do estado de São Paulo e do País.

3 - IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

3.1 - Cronograma de implantação e desenvolvimento da Instituição

3.1.1 - Programação de abertura de cursos de Graduação, Tecnólogo e Seqüenciais (presencial e a distância)

Na forma da Lei e do seu Estatuto, a Metodista goza de autonomia didático-científica, que consiste em:

- I - estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão;
- II - **criar, organizar, modificar, suspender ou extinguir funcionamento de cursos e habilitações, em consonância com as demandas econômicas e socioculturais da sociedade, observada a legislação em vigor;**
- III - organizar, reformular e aprovar os currículos de seus cursos de graduação e pós-graduação, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
- IV - estabelecer o seu regime acadêmico, didático-científico e critérios de avaliação do rendimento escolar;
- V - estabelecer critérios para seleção, admissão, promoção e habilitação de alunos;
- VI - conferir graus, diplomas, certificados e outros títulos;
- VII - interagir com entidades culturais e científicas, nacionais e internacionais, para o aprimoramento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
e
- VIII - **fixar o número de vagas iniciais dos novos cursos e alterar as dos existentes.**

O Conselho Universitário (Consun), órgão colegiado superior, deliberativo, normativo e de recurso, na forma estabelecida pelo Estatuto da Metodista, dentre outras, tem por competência:

- deliberar sobre a criação, incorporação, suspensão e extinção de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, programas e serviços, obedecida a legislação pertinente;
- fixar o número de vagas iniciais de novos cursos e alterar o número de vagas existentes, ouvidas as unidades de ensino interessadas.

O Regimento Geral da Metodista estabelece que na criação e manutenção de cursos, são observados os seguintes critérios:

- I- compatibilidade dos objetivos do curso com a filosofia, finalidades, prioridades e metas do planejamento anual da Universidade;

- II- atendimento ao mercado de trabalho regional e nacional e ao Projeto Pedagógico Institucional da Universidade; e
- III- atendimento às necessidades e expectativas da comunidade.

Nos termos do Decreto nº 5.773, de 2006, que regulamenta a Lei 9.394/96, as universidades, nos limites de sua autonomia, observado o disposto nos parágrafos 2º e 3º do Artigo 28, independem de autorização para funcionamento de curso superior, devendo informar à Secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento.

3.1.2 - Programação de abertura de cursos de Pós-Graduação (*Lato e Stricto Sensu*)

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* e os de educação continuada (aperfeiçoamento e atualização) têm por finalidade desenvolver e aprofundar estudos já realizados em cursos de graduação e seqüencial de formação específica e são oferecidos de acordo com as normas aprovadas pelo Consun. Caracterizam-se pela realização de atividades teóricas e práticas cujo principal objetivo é a reciclagem de conhecimentos específicos à atividade profissional, tendo o cuidado também de incentivar a prática científica, chamar a atenção e preparar melhor eventuais interessados em prosseguir na carreira acadêmica.

A Metodista oferece cursos de pós-graduação *lato sensu* nas diversas áreas do conhecimento, com destaque para Administração, Controladoria, Marketing, Gestão, Estudos Wesleyanos, Jornalismo Cultural, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Psicopedagogia, Endodontia, Ortodontia, Gestão de Recursos Humanos e Psicopedagogia Clínica e Institucional.

Em 2006, nos termos da Resolução Consun nº 39 foram aprovadas Diretrizes para Elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*.

Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Os cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado são oferecidos em consonância com regulamentação própria, aprovada pelo Consun, obedecem às demais disposições regimentais cabíveis e às emanadas dos órgãos governamentais competentes, conduzindo aos graus de mestre e doutor, respectivamente.

Na Metodista, a pós-graduação *stricto sensu* teve início em 1978. Tem como objetivos principais: a formação científica aprofundada de professores, pesquisadores e especialistas; a realização de estudos sistemáticos e pesquisas avançadas nas diversas áreas de concentração; o estímulo à produção científica; e a divulgação de dissertações, teses, monografias e trabalhos de pesquisa.

A Universidade oferece cursos nas seguintes áreas:

Mestrado:

Administração - PM 1.919/05
Ciências da Religião - PM 2.878/05
Comunicação Social - PM 2.878/05
Educação - PM 2.878/05
Odontologia - PM 2.878/05
Psicologia da Saúde - PM 2.878/05

Doutorado:

Ciências da Religião - PM 2.878/05
Comunicação Social - PM 2.878/05

3.1.3 - Programação de abertura de cursos a distância

Pela Portaria MEC nº 1.770, de 1º de novembro de 2006, a Metodista teve aditado seu ato de credenciamento para oferta de cursos superiores a distância, na sua sede e em parcerias estabelecidas em outras unidades da Federação.

A Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007, que regulamenta o Decreto nº 5.622, de 2005 estabelece:

*Art. 3º - A oferta de cursos superiores de EAD sujeita-se a pedido de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, **dispensada a autorização para instituições que gozem de autonomia, exceto para os cursos de Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia, na forma da legislação.***

Os pólos de apoio presencial com os respectivos cursos em funcionamento e outros que a Metodista, por força de sua autonomia, venha a criar, integrarão o Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior - SiedSup/INEP/MEC.

3.1.4 - Programação de abertura de cursos de extensão

A inserção regional é um dos focos de atenção da Universidade. A Metodista define extensão como uma prática universitária oferecida à comunidade, mediante a prestação de serviços. Suas ações alicerçam-se nas prioridades da região do ABCDMRR, em primeiro lugar, seguidas daquelas existentes no estado de São Paulo e no País.

De acordo com o tempo de duração, os trabalhos de Extensão da Metodista são classificados como:

- *Atividades:* ações desenvolvidas em poucos dias, ou, até mesmo durante um só dia.
- *Projetos:* ações desenvolvidas ao longo de um ano letivo, podendo ser ampliado o prazo de execução por mais um ano.
- *Programas:* ações desenvolvidas em prazos de dois ou mais anos, ainda que os convênios com entidades públicas ou privadas sejam renovados anualmente.

A Universidade vem desenvolvendo programas e projetos que, pela sua importância social e

acadêmica, terão a continuidade no seu desenvolvimento. Dentre eles, destacam-se:

❖ **Comunicação**

✓ **Projeto Rádio-Escola**

O projeto é desenvolvido em convênio com a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura de Mauá para o desenvolvimento do projeto de Educomunicação para o ensino fundamental, educação especial e escola de suplência, funcionando de modo integrado, com a participação de alunos dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Rádio e TV.

✓ **Rudge Ramos Jornal**

Criado em 1980, o jornal busca oferecer exercício profissional efetivo aos alunos dos 5º e 6º semestres do curso de Jornalismo. A produção é feita sob a supervisão de professores do curso, auxiliados por estagiários da Agência Experimental de Jornalismo da Metodista, que produzem matérias jornalísticas de interesse dos moradores da região. Com tiragem de 25 mil exemplares, circulação semanal às sextas-feiras, sua distribuição é gratuita para o município de São Bernardo do Campo.

✓ **Encarte Espaço Cidadania**

Publicação voltada a temas relacionados à cidadania e suas ações de interface com a sociedade. A partir de depoimentos de especialistas da Metodista, o jornal é um espaço para discutir a participação cidadã, com informações que podem subsidiar reflexões, auxiliar em atividades e ajudar a comunidade a se organizar na administração de projetos sociais. Desde 2004, o jornal tem tiragem mensal de 2.500 exemplares e é distribuído nas clínicas-Escola e encartado no "Expositor Cristão", tradicional jornal da Igreja Metodista, editado desde 1886. Há também uma edição digital do jornal (www.metodista.br/comunicacao/espcidadania) distribuída aos e-mails internos e contatos com a Imprensa, entre outros públicos.

✓ **Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional**

Desde 1996, a Metodista abriga uma das seis sedes da Cátedra Unesco na América Latina. As principais atividades desenvolvidas são:

- **Educação:** cursos anuais de aperfeiçoamento para docentes, pesquisadores e profissionais e estímulo à presença de professores-visitantes de outros países e regiões;
- **Investigação:** estudos referentes ao estágio atual do desenvolvimento da indústria da comunicação no Brasil e na América Latina;
- **Divulgação:** publicação dos resultados das pesquisas e dos trabalhos realizados pelos participantes da Cátedra.

❖ *Educação*

✓ **Universidade Livre da Terceira Idade**

O projeto busca o retorno do idoso ao convívio cultural. A Metodista oferece às pessoas acima de 50 anos oportunidade de assistirem aulas de História da Arte, Direito, Economia e Política e Primeiros Socorros, entre outras disciplinas.

✓ **Brinquedoteca Viva**

Desenvolvida em convênio com a Fundação Volkswagen, desde agosto de 2002, tem por objetivo oferecer um espaço lúdico e uma proposta pedagógica que potencialize o aprendizado, por meio da arte do brincar.

✓ **Projeto Iniciação**

Realizado em convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania da Prefeitura de São Bernardo do Campo, o projeto oferece ensino de Língua Portuguesa, Inglesa e Espanhola aos jovens carentes participantes do Programa de Educação do Adolescente para o Trabalho (PEAT).

✓ **Programa Formação de Educadores (PROFE)**

O programa é desenvolvido em parceria com a Coordenadoria de Educação de Vila Prudente/Sapopemba - Prefeitura de São Paulo. O objetivo é capacitar professores do ensino fundamental e médio da rede pública municipal no desenvolvimento da capacidade de leitura crítica.

Outros projetos: Curso Básico de Formação de Camareira; Cursos de Informática e de Software Livre de Matemática; Projeto de Preparação dos Alunos da Rede Pública para Olimpíada de Matemática do Grande ABC; Projeto Meninos e Meninas de Rua; Projeto Amigo; Rodas de Leitura; Oficinas de Linguagem Escrita; Projeto "Sopa de Letrinhas".

❖ *Esporte*

✓ **Escola de Esportes**

Com apoio da Prefeitura de São Bernardo do Campo, o projeto é desenvolvido desde 1993 e oferece a crianças e adolescentes de 9 a 17 anos atividade socioesportiva educacional, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento do handebol brasileiro. Mantém quatro unidades, localizadas na região do Grande ABC e de São Paulo.

✓ **Programa "Bom de Nota e Bom de Bola"**

Em parceria com a empresa Carbono Química, o programa tem a participação de crianças de 7 a 13 anos, que realizam atividades esportivas como voleibol e futebol, além de dança e capoeira. Também são parceiros a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Horizonte - Promoção Social e Educacional, a Fundação Pró-Esporte e a Viação Galo de Ouro.

✓ **Projeto Vida**

Envolve práticas esportivas (natação, basquete e handebol) para crianças e

adolescentes entre 9 e 15 anos com deficiência.

❖ ***Meio Ambiente***

✓ **Mãos à Obra Tietê**

Trata-se de acordo de cooperação entre a Metodista e a Fundação SOS Mata Atlântica firmado para executar o Programa de Educação Ambiental e Monitoramento Participativo do "Projeto Tietê - Fase II", nas sub-bacias hidrográficas Billings-Tamanduateí. Considerado um dos maiores projetos ambientais da América Latina, o Projeto Tietê tem como objetivo ampliar a coleta e o tratamento de esgotos na Região Metropolitana de São Paulo para reduzir o lançamento de poluentes nos rios e córregos e melhorar a qualidade da água do Rio Tietê. Desde março de 2003, diversos grupos da comunidade, envolvendo escolas, associações de bairro, ONGs e universidades, foram formados e capacitados pela Metodista. Esses grupos vêm fazendo coletas mensais em 300 pontos da Bacia do Alto Tietê, na Região Metropolitana de São Paulo, monitorando os parâmetros da qualidade da água. As coletas envolvem tanto as áreas de nascente da Represa Billings como rios urbanos da região do ABC.

✓ **Preservação da Mata Atlântica**

O convênio da Metodista com a Ecovias objetiva conservar e recuperar ecossistemas que formam a Mata Atlântica na área do Sistema Anchieta-Imigrantes.

❖ ***Núcleo de Formação Cidadã***

Os alunos dos cursos de graduação da Metodista são estimulados a interagir com a comunidade por meio de projetos e de atividades de extensão. Paralelamente, participam de disciplinas do Núcleo de Formação Cidadã, cujo conteúdo visa desenvolver reflexões e práticas que estimulem o diálogo entre a Universidade e a comunidade. São exemplos:

✓ **Disciplina Eletiva "Colheita Urbana":** Ações contra a fome nas sete cidades do ABC.

✓ **Ação voluntária em benefício da comunidade:** tem por objetivo orientar, elaborar e viabilizar projetos comunitários e atender a diversos grupos e contextos diferentes, tais como asilos, creches, grupos de jovens, clubes de mães e associações de bairro.

✓ **Teatro Vivido:** elaboração de um projeto teatral para ser aplicado na comunidade. Pode atuar como estimulador das relações interpessoais, promovendo sua integração consigo e com o outro.

✓ **Outros projetos:** Fábrica de Brincadeiras; Programa de Educação Afirmativa Educafro; Programa Meninos e Meninas Dançando a Vida; e Projeto Adoção - Cidadão com Saúde.

❖ **Saúde**

✓ **Campanha Nacional da Voz**

Tem o objetivo de conscientizar a comunidade sobre os cuidados que deve ter com a voz. São distribuídos *fôlderes* e folhetos, realizadas triagens e palestras, com atendimento de mais de 5 mil pessoas na região do Grande ABC.

✓ **Projeto Cota 400**

Crianças de 7 a 10 anos, residentes no bairro Cota 400 (Cubatão/SP), e seus familiares são beneficiadas por esse projeto, que busca promover a saúde mental dos jovens em seus vínculos com a família, escola e comunidade.

✓ **Controle higiênico-sanitário de creches, escolas e centros de convivência**

Projeto desenvolvido em treze instituições filantrópicas, que atendem a milhares de crianças de baixa renda do município de São Bernardo do Campo, avaliando as condições higiênico-sanitárias das entidades e educando os manipuladores de alimentos das Unidades de Alimentação e Nutrição.

✓ **Prevalência de aleitamento materno e diferenciais por Região Administrativa no município de São Bernardo do Campo**

Um diagnóstico da prevalência das diferentes categorias de aleitamento materno e a identificação da amamentação exclusiva e predominante em amostra representativa de crianças atendidas em postos de saúde de São Bernardo do Campo é o objetivo principal desse projeto.

✓ **Avaliação do perfil nutricional e hábitos alimentares de trabalhadores da Região do Grande ABC**

Os trabalhadores de indústrias do Grande ABC são submetidos a avaliação do estado nutricional, respondendo a um questionário de frequência de consumo de alimentos, servindo de base para analisar os hábitos alimentares desse público e oferecer um posterior programa de educação alimentar.

✓ **Projeto Piauí**

Tem por objetivo o diálogo entre a Universidade e a comunidade, propiciando aos alunos da área da saúde experiência de vida que fortaleça sua formação acadêmica e como cidadãos engajados no mundo. São realizados atendimentos odontológicos, avaliação e orientação nutricional, orientação fisioterapêutica e exames clínicos, além de ações educativas para capacitação de agentes locais com vistas à proteção do meio ambiente. As ações são desenvolvidas no estado do Piauí e poderão ser oferecidas, nos próximos anos, nos estados do Norte ou mesmo de outros no Nordeste.

✓ **Aulas de nutrição e higiene de merendeiras de escolas públicas do ABC**

Alunos do curso de Nutrição, em parceria com a Prefeitura de São Bernardo do Campo, realizam treinamento com manipuladores de alimentos de Unidades de Alimentação e Nutrição sobre o controle higiênico e sanitário. Esses profissionais são funcionários da Prefeitura e fazem parte do Programa de Apoio e Assessoria Técnica às Entidades Assistenciais (PAATEA). O treinamento faz parte do projeto

"Controle Higiênico-Sanitário de Entidades Assistenciais" de São Bernardo do Campo e tem por objetivo avaliar as condições de instituições atendidas pela PAATEA e orientar os manipuladores de alimentos sobre o controle higiênico-sanitário.

✓ **Controle de fertilidade em cães e gatos**

O programa, realizado em parceria com a ONG Gaama, na cidade de São Bernardo do Campo, consiste em proporcionar a esterilização de animais - cães e gatos (machos e fêmeas) -, bem como localizar um lar para cada um deles. A população de maneira geral é beneficiada, pois esse controle populacional resulta em menor número de ataques de cães de rua e menor possibilidade de transmissão de zoonoses.

✓ **Bebê-Clínica: atendimento preventivo**

Crianças e seus familiares recebem atendimento odontológico e orientações para a promoção da saúde bucal de crianças com idade de 0 a 36 meses.

✓ **Prevenção de Câncer Bucal**

O objetivo do projeto é conscientizar a população sobre a existência do câncer de boca e tornar claro à comunidade os prejuízos do álcool e fumo, mostrando que existem meios para a prevenção dessa doença. São realizados exames clínicos em campo para diagnosticar lesões cancerizáveis e orientação da população quanto ao auto-exame, em uma parceria da Metodista com a Associação Paulista dos Cirurgiões Dentistas e com a Prefeitura de Santo André.

✓ **Saúde Bucal: assistência odontológica e preventiva - Fundação Criança de São Bernardo do Campo, MEIMEI e Projeto Meninos e Meninas de Rua**

O Projeto Saúde Bucal de Crianças do ABC tem como objetivo promover a saúde de crianças e jovens carentes de até 18 anos por meio de medidas odontológicas preventivas e curativas.

❖ **Consultoria de Gestão**

✓ **Cátedra Gestão de Cidades**

Atua nos três pilares da Metodista (ensino, pesquisa e extensão) e atende às necessidades de integração local, regional, nacional e internacional. Do ponto de vista local-regional, a atuação da Cátedra conta com o apoio oficial do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. A preocupação com a gestão de cidades criou dentro da Instituição a necessidade de um fórum privilegiado para que as pessoas e as organizações trabalhem as questões relacionadas com o espaço e com a vida urbana.

A concentração em cinco eixos de trabalho garante a identidade global da Cátedra e sua possível referência no cenário dos estudos similares, do Brasil e do exterior. São eles:

- Sustentação econômico-ecológica das cidades
- Culturas da cidadania nas redes institucionais
- Gestão e organização da administração pública local

- Relações internacionais e cidades
- Estruturação do futuro das cidades

3.1.5 - Programação de programas de pesquisa

Concebido seu papel e reconhecida sua importância, a Pesquisa passa a contar com condições objetivas de implementação nas universidades, especialmente na Metodista.

O estabelecimento de linhas de pesquisa extrapolou os limites da pós-graduação, e o incentivo à formação de núcleos e grupos assegura inúmeros avanços à pesquisa e à produção do conhecimento. A promulgação da Lei 9.394/96 (Art.52, I) deu um passo decisivo nesse sentido, ao incentivar a *produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático de temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.*

Nessa perspectiva, a trajetória da Pesquisa na Metodista é semelhante à de instituições congêneres. Institucionalizada em programas de pós-graduação desde 1978, ela concentrou-se, por algum tempo, nesses programas, alcançando expressiva produção.

Contudo, a sistematização do conhecimento torna-se mais consistente quando se delineiam *linhas de pesquisa* organizadas em áreas prioritárias. Na Metodista, a criação dos programas de pós-graduação ocorreu paulatinamente, o que tem propiciado o surgimento de linhas de pesquisa nas diversas áreas, nem sempre atreladas a uma proposta institucional de caráter abrangente. Tentando estruturar esse conjunto, em 1985 foram criadas quatro grandes áreas, com as seguintes denominações:

- A cidade e a construção da cidadania;
- Ecumenismo, confessionalidade e educação;
- Mercosul, os novos blocos e os desafios da integração latino-americana;
- Ciência e Tecnologia e sua ação sobre o homem e a sociedade.

Em 2001, os colegiados superiores aprovaram "Eixos Temáticos norteadores da Pesquisa Institucional da Metodista", que foram definidos por um grupo de trabalho constituído especialmente para este fim, o qual assumiu como referências fundamentais: a identidade da Metodista, as pesquisas efetivamente feitas nas faculdades, as necessidades locais e regionais, bem como as necessidades de ampliar os caminhos para a expansão da Pesquisa e da sua qualidade nesta Universidade.

Assim, os "Eixos Temáticos de Pesquisa" têm a finalidade de auxiliar a organizar, articular e fazer avançar a pesquisa institucional, tendo em vista o cumprimento da missão da Metodista. São eles:

1. Meio ambiente, ecologia humana, social e ambiental
2. Bem-estar humano e saúde pública
3. Bem-estar animal e saúde pública
4. Potencial humano e gestão de organizações

5. Tecnologia computacional
6. Processos comunicacionais
7. Linguagem, comunicação e sociedade
8. Gestão educacional e formação de educadores
9. Enfoques culturais da filosofia e da religião
10. Teologia, ecumenismo e estudos do metodismo

A ação de pesquisa desencadeada e organizada a partir destes eixos temáticos deverá considerar, para todos eles, sem exceção, que o motivo animador de todas as atividades, em consonância com a presente descrição da missão da Metodista, é a **consecução de uma cidadania plena no ambiente social**.

A ênfase na produção do conhecimento é um fenômeno relativamente recente na graduação, pois decorreu da rejeição do conceito de aprendizagem por *recepção passiva* dominante em períodos passados. Mesmo assim, disciplinas de '*iniciação à pesquisa*' ou de '*teoria do conhecimento*' fazem parte de todos os projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Metodista.

Tal realidade - e tudo o mais que foi anteriormente afirmado - levou à criação e implantação do **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica**, próprio da Metodista, o qual passa a estar em consonância com as *linhas mestras da pesquisa institucional definidas*, com a capacidade e os recursos disponíveis na Universidade, de forma tal que venha a fornecer espaço para o trabalho de professores e alunos articulado em termos do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

A divulgação do conhecimento vem alcançando maior consistência e visibilidade ano a ano, por meio de simpósios, jornadas, semanas de pesquisa, extensão ou atualização e, principalmente, pela realização anual do **Congresso de Produção Científica**, comportando a *Jornada de Iniciação Científica* e articulando-se com o *Seminário de Extensão*, eventos anuais. O Congresso de Iniciação Científica encontra-se na 10ª edição.

Com o estabelecimento dos eixos temáticos de pesquisa, a implantação do Fundo de Desenvolvimento Acadêmico-Científico (Fundac), a criação de um programa interno de bolsas de iniciação científica e a consideração da atual conjuntura da pesquisa no Brasil, foram definidos princípios para a gestão da Pesquisa na Metodista, que constituam basicamente uma Política de Pesquisa Institucional. Para a construção de tal política tomam-se como objetos ou indicadores de análise os seguintes:

- ❖ A concepção e as finalidades da iniciação científica: princípios para acesso, permanência e avaliação dos pesquisadores e de seus alunos em iniciação científica;
- ❖ Formas de integração e de socialização do saber produzido, interna e externamente;
- ❖ Formas de acompanhamento e de avaliação dos projetos em andamento;
- ❖ Relação das pesquisas com o ensino existente e com projetos de novos cursos

a serem criados (especialização, seqüenciais etc.);

- ❖ Relações das temáticas das pesquisas com os projetos pedagógicos dos cursos;
- ❖ Formas de se auferirem reais benefícios dos projetos para as comunidades interna e externa.

A Metodista conta com 50 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, assim distribuídos: Ciências Biológicas (2), Ciências Humanas (30), Ciências Sociais Aplicadas (16) e Ciências da Saúde (2).

3.2 - Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de:

3.2.1 - Perfil do egresso

Nos termos do Artigo 7º do Estatuto vigente, a Metodista observa princípios, dos quais destaca:

"a formação da pessoa humana como ser integral, o desenvolvimento de sua qualidade de vida, a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento do seu espírito crítico e da sua participação social e política"

No Regimento Geral da Universidade consta que *"na elaboração da matriz curricular e do projeto pedagógico de cada curso de graduação, o Colegiado de Curso deve observar as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público"*. Estabelece ainda princípios, dos quais destaca:

- incentivar sólida formação geral, necessária para que o egresso do curso possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e produção do conhecimento;
- estimular práticas de estudo independente, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo as que se referirem à experiência profissional;
- fortalecer a articulação da teoria com a prática, ao longo de todo o curso, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;

Estabelece ainda o Regimento Geral:

❖ Na matriz curricular dos cursos de graduação e seqüencial de formação específica devem constar disciplinas de formação cidadã, obrigatórias e eletivas, nos termos da regulamentação do Consun.

❖ O conjunto de atividades e disciplinas do curso **visa propiciar ao aluno a ampliação dos horizontes sociais, políticos, ético-filosóficos e culturais de sua vivência cidadã e profissional**, e as condições que propiciem a experiência da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, parâmetros específicos para sua **formação científica e profissional, no contexto do processo de construção da cidadania**, como patrimônio coletivo da sociedade civil.

As disciplinas que compõem a matriz curricular do curso de graduação são classificadas, em seu projeto pedagógico, em quatro áreas de formação, a saber:

- I - cidadã;
- II - geral;
- III - básica;
- IV - específica.

A área de formação cidadã oferece disciplinas com o objetivo de **desenvolver o espírito universitário**, evitando isolamentos acadêmicos e científicos, proporcionar reflexão crítica e questionadora, discutir questões relativas à cidadania em sua dimensão filosófica e ética e acentuar o espírito criativo, no fazer e pensar, com vistas à percepção não-fragmentada do saber e das práticas humanas.

A área de formação geral é constituída por um conjunto de conhecimentos, predominantemente interdisciplinares e transdisciplinares, que **visam propiciar ao aluno o domínio das referências clássicas e do alcance científico, social e cultural da profissão em referência**, bem como **capacitá-lo ao exercício profissional** de forma contextual, relacional e interdependente.

A área de formação básica compreende o conjunto de **conhecimentos de fundamentação epistemológica**, do qual decorre a capacitação para a compreensão dos métodos para a produção do conhecimento e de inovações científicas, tecnológicas e outros desdobramentos e especializações.

A área de formação específica é constituída de conhecimentos teóricos e práticos que **visam capacitar o aluno a intervir no campo profissional próprio** e a solucionar problemas que, por suas características, são atribuídos ao exercício de uma determinada profissão.

O Projeto Pedagógico Institucional aprovado pela Resolução CONSEPE Nº 05/2002 contempla a identidade e a missão da Instituição na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Fundamenta-se na busca pela qualidade para formar profissionais aptos a atenderem às demandas do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, exercerem de forma consciente seu papel social como cidadãos comprometidos com a melhoria da qualidade de vida na comunidade.

O **Núcleo de Formação Cidadã**, criado em 2000, é um espaço em que se dá uma articulação expressiva da ação educacional confessional da Universidade com seu projeto pedagógico de formação cidadã. As disciplinas, as atividades e os projetos do Núcleo de Formação Cidadã são norteados por dois princípios que se imbricam e fundam a articulação dessas ações na

universidade: um atinente ao espírito universitário e outro à confessionalidade.

O objetivo é expressar parte importante da concepção de ensino e formação humana da Metodista, indo além da formação técnica e específica, com vistas à formação integral do cidadão.

A prática pedagógica é compreendida como um processo de construção coletiva, cabendo aos corpos docente e discente a elaboração participativa no plano das faculdades.

A filosofia educacional que funda o Ensino da Metodista se concretiza quer nos seus processos pedagógicos e científicos, quer em processos de escolha e de tomada de decisões profissionais, mantendo-se presentes, em última análise, os atributos do *humano* em decorrência da manifestação de certa **consciência planetária** da formação profissional como formação do **cidadão do mundo**.

Vale ressaltar que, enquanto encetado por uma instituição confessional, o ensino na Metodista não estará ligado unicamente à lógica do mercado ou da empresa e tampouco poderá deixar de conhecê-la, pois vem formando profissionais para atuar no mercado de trabalho existente ou disponível. A diferença se fará, no entanto, no curso dos processos de flexibilização, com a conscientização da **formação do cidadão apto para o mercado de trabalho, contudo crítico da própria lógica de tal mercado, uma vez dotado de vontade própria e capacidade de discernimento**.

Quanto à confessionalidade, o Núcleo Formação Cidadã é um dos segmentos que articula a identidade confessional da Universidade. Essa articulação se concretiza por meio da coordenação e atuação das disciplinas Filosofia e Eletivas de Formação Cidadã, presentes em todos os projetos pedagógicos dos cursos vigentes na Instituição.

Ao implantar o Núcleo de Formação Cidadã, a Metodista garante seus princípios fundamentais de confessionalidade e autonomia, realçando o seu compromisso com o contexto social e cultural onde está inserida. Assume o compromisso de respeito à pluralidade de pensamento e autonomia das ciências, nas ações em busca do sentido da vida e do direito dos (as) excluídos(as) a uma vida digna, de paz, solidariedade e justiça.

A formação do cidadão capaz de atuar em uma sociedade participativa coloca o compromisso institucional e a cidadania em permanente busca de realização da formação profissional preocupada com o crescimento pessoal, fundamentado no compromisso social. Assim, o aluno é desafiado a construir um saber que permita olhar as incertezas e desafios do mundo atual com lucidez e com a possibilidade de apresentar soluções criativas e responsáveis.

Portanto, a proposta do Núcleo de Formação Cidadã é de abertura para o diálogo multicultural, para a prática ecumênica e para o pleno exercício da cidadania, pautados por uma ética de práticas e vivências em que a dignidade humana possa ser respeitada e valorizada.

3.2.2 – Seleção de conteúdos

Em seu Projeto Pedagógico Institucional, a Metodista define os **princípios norteadores das ações de ensino e aprendizagem**, os quais devem ter destaque na sua *práxis* pedagógica. Dentre os princípios destacam-se:

- O entendimento de que o processo de ensino configura-se numa relação dialógica na qual os conteúdos a serem desvelados e adquiridos situam-se como instrumentos de crescimento dos envolvidos nesta relação; os conceitos estruturantes de uma área ou subárea são trabalhados e retrabalhados sob novas formas para que sejam, de fato, clareados e tornados passíveis de apreensão e de aprendizagem significativa;
- A clareza de que *a abordagem de conceitos estruturantes e específicos de uma área requer não só o seu domínio histórico e epistemológico, mas também a explicitação dos seus elos com o contexto atual, com suas perspectivas futuras e com as demais áreas, desde que permeada por um posicionamento inter ou transdisciplinar.*

Nos termos da Resolução Consun nº 10/2003 foram aprovadas as Diretrizes para a Formulação de Projeto Pedagógico e Organização da Matriz Curricular de Cursos de Graduação, das quais destacam-se:

❖ Item 2.3. Dos Conteúdos:

Entende-se por **conteúdos** os conjuntos de conhecimentos e saberes, técnicas e valores, habilidades e atitudes de uma determinada área de produção acadêmica, técnica, científica, artística, filosófica e cultural, organizados didática e pedagogicamente com o objetivo de serem assimilados/construídos, de forma ativa/produtiva pelos alunos - e que podem ser também organizados administrativamente - sob a forma de **disciplina/módulo** ou de **atividade curricular**.

A organização da matriz curricular no projeto pedagógico deve contemplar disciplinas que envolvam conhecimentos em **quatro categorias de operacionalização de conteúdos**, a saber:

- I- **conteúdos de formação cidadã** - estas disciplinas são articuladas pelo Núcleo de Formação Cidadã e devem: (a) dar conta do '**espírito universitário**', ao articular as várias unidades de ensino da Universidade, evitando os isolamentos acadêmicos e científicos das faculdades; (b) manter o caráter universitário da reflexão em sua destinação crítica e questionadora; (c) trazer para discussão questões relativas à cidadania em sua dimensão filosófica e ética, principalmente, com vistas a assegurar a dimensão cidadã na formação acadêmica; (d) acentuar o espírito criativo - no fazer e no pensar - cujo benefício é uma percepção não-fragmentada dos saberes e das práticas humanas.

As disciplinas de formação cidadã são **obrigatórias**, duas de temática definida pela Metodista - *Filosofia e Ética e Cidadania* - e duas eletivas,

isto é, de temática de livre escolha do aluno. As disciplinas de formação cidadã devem ser localizadas nos quatro primeiros semestres da matriz curricular: Filosofia e Ética e Cidadania no 1º e 2º semestres, e as duas outras, de temática eletiva, no 3º e 4º semestres de todos os cursos, independentemente da flexibilização curricular que possa ser considerada.

Nos **cursos seqüenciais e de tecnólogos**, de menor duração, **uma das disciplinas de temática definida** é escolhida e localizada no 1º semestre e **uma disciplina de temática eletiva** deve ser escolhida e cursada pelo aluno, e localizada no 2º semestre do curso. Admite-se, também, que sejam oferecidas - a critério desses cursos - as duas disciplinas de temática definida, no 1º e 2º semestres.

- II- **conteúdos de formação geral** - De caráter propedêutico ou não, esta categoria é constituída por um conjunto de conhecimentos, predominantemente **inter e transdisciplinares**, que visam propiciar ao aluno o domínio das referências clássicas e do alcance científico, social e cultural da profissão em referência, bem como capacitá-lo ao exercício profissional de forma contextual, relacional e interdependente. Os conteúdos de formação geral de caráter propedêutico se encontram em disciplinas que dizem respeito à "introdução" do aluno em campos epistemológicos de sua formação, tais como: *Introdução à Biologia, Introdução à Medicina Veterinária, Psicologia Geral e Introdução à Lógica*. Os conteúdos de formação geral de caráter não-propedêutico dizem respeito a disciplinas cujas temáticas são epistemológicas de 'sentido geral' tais como: *Filosofia da Ciência, Antropologia Cultural, História da Ciência, História da Arte e História da Comunicação*.
 - III- **conteúdos de formação básica** - De caráter formativo, essa categoria compreende o conjunto de conhecimentos de fundamentação epistemológica do qual decorre a capacitação para a compreensão dos métodos para a produção do conhecimento e de inovações científicas, tecnológicas, e outros desdobramentos e especificidades. Tais conteúdos encontram-se em disciplinas como *Informática, Estatística, Anatomia e Histologia*, definidas em função da natureza do que for considerado **fundamental para o profissional que se quer formar**.
 - IV- **conteúdos de formação específica** - De caráter profissional, essa categoria é constituída de conhecimentos teóricos e práticos que **visam capacitar o aluno a intervir no campo profissional próprio e a solucionar problemas** que, por suas características, são **atribuídos ao exercício de uma determinada profissão**. Tais conteúdos devem propiciar interação do aluno com o mundo do trabalho de sua área específica ou da região de inserção do curso.
- ❖ **Item 4. Ementário e Referências Bibliográficas dos Planos de Ensino das Disciplinas**

Os Planos de Ensino devem ser elaborados de acordo com o **teor da ementa** de cada disciplina, especificamente no que diz respeito aos conteúdos enfocados, uma vez que não só cada ementa é apreciada pelo Colegiado de Curso, bem como os programas (planos de ensino) das disciplinas.

Entende-se por **ementa** uma descrição sucinta do conteúdo de uma disciplina, devendo constar da matriz curricular do Projeto Pedagógico do Curso (Cf. Regimento Geral da UMESP). Deve-se evitar o uso de uma mera relação de tópicos de conteúdo à guisa de ementa.

Nos Planos de Ensino, merecem atenção especial os aspectos que dizem respeito ao Projeto Pedagógico da UMESP, tais como os seguintes:

- A. Princípios fundamentais orientadores das práticas acadêmico-pedagógicas: ***Flexibilidade, Indissociabilidade, Competência Profissional e Específica e Responsabilidade Social.***
- B. Critérios norteadores da prática pedagógica: ***do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.***

3.2.3 - Princípios metodológicos

Em seu Projeto Pedagógico Institucional, a Metodista define os "Princípios e fundamentos das práticas acadêmico-pedagógicas", dos quais destaca-se:

A *práxis* pedagógica vivenciada por uma comunidade universitária, como a da UMESP, tem como meta a oposição às desigualdades sociais, buscando ser instrumento de renovação ao comprometer-se com valores cristãos e humanistas, vinculando esta *práxis* a um enfoque ético-político conscientizador. Trata-se da construção – com seus alunos, com os professores, com a administração universitária e com a comunidade que com ela interage – de práticas acadêmicas democráticas pautadas na busca de uma cidadania autêntica, responsável e com vistas a, no curso do processo de formação profissional, construir cidadãos capazes e autônomos. Estas abrem o espaço e a ocasião de fecundar a reflexão sobre o conjunto de princípios, convicções ou crenças – religiosas ou não – que fundam, em cada pessoa, o sentido último da conduta pessoal, profissional e pública. Associam-se a esta visão as disciplinas que devem dar conta do 'espírito universitário', atendendo aos seguintes objetivos: (a) articular as várias unidades de ensino da Universidade, dificultando isolamentos acadêmicos e científicos das faculdades; (b) manter o caráter universitário da reflexão, em sua destinação crítica e questionadora; (c) acentuar o espírito criativo – no fazer e no pensar – cujo benefício mais imediato é uma percepção não-fragmentada dos saberes e das práticas humanas. Afirmam-se, nestes termos, outras vias de acesso ao trato possível da imbricação Ensino-Pesquisa-Extensão na UMESP, ao tomarem-se, de forma equivalente, a relação epistemológica de produção do conhecimento e a relação conhecimento e existência humana, no sentido da *práxis* humana.

Para tanto, a UMESP instituiu um Núcleo de Disciplinas de Formação Geral, que é administrado de maneira colegiada. À Coordenação, juntam-se o Colegiado e os Conselheiros das disciplinas eletivas, que se responsabilizam pelas áreas diversificadas de atuação.

É assim que a UMESP se projeta para além da confessionalidade, assumindo-se

como *universidade cidadã*, desde que busca formar seus alunos tanto para o *emprego*, para a realização profissional, quanto para a sua própria construção pessoal, fundada sempre no compromisso social.

No mundo deste século XXI, em que a lógica do mercado é inexorável e a racionalidade empresarial é dominante, não se pode formar um indivíduo – ou um cidadão – sem deixar de pensar e repensar o que se quer com as ‘aulas teóricas’, as ‘práticas’ e com todas as atividades que caracterizam, em termos curriculares de ação, a vida acadêmica do aluno. É tarefa da Universidade contribuir para a formação do indivíduo de maneira a auxiliá-lo no discernimento necessário sobre o sentido da vida, na reflexão dos fundamentos e na prática dos valores e ideais cristãos – respeitando a liberdade individual, discutindo as possibilidades profissionais existentes na atualidade. Isso torna possível contrapor-se às incertezas e angústias que marcam os jovens do presente com relação ao seu futuro como profissionais e como cidadãos.

Num contexto no qual a informação está disponível em ampla diversidade e grande quantidade, o diferencial na formação do aluno fixa-se nas habilidades intelectuais e emocionais que este vier a construir ao longo da sua escolaridade. Por isso, em qualquer formação profissional, precisam ser privilegiadas as habilidades necessárias, ou imprescindíveis, para adquirir, produzir e reproduzir informações de forma tal que seja possível, a cada um e a cada qual, transferi-las e utilizá-las para suas próprias finalidades, quer pessoais quer sociais.

Desta forma, *o ensino da ciência, da tecnologia, do patrimônio cultural acumulado pela humanidade*, longe de ser apenas restrito ao mero repasse de informações, deve ser norteado por outros princípios decididamente opostos ou contrários às exposições lineares de áreas atomizadas, como tradicionalmente se faz. *O ensino da tecnologia* não pode ocorrer dissociado da discussão de valores sociais e éticos, nem daqueles que produzem e consomem tecnologia, nem tampouco apresentar-se distanciado das finalidades e das implicações da sua existência e do seu uso para a melhoria de qualidade da vida humana.

Com estes parâmetros, percebe-se que a lógica do mercado capitalista, na qual a UMESP se insere, se não pode ser ignorada, tem possibilidade de ser contraposta pelas atividades acadêmicas, desde que sejam respeitadas as visões humanista e cristã, características de uma instituição comunitária cujo cerne de suas ações é a **promoção humana**.

Para atender a esta função não só social, mas também pedagógica, a UMESP, na sua organização interna, funda-se em um *modelo de ciência* que tem por esteio a *complexidade*, em termos de *integração* e de *interdependência das diferentes áreas do conhecimento*, nas leituras e intervenções que planeja para a “*concretização de sua diversidade*”. Dessa maneira, iniciou a sua institucionalização dentro dos limites de uma instituição comunitária, não-estatal, buscando uma relação continuada entre o que se aprende nas salas de aula, teorias e práticas e o que se vivencia fora dos muros universitários ou o que se investiga cientificamente no âmbito de projetos de pesquisa. Vem buscando expressar laços de maior ou menor tensão para um ou outro lado do Ensino, da Pesquisa, da Extensão – conforme as suas possibilidades institucionais e, principalmente, as urgências sociais do contexto mais próximo no qual a UMESP se insere. Contudo, o processo posto em marcha se mantém registrando avanços, de forma tal que novas e outras utopias são continuamente postas à frente de ações e processos que agora são delineados.

Vale ressaltar que a proposta pedagógica institucional é justamente a expressão da prática acadêmica - fundada na seriedade e no comprometimento social marcando o que deve ser priorizado nas atividades desenvolvidas, balizando as condições e formas de inserção de

uma instituição com suas peculiaridades nas realidades regional, nacional e internacional, na pesquisa, no ensino e na extensão.

3.2.4 - Processo de avaliação

No exercício da sua autonomia relativa, tendo em vista a definição de sua proposta pedagógica, a Metodista deparou-se com a necessidade de, em contrapartida, consolidar os seus mecanismos de **avaliação permanente** - tanto em cada curso como institucionalmente - baseados em indicadores que articulassem dialeticamente um movimento contínuo de renovação social, de comprometimento com o diálogo social e com a perenidade do compromisso com os mais nobres valores da humanidade, para além da especificidade técnico-científica. As comissões internas criadas com esse objetivo concretizaram, e vêm concretizando, necessidades de auxiliar na elaboração de instrumentos que viabilizem a **auto-avaliação das ações institucionais**.

A Metodista - quatro anos após a aprovação dos seus projetos de unidades e de cursos no âmbito de seus órgãos colegiados - já reinicia o processo de revisão e de atualização dos projetos pedagógicos dos seus cursos, na esteira da proposta institucional universitária inicial. Em função desse movimento permanente, os antigos e novos projetos alimentam e retroalimentam, certamente, a proposta institucional da *Metodista do tempo presente*, ao oferecer indicadores de novas ações e de possibilidades de ações futuras.

Ao se abordarem os aspectos que dizem respeito ao *projeto de cada curso*, e de sua construção, percebe-se que tal construção teve condições de ser feita pela reflexão e subsequente escolha e adoção de uma forma coletiva de ação, advinda da comunidade escolar, dos seus diferentes grupos, *pari pasu* com norteadores ontológicos e epistemológicos, que incidem no fazer cotidiano de cada curso. Instituiu-se, para sua materialização, em documento escolar, a **participação efetiva** como uma condição de sua existência. Perpassaram, assim, sua construção documental as normas e regulamentações emanadas do MEC, situando-se tais diretrizes como foco de discussões internas e não apenas como meras modeladoras dos projetos.

Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

O processo de avaliação do rendimento escolar do aluno é desenvolvido de acordo com as normas do Regimento Geral e outras complementares, de caráter geral, estabelecidas pelo Consun, considerando-se as seguintes orientações:

- I - avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período;
- II - possibilidade de avanço no curso, mediante aproveitamento de estudos ou verificação do aprendizado;
- III - obrigatoriedade de estudos complementares, de preferência paralelos ao período, para os casos de alunos com aproveitamento insuficiente; e
- IV - alunos com deficiência e outros previstos em lei podem ter tratamento

diferenciado quanto à forma de avaliação do rendimento escolar, a critério do colegiado de curso respectivo.

Ao colegiado de curso, ressalvadas as disposições regimentais e as normas emanadas do Consun e dependendo de homologação do conselho da respectiva faculdade, compete definir diretrizes complementares subsidiárias, necessárias ao atendimento das peculiaridades dos respectivos cursos ou disciplinas.

De acordo com a natureza da disciplina/módulo, admitem-se, entre outros, como instrumento de avaliação do rendimento escolar:

- I - prova escrita, de múltipla escolha ou questões abertas, ou mista;
- II - prova oral ou prático-oral;
- III - seminário;
- IV - estudo de caso;
- V - trabalho em grupo;
- VI - relatório de atividades;
- VII - trabalho ou atividade prática, de pesquisa, de extensão ou estágio, desde que sob orientação e supervisão do professor; e
- VIII - elaboração e a apresentação de monografia ou projeto experimental.

É considerado aprovado na disciplina/módulo ou atividade curricular complementar o aluno que, cumprida a frequência regimental exigida, obtiver nota final igual ou superior a 7,0 (sete), como resultado das diversas etapas de avaliação.

Considera-se reprovação curricular a disciplina/módulo alocada na matriz curricular a que o aluno está vinculado se se constar resultado de avaliação com nota inferior ao mínimo estabelecido neste Regimento Geral.

Entre as formas diferenciadas de avaliação de rendimento escolar na Metodista, podemos identificar:

- **Avaliação Multidisciplinar ou Unificada** - têm-se questões de todas as áreas/disciplinas/atividades curriculares que são fornecidas em termos articulados aos alunos e estes, de forma gradativa e com o aumento da complexidade, respondem, de acordo com o conhecimento adquirido no decorrer do curso, sendo acrescido conceito na média de todas as disciplinas do aluno.
- **Avaliação Integrada** - utilizada por vários cursos, na qual questões são elaboradas em termos ditos "interdisciplinares" pelos professores das várias disciplinas afins e, após obtenção de consenso em relação aos objetivos definidos para cada questão, a avaliação é oferecida ao aluno, oportunizando-se, nas disciplinas envolvidas, que uma das notas de cada disciplina atribuídas no semestre seja proveniente desse tipo de avaliação.

- **Aplicação de Prova Virtual** - adotada em cursos vários da área de Administração, caracteriza-se por ser passível de realização *on line* ou por *e-mail*, mesmo sendo aplicada em sala de aula.
- **Aplicação de "Prova Substitutiva"** - essa avaliação se dá quando, por alguma eventualidade ou impedimento, o aluno não realiza a prova prevista na data estipulada, sendo uma prática usual da Medicina Veterinária, Fonoaudiologia e Psicologia e de outros cursos da área da Saúde.
- **Avaliação Diferenciada** - é adotada para realização em grupo, dupla e trios de alunos, de forma a incentivar a postura crítica e a resolução de problemas em equipe.
- **Acompanhamento Complementar para Avaliação** - procede-se a ele quando o aluno não obtém a média final para a aprovação e o seguimento do currículo, constituindo-se como norma acadêmica em todos os cursos da Metodista.
- **Inclusão de Atividades Práticas para Fins de Avaliação**, tais como projetos, oficinas de trabalho, produtos comunicacionais e de divulgação da profissão.
- **Projeto Integrado** - a implementação de projetos integrados representa uma inovação na prática pedagógica dos cursos de Comunicação Social no Brasil. Tal prática exige um repensar das relações tradicionais que envolvem educando e educador e o processo de construção do conhecimento. Sendo assim, torna-se fundamental a adoção de uma sistemática avaliativa que norteie a continuidade de tais ações, retroalimentando os projetos, seus atores e o próprio Projeto Pedagógico do Curso. O desenvolvimento de projetos integrados tem orientado os atores envolvidos no processo a repensarem suas expectativas em relação à educação e à profissão, assim como tem levado a instituição a rever seu papel no contexto educacional.

A avaliação não pode ficar restrita aos limites e a medidas do rendimento do trabalho disciplinar. Ela necessita abarcar o indivíduo em todas as suas dimensões (cognitivas e não-cognitivas) no contexto educacional, a fim de que um juízo de valor possa ser feito sobre os efeitos da educação formal junto a ele como um todo, seus conhecimentos, suas aptidões, suas atitudes e seus interesses, traduzindo o mais fielmente possível a realidade do sistema educacional, tanto no desempenho individual ou de grupos de alunos quanto na descrição global do sistema.

A avaliação é o processo de identificar, obter e proporcionar informação útil e descritiva acerca do valor e do mérito das metas de formação profissional, do planejamento, da realização e do impacto de um objeto pedagogicamente determinado, com o fim de servir de guia para tomar decisões, solucionar os problemas de responsabilidade e promover a compreensão dos fenômenos implicados no curso de formação profissional.

Buscam-se caminhos em que a avaliação passe a ter relevância e significado para o dia-a-dia do trabalho pedagógico do docente na sala de aula, tendo em vista o seu trabalho cotidiano.

Nesse sentido, a avaliação tem sido uma estratégia dirigida para tomadas de decisões, um processo estratégico que tem possibilitado a correção de rumos e a melhoria da realidade. Para inúmeros cursos de formação profissional na Metodista, avaliar criteriosamente representa uma possibilidade de mudança qualitativa no sistema educacional, um processo que deverá ser constante e contínuo, visando ao aperfeiçoamento acadêmico e didático-pedagógico do curso.

Dessa forma, os resultados deverão servir para a fundamentação de reformulações ou adequações curriculares nas disciplinas, nos cursos, em seus projetos pedagógicos e para a criação de uma **cultura avaliativa de competências e habilidades**, tão necessária para o bom andamento das práticas avaliativas institucionais.

Para a melhoria do ensino nos vários cursos oferecidos pela Metodista, principalmente considerando as reprovações freqüentes em disciplinas e atividades curriculares, bem como a situação de "dependência", foi criado institucionalmente o **Período Letivo Alternativo (PLA)** - Resolução Consun nº 25/2004, reeditada sob nº 32, em 2005 - justamente para criar condições de cumprimento dos regimes de dependência em termos qualitativamente diferenciados, para evitar perdas curriculares do alunado nos diversos cursos.

Para tanto, e nesses termos, a transparência do ensino é possível de ser visualizada pelo aluno dado o acesso permanente e uso do **Sistema Integrado de Gestão de Aprendizagem (SIGA)**, pelo qual se disponibiliza obrigatoriamente ao aluno o Plano de Ensino das disciplinas do curso nas quais se encontra matriculado.

Nessa perspectiva se coloca também a possibilidade de proposição e realização, por professores, de **disciplinas ou cursos semipresenciais** (EAD) para que os alunos possam cumprir suas "dependências". Tal possibilidade, contudo, se condiciona à capacitação docente quanto ao uso de novas tecnologias, propiciadas por cursos de educação continuada.

3.2.5 - **Atividade prática profissional, atividades complementares e estágios**

A Metodista dispõe de "Diretrizes Político-Pedagógicas para os Estágios", que estão instituídas nos seguintes termos:

O estágio deve implicar *análises da prática laboral para teorizá-la*, possibilitando tanto a compreensão da vivência das relações de trabalho no dia-a-dia de exercício das funções profissionais preconizadas no curso quanto a consolidação e a articulação das competências consideradas desejáveis para a formação do futuro profissional. Nesta perspectiva, se torna imprescindível pensar no que o estagiário pode efetivamente aprender em uma 'prática laboral', considerando-se as especificidades de 'trabalho material' e 'não-material' (vivências) da profissão.

O estágio precisa levar em conta as *Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação*, de forma tal que se possa evitar o cultivo de "negatividades", tais como:

- a) supervalorização da prática, da atividade laboral - "a prática falar por si";
- b) escamoteação da teoria e da visão profissional qualitativamente diferenciada

em nível superior;

- c) distorção da natureza da atividade ou da função profissional dado o desenvolvimento de tarefas "não-qualificadas", "que qualquer um pode fazer".

Na Metodista os estágios geralmente são de natureza **curricular**. Neste âmbito, no entanto, podem ser **curriculares obrigatórios e curriculares não-obrigatórios**.

Considera-se *Estágio Curricular Obrigatório* o estágio supervisionado que - **sob tutoria de um especialista** - implica as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante enquanto 'profissional em formação', pela participação em situações reais de vida e de trabalho, na área de sua formação. Inclui-se o *desenvolvimento efetivo de competências e habilidades esperadas no exercício da profissão*.

Tanto os estágios curriculares obrigatórios quanto os não-obrigatórios podem ser realizados, por sua vez, em **âmbito interno e externo**, configurando, em termos específicos, as seguintes relações:

- a) estágio curricular obrigatório interno;
- b) estágio curricular obrigatório externo;
- c) estágio curricular não-obrigatório interno;
- d) estágio curricular não-obrigatório externo.

Os **estágios curriculares obrigatórios internos** são, de modo geral, não-remunerados e dependem da disponibilidade de vagas institucionais.

Os **estágios curriculares obrigatórios externos** podem ser remunerados ou não e dependem sempre de concessão ou da parceria com uma **instituição ou empresa concedente do estágio**.

Os diversos cursos da Metodista organizam, orientam e supervisionam estágios em **modalidades diversas** - internas e externas - tais como:

- A) estágio escolar ou de docência;
- B) estágio-pesquisa;
- C) estágio comunitário;
- D) estágio organizacional;
- E) estágio clínico;
- F) estágio técnico.

A) Estágio escolar ou de docência - característico dos cursos de Licenciatura sem restringir-se a estes, tem o objetivo de criar oportunidades para que o estudante-estagiário possa desenvolver atividades ou desempenhar funções relacionadas com a **vida escolar**, implicando quer a *gestão escolar*, quer a *efetiva regência docente*, ao

tempo em que desenvolve sua iniciativa profissional e autonomia, justamente por meio da *intervenção profissional direta nas práticas pedagógicas*. Essa modalidade de estágio busca assegurar vivências crítico-reflexivas de ações pedagógicas ou educativas, sem perder de vista as proposições de teorias educacionais.

- B) **Estágio-pesquisa** - constitui-se na criação de mecanismos mediante os quais o estudante-estagiário possa transitar da teoria à prática e determinar um lugar particular tendo em vista a *investigação para intervenção* no conjunto da experiência profissional sob enfoque. Essa modalidade de estágio propicia a vivência da investigação científica - nos termos próprios da "iniciação científica" -, ensejando a realização quer de '*projetos de pesquisa*', quer de '*projetos de intervenção*'. Em função disso, no âmbito dessa modalidade, há possibilidade de articulação com a pós-graduação *stricto sensu* e com os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs).
- C) **Estágio comunitário** - busca assegurar o espaço necessário para que o estagiário possa tanto identificar variáveis psicossociais, pedagógicas e de outras naturezas, em instituições, grupos ou comunidades, quanto possa diagnosticar e traçar estratégias de intervenção nessa mesma realidade. Assim, a partir de estudos dos comportamentos e de atitudes, bem como do levantamento de necessidades, pode-se configurar a ação do estagiário quer com vistas à mudança desses comportamentos, quer à resolução de conflitos no interior de instituições, comunidades ou grupos.
- D) **Estágio organizacional** - tem o objetivo de criar oportunidades para que o estudante-estagiário possa planejar e desenvolver *per se* ações estabelecidas pela organização concedente do estágio, de acordo com o planejamento da própria organização como entidade social de formação do cidadão. Nessa modalidade de estágio, pretende-se que o aluno possa articular conceitos teóricos com práticas profissionais, ao tempo em que oferece oportunidade de desenvolvimento de senso crítico e reflexivo diante de situações-problema do cotidiano.
- E) **Estágio clínico** - visa possibilitar ao estudante-estagiário a experiência de um processo clínico-diagnóstico - com a utilização de instrumental técnico apropriado - e, quando necessária, a intervenção clínica individual ou em grupo. Enfatiza-se o desenvolvimento de uma postura ético-profissional no relacionamento com o paciente como um dos aspectos primordiais do estágio.
- F) **Estágio técnico** visa possibilitar ao estudante-estagiário um espaço de aplicação e a vivência em técnicas instrumentais e metodológicas relacionadas à sua futura atuação profissional. Enfatiza-se o desenvolvimento de uma *postura ético-profissional no relacionamento* com o paciente, com o cliente ou com os pares como um dos aspectos primordiais do estágio.

As **modalidades de estágio**, tal como explicitadas acima, podem ser desenvolvidas na forma específica dos termos postos, bem como de forma articulada - *associando-se duas ou mais modalidades* - para configurar outra "*modalidade de mescla*".

O estágio é composto por atividades relacionadas a *processos* e *áreas* que assim se configuram em termos de:

- observação de processos;
- intervenção em processos;
- participação no funcionamento de instituições;
- desenvolvimento de funções específicas;
- assunção de responsabilidades específicas;
- aprofundamento de estudos para aprimoramento da formação profissional do estudante;
- *atividades restritas de estágio* consideradas principais ou fundamentais para a experiência profissional do estudante;
- *atividades amplas de estágio* consideradas secundárias mas relacionadas à formação profissional do estudante em termos gerais, tais como, monitoria, seminários, comparecimento a eventos científicos ou didático-pedagógicos, dentre os quais congressos, fóruns, discussões, mesas-redondas, cujos temas se relacionem com a formação profissional do curso ou área, desde que se limite por um montante de horas definido para aceitação e registro. Nestes termos, é preciso evitar que tais atividades sejam dominantes ou exclusivas na configuração do estágio dos estudantes em determinadas áreas.

A realização de estágio pelo estudante deverá ser planejada e apresentada formalmente em um **Plano ou Projeto de Estágio** a ser assumido pelo *aluno* de um determinado curso de graduação, ou por ele elaborado com orientação de um professor, em termos *individuais*, de forma tal que atenda aos procedimentos exigidos.

Em certos casos, o Plano de Estágio pode ser elaborado pela empresa, mas de forma compatível com o curso. Ele deve contemplar o seguinte:

- *objetivos do estágio* em dado contexto;
- *grandes linhas de atividades* e necessário detalhamento;
- *referências* a aspectos legais e institucionais considerados;
- explicitação das *experiências profissionais a serem obtidas* pelo estudante;
- nomeação dos profissionais envolvidos, especialmente do *responsável pelo estudante-estagiário na instituição ou empresa*;
- *procedimentos do estudante* para cumprimento do estágio;
- nomeação do *supervisor ou responsável institucional*;
- *carga horária* a ser cumprida no estágio e *horário do estagiário na instituição ou empresa concedente*;
- *critérios de avaliação* das atividades de estágio.

Além disso, deve ser fornecido ou disponibilizado aos alunos - por acesso ao portal de estágios - para elaboração do seu Plano ou Projeto de Estágio o seguinte:

- (a) roteiro para elaboração do **Plano Individual** ou **Projeto de Estágio**;
- (b) modelos de **relatórios parciais** para registro de atividades que contam horas de estágio ao longo do Curso;
- (c) roteiro para elaboração do **Relatório Final do Estágio**;
- (d) modelos de **acordo de cooperação** ou de **convênio** com instituições concedentes;
- (e) modelos de **Termo de Compromisso de Estágio** a ser assinado entre estudante-curso/faculdade-empresa;
- (f) modelo de **Termo de Compromisso do Estagiário com a Metodista**, a ser assumido junto à coordenação de curso ou de estágio;
- (g) modelo de Registro da Carga Horária e das Atividades de Estágio cumpridas pelo estagiário.

As instituições e empresas concedentes de estágios - em qualquer área de conhecimento ou de atuação profissional - assumem compromissos com a Universidade à medida que acolhem os estudantes em seus quadros para o desenvolvimento de atividades laborais oficialmente definidas e acordadas. Tais responsabilidades são pautadas por **critérios e condições institucionais** que são explicitados na forma de ações que impliquem:

- a) respeitar o contexto básico da profissão, evitando introduzir distorções de atividades e de funções nos termos laborais acordados;
- b) indicar, quando for o caso, alguém responsável pela realização dos contatos estudante-empresa-curso/faculdade para definir o estágio;
- c) comunicar ao curso ou à faculdade qualquer alteração ou interrupção no estágio;
- d) solicitar, se necessário, a presença do coordenador de estágio ou de um representante institucional para discussão e solução de problemas comuns, quer relativos à modalidade de estágio, quer ao desempenho do estagiário;
- e) oferecer ao curso ou à faculdade oportunidades de acompanhamento ou de supervisão das atividades do estagiário na empresa, quando houver necessidade;
- f) assinar documentos relativos à oficialização dos estágios, bem como apresentar relatórios de avaliação do estagiário nas atividades propostas e acordadas.

Toda empresa concedente de estágios assinará um convênio ou acordo de cooperação com a Metodista, de acordo com suas políticas e diretrizes. Por ocasião da solicitação de estágio pelo estudante, a coordenação de curso ou de estágio assinará o Termo de Compromisso de Estágio, de acordo com o modelo proposto pela Universidade, conforme o Artigo 3º da Lei nº 6.494/77.

A Metodista, por intermédio da sua Central de Estágios, acompanhará as atividades dos estagiários juntamente com a coordenação do curso para análise criterial e verificação da existência da compatibilidade curso-função.

A **Central de Estágios** assume, em âmbito institucional, a função acadêmico-administrativa de orientar e articular as ações propostas pelas coordenações de curso ou de estágios, tendo em vista assegurar a qualidade do estágio de formação profissional dos estudantes, respeitando as particularidades de cada curso. Assumindo uma função de coordenação institucional de estágios, trabalhará em plena articulação com as coordenações de curso ou de estágio, quando houver, fundada em princípios de ação assim definidos:

- **Princípio de unificação** - define as ações em termos qualitativos, de forma tal que essas possam primar por certa semelhança ou equivalência de critérios, pela identidade profissional explicitada e ressalvada, bem como pela uniformidade conjuntamente definida de procedimentos institucionais;
- **Princípio de descentralização** - orienta as ações no sentido de afastá-las de um suposto centro impositivo, de um padrão único ou de procedimentos mecanicistas ou meramente burocráticos, mas estimula a autonomia administrativo-pedagógica das coordenações de curso ou de estágios específicos a fim de assegurar formação profissional convergente para o mercado de trabalho existente e disponível aos formandos e egressos dos cursos de graduação.
- **Princípio de integração** - implica deflagrar e manter a idéia de que cada uma das modalidades ou situações de estágio, bem como cada espaço aberto por instituições e empresas concedentes de estágios, ou delas advindo, sejam considerados *espaços institucionais comuns* que completam ou complementam a formação profissional dos estudantes dos vários cursos da Universidade.

À luz desses princípios, cada coordenação de curso ou de estágio se vincula e se relaciona - configurando um tipo de **parceria institucional** - com a **Central de Estágios**, tida justamente como instância que elabora e propõe *formas articuladas para a ação institucional* junto ao mercado de trabalho da região de inserção desta Universidade.

Cabe à coordenação de estágios - ou de curso, quando for o caso - zelar pela organização e pela realização efetiva e eficaz do estágio, desde que tome a iniciativa e assuma a responsabilidade institucional de desenvolver ações como as seguintes:

- a) promover atividades de orientação sobre a modalidade de estágio do curso ao qual se vincula, visando preparar o alunado para o estágio, principalmente no que diz respeito aos aspectos éticos e à postura pessoal e profissional, de forma a assegurar um elevado desempenho do estagiário;
- b) preservar o interesse maior de aprendizagem profissional e laboral do aluno, manifesto tacitamente pelo curso ou pela faculdade, conforme o estabelecido no projeto pedagógico do curso;
- c) promover encontros de estagiários para divulgação de informações e troca de

experiências;

- d) assegurar oportunidades de estágio, captando as possibilidades, buscando parcerias, cadastrando e divulgando ofertas de instituições e empresas concedentes com as quais possam ser firmados convênios com a Metodista;
- e) expedir e controlar a documentação de estágio, incluindo assinaturas de 'termos de compromisso', bem como o recebimento e arquivamento dos relatórios parciais e finais dos estudantes-estagiários;
- f) indicar estudantes para estagiar em instituições momentaneamente concedentes de estágio ou já conveniadas;
- g) apreciar para aprovar Plano ou Projeto de Estágio dos estudantes vinculados ao curso em questão.

Algumas modalidades de estágio - em determinadas áreas e profissões da Universidade - exigem que o curso ou a faculdade designe um professor para incumbir-se da supervisão de estágio ao nível institucional. Nestes termos, há a designação de um **professor-supervisor ou orientador de estágios**.

Dentre as atribuições do supervisor de estágios encontram-se:

- a) participar do processo de escolha e busca de instituições e empresas concedentes nas quais os estudantes se dispõem a ou podem desenvolver estágios;
- b) orientar continuamente os estudantes-estagiários com relação aos procedimentos, às rotinas, às finalidades do estágio na sua área de formação profissional;
- c) responder pela coerência e consistência entre as atividades desenvolvidas pelos estudantes-estagiários durante os estágios e àquelas constantes do projeto pedagógico do curso;
- d) orientar o estudante e interagir com este quando do planejamento, desenvolvimento, avaliação e mesmo elaboração do Relatório Final do Estágio;
- e) receber e arquivar os relatórios parciais de estágio, bem como apresentar relatório final do qual constem a identificação do estagiário, local(is) onde este realizou seu(s) estágio(s), distribuição da carga horária, comentário sintético sobre as atividades realizadas pelo estagiário, bem como a sua avaliação do estagiário nas atividades realizadas.

Conforme determinação legal em vigor, o estágio curricular é obrigatório quando consta das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação do Conselho Nacional de Educação (CNE) como exigência ou determinação curricular.

Das diretrizes para formulação de projeto pedagógico ressalta-se:

Entende-se por **atividade curricular** uma unidade complementar de formação, cumprida dentre as alternativas: (a) exercício de monitoria; (b) iniciação científica; (c) projeto de

extensão; (d) participação em eventos científicos da área com produção específica, bem como (e) atividades culturais (Cf. Regimento Geral da Universidade Metodista de São Paulo).

Para a realização de tais atividades pode haver ou não horário e local previamente determinados, e - quando de sua avaliação - o seu cumprimento se traduz por *grau ou conceito de suficiência*.

O espaço das atividades curriculares pode ser ocupado de diversas formas, desde que **previstas** no projeto pedagógico.

Neste âmbito, as faculdades/cursos - por meio de seus respectivos colegiados - têm autonomia para decidir dentre as várias formas alternativas existentes/possíveis: (1) relacionadas à definição de atividades em *âmbito curricular definido* - pelo menos 40 hs *previstos* na matriz curricular; e (2) consideradas atividades complementares explicitadas como "acréscimo" à matriz curricular e à formação do aluno. Tais conhecimentos e experiências são registráveis no histórico escolar, desde que requeridas pelo aluno e devidamente comprovadas. Nessa forma de explicitação, vale incluir, para referência, **estágios extracurriculares e plantões**, usuais na área da saúde. De qualquer forma, tais definições também estão afetas ao colegiado de curso.

É importante observar ainda que essas atividades não estão "dentro" ou "no interior" das disciplinas. São, portanto, atividades curricularmente acrescentadas, **complementares a disciplinas**, muito embora possam ser estabelecidas em relações muito próximas delas.

3.3 - Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares

Para a Metodista, a Pesquisa é, nestes termos, assumida como **princípio pedagógico**, isto é, constitui atividade de rotina universitária, posto que: (1) *passa a estar presente, sendo vivenciada interativamente desde os primeiros momentos da presença dos estudantes na Universidade*; e (2) *torna-se uma realidade cotidiana da prática pedagógica dos docentes* que, por esse meio, conduzem efetivamente os universitários a construir-se não somente como *profissionais competentes*, mas também como *cidadãos competentes*.

A Pesquisa na Metodista é o que redimensiona o Ensino - exclui os processos pedagógicos do âmbito restrito do "ensinar para transmitir conhecimentos" - e a função social da Universidade. Isso pode ser evidenciado nas ações da rotina diária, na partilha do conhecimento adquirido, do conhecimento construído com a comunidade do seu dia-a-dia, de forma tal que esta possa vir a melhorar sua qualidade de vida, aprimorar-se, aprender a *viver mais e melhor*.

À medida que os docentes-pesquisadores assumem a pesquisa como princípio pedagógico e passam a utilizá-la como *estratégia de ação formativa em sala de aula*, deixam de fazer *ensino tradicional estéril* e passam a realizá-lo com uma **nova qualidade**. Ampliam-se as

possibilidades de formar profissionais fora do âmbito restrito de "*imitar soluções*", uma vez que se passa a formar profissionais com *criatividade e competência para identificar problemas, construir e reconstruir respostas*.

Ao mesmo tempo - e porque é salutar que a Pesquisa enfoque sempre problemas 'concretos' da realidade com a qual se está trabalhando - abre-se a *possibilidade de, sem fugir dos limites disciplinares, fazer nascer novas/outras ações* de extensão que ampliem o canal de comunicação entre a universidade e a sociedade com suas necessidades, quer de nível local, regional, nacional ou até mesmo internacional.

Na medida em que a Pesquisa imbrica-se ao Ensino e à Extensão, consolida-se progressivamente a formação do *cidadão competente*, isto é, do *profissional-cidadão-competente* preparado para ler criticamente os problemas da vida cidadã e, ao mesmo tempo, intencionar e criar estratégias para a construção de uma boa qualidade de vida com e na cidadania, democraticamente compreendida em seus múltiplos aspectos.

Os colegiados consideraram apropriado aprofundar a discussão para o fortalecimento da produção de conhecimento no nível de graduação, fenômeno relativamente recente no ensino superior brasileiro, pois decorreu da rejeição ao conceito de aprendizagem passiva, dominante em períodos passados. Assim, disciplinas de iniciação à pesquisa ou de teorias do conhecimento passaram a fazer parte de todos os projetos pedagógicos dos cursos de graduação na Metodista.

A concepção de iniciação científica, como atividade em que o discente encontra campo propício para desenvolver seu potencial investigativo e aprimorar sua prática acadêmica, se consolidou na Metodista e passou a se constituir parte de um processo que prioriza a aquisição do conhecimento e a autonomia intelectual do discente.

A diretriz é a de um processo pedagógico, em forma de projeto de pesquisa, com o objetivo de inserir discentes de graduação na produção do conhecimento. Seguindo o referencial teórico-metodológico apresentado em cada projeto, os discentes participam diretamente, cada qual com suas atribuições específicas, da pesquisa coordenada pelos professores doutores em sua área de atuação. O envolvimento direto do aluno contribui para a cultura acadêmica da Universidade e para o aprimoramento do potencial individual de cada um, na elaboração e discussão dos conteúdos pertinentes do projeto.

Foram sistematizados os seguintes objetivos da iniciação científica:

- ✓ Propiciar maior integração entre ensino e pesquisa na Universidade;
- ✓ Despertar a vocação para a pesquisa, sistematizando a construção do próprio conhecimento;
- ✓ Incrementar a produção discente, com base em métodos de pesquisa e em reflexão crítica;
- ✓ Preparar alunos para cursos de pós-graduação;
- ✓ Contribuir para a consolidação e permanência dos projetos e grupos de pesquisa já instituídos;
- ✓ Integrar a graduação a resultados de pesquisas e referenciais teóricos de

excelência.

A elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - monografia, proposta de intervenção ou outro tipo, quando prevista no projeto pedagógico dos cursos de graduação trazem um diferencial de qualidade. Tais procedimentos colaboram na consolidação e difusão da prática da investigação científica.

Os projetos pedagógicos dos cursos servem como inspiração para o surgimento de novos trabalhos de Extensão, na busca de estreitar os laços da Universidade com a sociedade à medida que novos desafios surgem. Isto é, os Projetos Pedagógicos devem fornecer mais estímulos para o diálogo com a comunidade e entre os cursos, em ações de caráter multidisciplinar.

São utilizados critérios quantitativos e qualitativos para tentar auferir o real benefício dos trabalhos de Extensão para as comunidades interna e externa. A quantidade de docentes e discentes envolvidos, bem como o tamanho das populações alcançadas, podem ser tomados como indicadores. Qualitativamente, busca-se observar se o projeto colabora na promoção social do segmento atendido ou se apenas perpetua relações paternalistas entre os vários agentes.

O Projeto Pedagógico Institucional da Metodista registra:

A UMESP propõe, assim, que se trate a **Extensão também como recurso pedagógico**. Tal princípio – que também explicita outra faceta do compromisso social da Universidade – pode se expressar na *criação de pontes* entre o que é ensinado e discutido em sala de aula e as demandas que a sociedade apresenta. Os assuntos discutidos em sala de aula podem e devem ser relacionados com a tentativa de responder aos problemas e indagações propostos pela comunidade. Os projetos de Extensão surgem, nestes termos, como parte “natural” da Educação Superior, como atividade inerente ao mundo acadêmico, conferindo até mesmo aplicabilidade e relevância ao que é ensinado. No entanto, torna-se necessária a superação da exclusividade dos projetos como expressão do que é feito sob o rótulo de “extensão”.

Sendo assim, em uma outra perspectiva e *de acordo com a amplitude, abrangência ou extensão da ação*, bem como *com o tempo de duração*, os trabalhos de Extensão, desenvolvidos em âmbito universitário, podem ser classificados como:

a) **Atividades** – quando se trata de ações de amplitude moderada ou menor abrangência desenvolvidas em poucos dias, ou em até mesmo em um só dia.

b) **Projetos** – quando são desenvolvidas ações de maior amplitude ou abrangência ao longo de um ano letivo, e pode ser ampliado o prazo de execução por mais um ano, de acordo com as normas acadêmicas pertinentes, principalmente no que se refere ao financiamento dos projetos de acordo com o Fundac.

c) **Programas** – quando as ações em função de sua grande amplitude, abrangência ou extensão têm um prazo de execução mais longo, comportando dois ou mais anos, ainda que os convênios com entidades públicas ou privadas sejam renovados periodicamente.

Um outro **componente inovador do currículo** é posto em termos de ‘**PARCERIAS**’ e é passível de inclusão na própria matriz curricular, uma vez que abre espaço para a **diferenciação curricular com convergência para a prática profissional, para o mundo do trabalho específico da profissão.**

Este componente assegura o enriquecimento ou qualificação, em termos diferenciados, do conhecimento e dos saberes profissionais a serem adquiridos pelo aluno no decorrer do curso.

Uma **consideração curricular importante em cursos de natureza tecnológica** diz respeito a ‘**ESTUDOS EXTRAORDINÁRIOS**’, que impliquem competências já adquiridas pelo estudante no trabalho, em formação de nível anterior ou em termos autodidáticos, que possam ser efetivamente incorporadas ao currículo de formação tecnológica, acarretando, em função de avaliação específica, *dispensa de atividades ou de disciplinas correlatas.*

Das Formas Diferenciadas de Organização de Conteúdos

Entende-se por **módulo** uma unidade de formação diferenciada, expressa por um programa de ensino, que compreende estudos de uma ou mais áreas de conhecimento a ser desenvolvida em um período letivo determinado (Cf. Regimento Geral o que se diz de ‘*disciplina*’).

A cada módulo correspondem determinadas atividades curriculares, bem como um certo número de horas-aula, previamente definidos na matriz curricular.

Com o aperfeiçoamento das diretrizes curriculares e considerando uma maior flexibilização da matriz curricular, poderão ser oferecidos módulos eletivos para o cumprimento da matriz.

3.4 - Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos

De acordo com o estabelecido pelas Diretrizes Curriculares para elaboração do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação, o **aproveitamento de estudos** deve ser indicado - pelo menos como 'observação' - no projeto pedagógico desde que diga respeito à abreviação da duração do curso, por meio da eliminação de disciplinas (ou de parte delas) da matriz curricular, na correlação com 'atividades já desenvolvidas ou em desenvolvimento pelo aluno'. Tal indicação é dirigida aos alunos que: (a) tenham experiências anteriores relevantes no todo ou em parte; (b) apresentem-se como autodidatas e queiram submeter-se a exames de suficiência; e (c) demonstrem desempenho acadêmico extraordinário (Cf. explicitação do *princípio de flexibilização da LDB*).

O Regimento Geral da Metodista disciplina a Abreviação da Duração de Curso nos seguintes termos:

Art. 73 – O aluno que demonstre extraordinário desempenho acadêmico, pode requerer a abreviação da duração de seu curso, pela supressão de determinada(s) disciplina(s) da matriz curricular, cujo conteúdo julgue dominar demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, de acordo com as normas dos sistemas de ensino e regulamentação aprovada pelo CONSUN.

Nos processos ou procedimentos de análise para consignar como atividades curriculares os **‘estudos extraordinários’**, não é preciso estabelecer-se ‘correlação matemática’ de tempo entre as atividades realizadas pelo aluno e aquelas pleiteadas para correlação, nem mesmo ‘correlação literal’ de conteúdos. A consignação de competências e habilidades em ‘aproveitamento de estudos’ pode ser feita levando-se em conta **até o valor ou a importância profissional da atividade**.

3.5 - Avanços tecnológicos

A utilização de métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, com vistas a atender aos anseios sociais por uma relação de aprendizagem mais personalizada, acessível e colaborativa, constitui importante eixo que expressa a identidade da Instituição. Diante do exposto, a oferta de disciplinas semipresenciais em cursos superiores, em conformidade com as orientações definidas pelo Ministério da Educação, é um projeto de suma importância para o cumprimento das metas da Metodista.

Caracteriza-se a modalidade semipresencial em termos de quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autonomia do aluno, sob orientação do docente, cujo processo educativo é desenvolvido com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação e tecnologias de comunicação. A oferta de disciplinas semipresenciais deve estar prevista nos respectivos projetos pedagógicos dos cursos.

Os materiais didáticos e objetos de aprendizagem utilizados nas disciplinas semipresenciais deverão atender às especificidades da modalidade em termos de qualidade e padrões técnicos, estética, linguagem e clareza de exposição do conteúdo, com ênfase na autonomia e pleno aproveitamento das atividades de interação com docentes e tutores. A criação e a utilização de materiais desenvolvidos pelos docentes com apoio de recursos humanos ou técnicos da Metodista são regidas pelas diretrizes institucionais sobre o tema.

É condição preliminar ao exercício da docência nas disciplinas semipresenciais ter participado, com aproveitamento positivo certificado, de capacitação docente básica em Educação a Distância (EAD) da Metodista ou ter experiência comprovada no oferecimento de cursos ou disciplinas na modalidade.

4 - CORPO DOCENTE

4.1 - *Requisitos de titulação*

De acordo com o Plano de Carreira Docente são definidas as seguintes categorias:

Professor **Auxiliar** - o graduado ou especialista em início de carreira na Universidade;

Professor **Associado** - o docente especializado em área específica de formação profissional, atuando no mercado, que se dedica regularmente ao ensino superior, ou Mestre com menos de dois anos de experiência docente em início de carreira na Universidade;

Professor **Assistente** - o Mestre com mais de dois anos de carreira na Universidade;

Professor **Titular C** - o Doutor com menos de dois anos de experiência docente em início de carreira na Universidade;

Professor **Titular B** - o Doutor com experiência e produção docente na forma regulamentada pelo Consun;

Professor **Titular A** - o Doutor que tem pós-doutorado e acumula produção científica, com pontuação suficiente para enquadramento nesta categoria.

Cada uma das categorias acima apresentadas compreendem dois níveis numerados, a saber:

- a) Nível I - docente recém-contratado;
- b) Nível II - docente com dois anos de docência na Instituição e pontuação mínima exigível de desempenho, desde que haja vaga aprovada.

Professor **Tutor** - as funções de tutoria na Educação a Distância são consideradas de apoio aos professores que atuam nos cursos nessa modalidade, exercidas por profissionais capacitados para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas previstas sob supervisão dos docentes.

4.2 - *Experiência no magistério superior e experiência profissional não-acadêmica*

Em relação ao item, o Plano de Carreira Docente dispõe:

Art. 21 A classificação do docente é feita no ato de sua admissão na Instituição, sendo enquadrado no nível I da categoria que sua titulação e experiência o permitirem, desde que haja vaga aprovada pela Reitoria.

§1º Os Certificados ou Diplomas, reconhecidos pelos órgãos governamentais, para fins de classificação são os de Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado e

Pós-Doutorado, sendo que neste último pode ser aceita Declaração de Conclusão.

§ 2º A experiência profissional deverá ter relação com o campo acadêmico em que atuará o docente.

§ 3º A titulação, experiência e produção acadêmico-científica serão consideradas na forma dos critérios e pontuações regulamentadas pelo Consun.

Desde 2001 a Metodista tem regulamentado o Processo de Avaliação do Desempenho e Produção Intelectual do Docente para efeitos remuneratórios da carreira.

4.3 - Critérios de seleção e contratação

Em agosto de 2005, a Metodista definiu normas de gestão com a finalidade de orientar os aspectos legais e funcionais do processo de recrutamento, seleção e contratação de pessoal docente. Os critérios de seleção e contratação estão assim constituídos:

- **Recrutamento Interno:** divulgação interna para contratação de docentes que gozam de contratos por prazo determinado (contratos emergenciais).
- **Recrutamento Externo:** divulgação externa para contratação de docentes, veiculada nos meios de comunicação impressa, currículo *on line*, contatos com outras instituições e fontes de recrutamento.
- **Seleção:** é um processo de avaliação realizado pela faculdade para a escolha dos candidatos que melhor atendam ao perfil do cargo.

Políticas

- ❑ Não podem ingressar na Instituição os candidatos que tenham parentes até 2º grau ou relação familiar com pessoas que já façam parte do quadro de funcionários do IMS. Dependendo dos interesses institucionais, as exceções poderão ser autorizadas pela Reitoria.
- ❑ As pessoas que tenham sido demitidas do IMS, exceto quando o motivo da demissão for redução de quadro, extinção do cargo ou outro motivo que não caracterize culpa do empregado, não poderão concorrer a vagas na Instituição.
- ❑ As pessoas que atuam na categoria *temporário* poderão se candidatar a vagas externas, fora do prazo de 12 meses.
- ❑ Nenhum candidato poderá iniciar as atividades dentro da Instituição sem estar com toda a documentação e exame médico regularizado, sendo a chefia responsável pelas conseqüências financeiras e trabalhistas caso essa situação venha a ocorrer.
- ❑ Preferencialmente, o docente deverá ter, no mínimo, 12 horas-aula contratadas semanalmente, exceto casos previamente aprovados pela Reitoria.
- ❑ Conforme legislação e política de recursos humanos, deve ser incentivado o preenchimento de vaga por pessoas com deficiência.

Recrutamento

- ❑ O recrutamento de docente deve ser realizado prioritariamente entre os docentes que já se encontram na Instituição.

- ❑ Na ausência de docentes internos, utilizar-se-ão fontes externas: currículo *on line*, currículos físicos, agências, instituições de ensino e outros.
- ❑ O contato com o candidato deve ser realizado a partir da aprovação da vaga.

Seleção

- ❑ O processo de seleção deve ser realizado e presidido pelo diretor da faculdade de origem, com a participação do diretor da faculdade ou do coordenador do curso solicitante.
- ❑ O docente deve ser comunicado, individualmente, das disciplinas oferecidas pelo Processo Interno de Seleção Docente.
- ❑ Para ambos os processos de seleção docente devem ser considerados os seguintes critérios básicos:
 - a) formação acadêmica para a área específica;
 - b) aderência;
 - c) didática.

No mesmo ano foram definidos aspectos legais e funcionais do processo de contratação de docentes para cursos livres e de pós-graduação *lato sensu*.

- ❑ Cursos livres e de *lato sensu* são aqueles que não se caracterizam como cursos de graduação e nem de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).
- ❑ A contratação dos docentes que não pertencem ao quadro da Instituição é feita para o período do módulo que ele irá ministrar as aulas.
- ❑ A contratação do docente é feita pela coordenação do curso onde ele irá ministrar as aulas.

4.4 - Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

Em 1999, a Universidade implantou a **Política de Pessoal Docente e respectivo Plano de Carreira**. Desde então, a Carreira Docente passou por dois momentos de revisão - um em 2001 e outro em 2003 -, os quais resultaram no aprimoramento das políticas e ampliação das categorias funcionais. A Resolução Consun nº 12/2003 reedita, com alterações, a Política de Pessoal Docente e respectivo Plano de Carreira.

A nova estrutura de carreira tem por objetivo consolidar a política de pessoal docente e o plano de carreira. São objetivos da carreira docente:

- ✓ Ampliar a capacidade de atrair e fixar docentes na Universidade;
- ✓ Criar condições que ampliem o comprometimento com a política acadêmica institucional;
- ✓ Estimular e dar condições para o desenvolvimento pessoal e acadêmico-profissional do docente;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento da missão institucional.

A evolução na carreira está norteadada pelo número de vagas fixadas pelo Consun, por proposta da Reitoria e homologação pela Direção Geral do IMS. A avaliação dos docentes para ingresso e evolução na carreira é de competência da Comissão Permanente de Carreira Docente.

O **Ato Administrativo nº 19/2005** reedita o Ato Administrativo nº 40/2002 que trata da Comissão Permanente de Carreira Docente, cujas competências estão assim estabelecidas:

- ✓ Analisar as solicitações de enquadramento ou promoção de docentes, no Plano de Carreira, estabelecidas pela Resolução Consun nº 12/2003 emitindo seu parecer e submetendo-o à aprovação do Reitor;
- ✓ Solicitar a contribuição de consultor *ad hoc*, quando necessária para instruir a elaboração de seu parecer;
- ✓ Requerer do interessado complementação de documentos ou outras informações, indispensáveis ao processo de enquadramento ou promoção;
- ✓ Sugerir à Reitoria que encaminhe ao Consun alterações ou aperfeiçoamentos nos critérios de pontuação estabelecidos pelo colegiado.

❖ **Capacitação docente**

A capacitação docente constitui, por sua vez, o atendimento sistemático das necessidades de aperfeiçoamento contínuo, bem como promove e estimula o docente a qualificar-se para seu desempenho no Ensino, na Pesquisa e na Extensão.

Entendendo que ela não se restringe somente ao critério de titulação específica de mestres e doutores, desde 1999 buscou-se ampliar o plano de capacitação para inclusão de outros tipos de programas de atualização e aperfeiçoamento acadêmico-científico, dentro das seguintes possibilidades:

- ✓ Bolsas ou auxílios para cursos de atualização profissional e pós-graduação *lato sensu*, ou participação em projetos específicos de produção científica, técnica ou cultural, aprovados pela faculdade nos termos da política de capacitação;
- ✓ Auxílio para participação em congressos, simpósios, jornadas, mesas de debates e encontros de caráter científico, cultural ou artístico, tanto nacional como internacional;
- ✓ Formas de interação com organismos financiadores de projetos e pesquisas, nacionais e internacionais;
- ✓ Programas de cooperação com outras entidades e formas de intercâmbio inerentes às atividades de extensão e pós-graduação.

No que se refere à capacitação docente, o Fundo de Desenvolvimento Acadêmico-Científico (Fundac) passou a ser um instrumento participativo de fomento, cuja administração é efetuada pelas faculdades, homologada pelos órgãos competentes.

O Plano de Capacitação Docente da Metodista prevê subsídios financeiros anuais a serem consignados no plano orçamentário anual das faculdades para capacitação de seus professores, considerando não só as prioridades acadêmicas, mas também as disponibilidades consignadas no Fundac da Universidade.

O Ato Administrativo IMS/DG nº 08/2004 regulamenta bolsas de estudo para professores em cursos de pós-graduação, considerando o § 6º do art. 49 da Convenção Coletiva de Trabalho/2004 e o inciso VI do Capítulo "Itens de Fomento" do FUNDAC.

❖ Regime de trabalho

Os critérios adotados pela Metodista na composição do quadro no regime de dedicação são estabelecidos na Política de Pessoal Docente e respectivo Plano de Carreira, atendida a legislação vigente.

4.5 - Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro

Os procedimentos para substituição eventual dos professores constam da Norma de Gestão de Pessoal que trata do Recrutamento, Seleção e Contratação de Professores na Metodista.

As políticas estão assim definidas: só serão admitidos os candidatos que forem aprovados no processo seletivo constante de avaliação técnica, avaliação psicológica e exame médico admissional.

Há também norma que define atribuição de carga horária docente para ensino, pesquisa, extensão e administração acadêmica. **Toda contratação se dá a partir do preenchimento de requisição de pessoal aprovada pelo gestor da área** (diretor), da Vice-Diretoria e da Direção Geral, **seja ela substituição ou aumento do quadro. A partir da vaga aprovada e esgotadas as possibilidades de aproveitamento interno, efetua-se chamada no site da Metodista, informando sobre a existência de vagas e solicitação de preenchimento do currículo on line.**

Todo colaborador técnico-administrativo poderá exercer, simultaneamente, o cargo de docente, desde que seja habilitado e capacitado para tal. A situação inversa também pode acontecer, ou seja, o docente pode exercer simultaneamente o cargo técnico-administrativo, desde que atenda ao perfil e aos requisitos exigidos.

5 - CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

5.1 - Critérios de seleção e contratação

A Universidade dispõe de Normas de Gestão de Pessoal que tratam do recrutamento, seleção e contratação de funcionário técnico-administrativo. **Toda contratação se dá a partir do preenchimento de requisição de pessoal aprovada pelo gestor da área, seja substituição ou aumento do quadro. A partir da vaga aprovada e esgotadas as possibilidades de aproveitamento interno, inicia-se o processo de recrutamento, dando-se prioridade para pessoas com deficiência.**

Entre as ações, incluem-se:

- a) desenvolver processo e sistematização para atualização de *Curriculum Vitae* interno para pessoal técnico-administrativo, com vista a maior aproveitamento de profissionais da instituição, favorecendo o desenvolvimento na carreira e profissional;
- b) manter dados informatizados e atualizados no Banco de Talentos, visando facilitar o aproveitamento interno e a reposição de pessoal qualificado num menor espaço de tempo;
- c) manter sistemática de atualização coerente com a dinâmica institucional, vinculada ao processo de capacitação e desenvolvimento de potencial.

As Normas de Gestão de Pessoal estabelecem:

Recrutamento

- ❑ **Interno:** realizado por meio de divulgação interna para concorrer à seleção de um cargo no quadro técnico-administrativo.
- ❑ **Externo:** realizado por meio de currículos *on line* e de currículos físicos.
- ❑ **Seleção:** consiste de avaliação realizada para escolher os candidatos que melhor atendam ao perfil do cargo.

Seleção

O processo de seleção é realizado pelo DGP e consta de testes específicos aplicados aos candidatos. Faz parte do processo seletivo a entrevista com o gestor da área solicitante da vaga.

Política

Para todas as estruturas de cargos, não podem participar do processo seletivo os candidatos que:

- a) tenham se desligado da Instituição há menos de 12 meses;

- b) possuam relação de parentesco até 2º grau ou relação familiar com pessoas que já façam parte do quadro de funcionários do IMS. Dependendo dos interesses institucionais, as exceções poderão ser autorizadas pela Reitoria;
- c) tenham sido demitidos do IMS, exceto quando o motivo da demissão for redução de quadro, extinção do cargo ou outro motivo que não caracterize culpa do empregado.

Conforme legislação e política de recursos humanos, deve ser incentivado o preenchimento de vaga por pessoas com deficiência.

5.2 - Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

A Metodista entende que do seu corpo técnico-administrativo devem emanar o apoio e a cooperação para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto vem ao longo dos anos desenvolvendo, junto aos seus quadros, políticas e ações de recursos humanos que permitam:

- ✓ estruturações para tomada de consciência da realidade do projeto educacional da Instituição;
- ✓ condições para criar e inovar dentro de suas próprias atividades;
- ✓ conscientização do papel que cada um exerce no processo educativo, tanto na relação com seus pares e superiores, professores e alunos, quanto com a comunidade em geral.

A gestão de RH, desde 2000, adota o Sistema de Relatórios e Informações Gerenciais, com objetivo de apoiar os processos decisórios e contribuir para o Planejamento Institucional. Ela é desenvolvida e executada mediante os seguintes processos:

Provisão de RH: planejamento de pessoal, pesquisa de mercado, recrutamento e seleção de pessoal. Trata da colocação de recursos humanos necessários ao funcionamento da Instituição. Esse processo realiza triagem e seleção de pessoas que farão parte da organização. A Instituição vem direcionando suas ações na ampliação dos aproveitamentos internos, principalmente em cargos de liderança, bem como desenvolvendo instrumentos que possam antecipar as necessidades de pessoal face ao seu desenvolvimento constante.

Aplicação de RH: posiciona as pessoas em cargos ou funções dentro da Instituição. Realiza-se análise e descrição de cargo, programas de integração, acompanhamento do desempenho (individual e grupal) e movimentação interna de pessoal. Esse processo visa compatibilizar as pessoas disponíveis e as posições a serem preenchidas. Com ações fundamentadas na política de aproveitamento interno e buscando otimizar os recursos humanos disponíveis, a Instituição vem ampliando as oportunidades de crescimento profissional de seus colaboradores.

Manutenção do RH: responsável pela permanência das pessoas na Instituição. Inclui remuneração, planos de benefícios, medicina do trabalho e manutenção das relações

trabalhistas. Esse processo cuida de todo o contexto ambiental, ou seja, da qualidade de vida das pessoas no trabalho. A Instituição vem direcionando suas ações no sentido de que o trabalho seja uma fonte de prazer, e para isso a qualidade de vida no trabalho vem sendo valorizada na busca de melhorias, por intermédio de um programa de medicina ocupacional mais atuante, da ginástica laboral, da ampliação dos benefícios, da confraternização de aniversários, festas de natal e de outros.

Desenvolvimento do RH: cuida do contínuo aperfeiçoamento e melhoria das qualificações pessoais dos participantes. O processo de desenvolvimento tem por objetivo capacitar e desenvolver as pessoas dentro da organização e dotá-las das habilidades, competências, destrezas e conhecimentos necessários ao trabalho. Para tanto a Instituição vem ampliando suas ações na capacitação dos profissionais, atuando principalmente nas relações interpessoais e aperfeiçoamento técnico-profissional por meio de programas oferecidos internamente.

Controle de RH: cuida de todo o sistema informacional sobre RH. Inclui registros e controles de pessoal, banco de dados, sistemas de informações gerenciais sobre o pessoal e auditoria de RH. A Instituição vem ampliando seus investimentos em recursos tecnológicos, de forma a otimizar e maximizar a qualidade do trabalho, produtividade com segurança nos controles das informações, face ao contínuo processo de evolução que a organização teve e terá nos próximos anos.

❖ **Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico-Administrativo**

Coerente com o objetivo geral para a ascensão meritória na carreira, o plano de cargos técnico-administrativo busca compatibilizar a realidade institucional e o mercado profissional, respeitadas as características próprias de uma organização educacional. Adota-se um perfil profissional técnico-administrativo generalista, de forma que o indivíduo possa ter mobilidade para atuar nas diversas áreas e com certa flexibilidade quanto à área de formação em relação à área de atuação profissional.

O Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico-Administrativo está fundamentado na metodologia do sistema de pontos e sua constituição está de acordo com a natureza e a estrutura na qual cada cargo se insere. O corpo técnico-administrativo é composto por profissionais qualificados, cuja alocação distribui-se nos seguintes grupos ocupacionais:

- ✓ Estrutura executiva: cargos de gerência e assessoria nas atividades de caráter administrativo, estratégico e tático da instituição.
- ✓ Estrutura administrativa: cargos que exigem liderança, análise e que auxiliam no desenvolvimento de atividades administrativas, burocráticas e rotineiras.
- ✓ Estrutura técnica: cargos que exigem liderança, análise, conhecimento técnico específico no desenvolvimento de atividades que interferem direta ou indiretamente no ensino-aprendizagem.
- ✓ Estrutura operacional: cargos que mantêm a infra-estrutura da organização nos serviços de apoio, conservação e manutenção.

A evolução na carreira é vinculada ao número de vagas existentes, ao orçamento anual da Metodista e à avaliação de potencial. Os requisitos mínimos constam da descrição e especificação de cada cargo e a mobilização se dá por processos de seleção e remanejamento interno, permitindo ao colaborador avançar de forma generalista e flexível.

A avaliação dos cargos é realizada por comitês que utilizam manuais de avaliação, atribuindo aos fatores o número de pontos correspondente, obtendo-se assim o grupo de cargos ao qual aquele cargo avaliado deve pertencer.

Quanto à remuneração, a abordagem humanista mantida pela política institucional implica a necessidade de remunerar cada colaborador de acordo com o valor do cargo que ocupa e, ao mesmo tempo, por seu desempenho e dedicação.

❖ Plano de Capacitação Técnico-Administrativo

O desenvolvimento profissional do pessoal técnico-administrativo ocorre por incentivo à educação formal ou à participação em programas de capacitação que ampliem suas habilidades, promovam a qualidade e mantenham um clima de estímulo ao bom desempenho profissional, à realização pessoal e à contínua melhoria nas relações interpessoais.

Nesse sentido, foi adotada uma política de capacitação para o corpo técnico-administrativo, cujo objetivo é oferecer a seus colaboradores condições para que reconheçam e desenvolvam suas potencialidades, bem como a capacidade de assumir responsabilidade de dirigir seu comportamento, de tal forma que possam compatibilizar sua necessidade de auto-realização com os objetivos institucionais.

Para viabilizar programas e atividades de capacitação interna, foi adotado o incentivo à realização de ações conjuntas e parcerias com as faculdades e outras áreas, tais como Coordenação de Esportes, agências experimentais, clínicas, Núcleo de Pesquisa Aplicada em Psicologia, estúdios de rádio e TV, dentre outras, visando a integração das áreas do saber com a prática e realidades próprias da Instituição.

Aperfeiçoamento e atualização continuada das habilidades em Tecnologia da Informação são também objetivos perseguidos pela Instituição. Para tanto dispõe de um programa com mais de 120 horas de capacitação, divididos em módulos de 4 ou 2 horas, a fim de capacitar o funcionário em pouco tempo e na habilidade específica para sua necessidade imediata. Dentre os módulos mais comuns, podem ser citados: criação de mala-direta, agendamento de reuniões com o Microsoft Outlook, criação e formatação de gráficos, compactação e descompactação de arquivos e uso das salas multimídia, dentre outros. À medida que novos sistemas ou softwares são disponibilizados aos funcionários, novos módulos são criados e os respectivos manuais ficam disponíveis na Intranet ou são gravados em CD e entregues aos participantes destes cursos, a fim de que todos possam acessá-los. Quando há alguma necessidade específica em algum setor, o gestor solicita ao Departamento de Gestão de Pessoas e este provê um programa específico para a área.

O setor de RH buscou também trabalhar na reorganização do Plano de Desenvolvimento e Capacitação dos Funcionários Técnico-Administrativos, de forma a adequá-lo às novas

necessidades, possibilitando articulações cada vez mais significativas, além do estabelecimento de normas e procedimentos mais adequados à realidade atual.

Face ao crescimento institucional e à complexidade da dinâmica universitária, faz-se necessária a busca pelo aperfeiçoamento de sistemas que sejam capazes de integrar os subsistemas de RH, facilitando e agilizando o processo de gestão de pessoas e o desenvolvimento da performance individual e grupal. Assim, em 2005 foi concluído o Programa de Desenvolvimento de Performance por competências, o qual tem por objetivo maior agregar valor à Instituição e às pessoas que nela atuam, a partir do seu desenvolvimento pessoal, profissional e de suas relações.

A construção sistematizada de um Programa de Desenvolvimento de Performance por Competências ocorre a partir do mapeamento do potencial individual e contribui para o aprimoramento do processo de gestão de pessoas. O modelo do programa leva a uma melhor compreensão e entendimento da realidade organizacional, que por sua vez deve retroalimentar as estratégias e ações organizacionais. A implantação do programa visa potencializar o desempenho humano, propiciando as seguintes condições: a) o desenvolvimento individual e da equipe; b) a qualidade das suas relações; e c) o processo de *feedback*.

6 - CORPO DISCENTE

6.1 - Formas de acesso

São diretrizes para o processo seletivo:

- ✓ Buscar maior aproximação da Universidade com o ensino médio, em particular o da região em que se insere, visando um sistema de avaliação que ao selecionar os candidatos não deixe um hiato entre o ensino médio e o superior;
- ✓ Atribuir valor ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em seus processos seletivos;
- ✓ Identificar a capacidade do aluno para ingressar na Universidade, bem como para cursar e prosseguir em sua formação continuada;
- ✓ Buscar avaliar o potencial do candidato ingressante também utilizando diversificadas alternativas de verificação.

O processo seletivo tem se norteado pela legislação vigente e políticas específicas, com vistas a garantir o máximo de transparência na condução das atividades e a seleção equânime dos candidatos. Para tanto, a Universidade busca a aproximação com instituições de ensino médio durante todo o ano; utiliza um sistema de avaliação que selecione os candidatos quanto aos conteúdos apreendidos no ensino médio, nas diferentes áreas; e adota o aproveitamento dos resultados do Enem.

O atual modelo de realização do processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação, seqüenciais de formação específica e superior de tecnologia compreende as modalidades:

- ✓ Tradicional: constituído de questões de múltipla escolha e de prova de redação;
- ✓ Digital: constituído de questões de múltipla escolha respondidas pelo candidato diretamente em um computador da Metodista e de prova de redação manuscrita.

O processo seletivo está sob a responsabilidade de uma gerência própria, vinculada à Diretoria de Comunicação e Marketing.

A Metodista constituiu o **Comitê do Processo Seletivo** para os cursos de graduação, seqüenciais de formação específica e superior de tecnologia (Ato Administrativo nº 53/2003), a quem compete:

- a) Apresentar propostas para aprovação da Reitoria:
 - de edital do processo seletivo;
 - do plano de organização, procedimentos e execução de cada processo seletivo a ser realizado no ano, e respectiva proposta orçamentária e cronograma de execução de atividades;
 - de quadro de pessoal necessário;
 - de gratificação de cada função no processo seletivo;

- de locais para a realização dos exames.
- b) Avaliar propostas de alteração do processo seletivo a ser aprovadas pelo Consun, que incluem:
 - conteúdo programático de cada matéria a ser examinada nas provas do processo seletivo;
 - estrutura das provas;
 - critérios de avaliação.
- c) Aprovar a escolha dos professores elaboradores de provas.
- d) Propor à Reitoria outras normas ou diretrizes para o constante aperfeiçoamento do processo seletivo.

❖ **Atenção aos discentes**

A Metodista adota política de apoio aos discentes durante sua vida acadêmica e após o término do curso. No ato da matrícula, o aluno recebe o "Manual do Aluno", no qual constam o calendário acadêmico do ano, informações acadêmicas, regulamento financeiro, regulamento das bibliotecas e anexos com algumas normas sobre licenças, compensações de ausências e outras.

Em 2002 foi instituído o **Comitê de Recepção de Alunos**, com objetivo de:

- ✓ organizar o acolhimento aos alunos calouros e veteranos;
- ✓ sistematizar as informações de forma a atender a demanda de cada campus;
- ✓ estabelecer cronograma de ação com vistas às etapas do processo de recepção.

Para os alunos ingressantes a Metodista oferece o Programa de Inclusão, com duração de 40 horas, o qual desenvolve conteúdos de:

- ✓ Informática Básica;
- ✓ Utilização do Sistema Integrado de Gestão da Aprendizagem (SIGA) - Portal da Metodista;
- ✓ Critérios e utilização da biblioteca: presencial e virtual;
- ✓ Orientações e dicas de como estudar, como se organizar, como integrar conteúdos e saberes.
- ✓ Utilizar adequadamente os recursos existentes na Internet para elaboração de trabalhos nas diversas áreas.

Ao aluno participante é emitido certificado de participação.

O programa é oferecido nos três campi durante a semana e aos sábados, em horários que possam contemplar alunos de todos os turnos.

Além disso, o aluno ingressante é recepcionado, nos primeiros dias de aula, pelo coordenador do curso, que apresenta a matriz curricular, a matriz de

interdisciplinaridades, aspectos da profissão, a importância da ética dentro e fora da Instituição, a identificação do campus e as diretrizes gerais da Universidade.

A Metodista conta com diversos canais internos de comunicação, como jornais, jornais murais, revistas, banners, site na internet e, nesta, o serviço "Fale Conosco" e a Rádio Metodista.

O coordenador e a secretária do curso atendem individualmente o aluno e permanentemente mantêm reuniões com os representantes das turmas, que também participam do colegiado do curso.

Para os cursos ministrados a distância, são estabelecidas parcerias com pólos regionais de apoio presencial, que são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados, espaços de apoio aos alunos matriculados nessa modalidade.

6.2 - Programas de apoio pedagógico e financeiro

No exercício do caráter filantrópico, o IMS tem pautado sua atuação não apenas para o efetivo cumprimento de suas obrigações legais mas, principalmente, na busca por promover instrumentos de ampliação do acesso aos alunos carentes, para que possam completar seus estudos. Também enfatiza o oferecimento de serviços gratuitos ou subsidiados, voltados à melhoria das condições de vida em sociedade, especialmente às comunidades que se relacionam com a Instituição.

Buscou-se o aprimoramento da sistemática de concessão de bolsas, com vistas a atender de forma apropriada às exigências legais, tanto quanto aos valores estabelecidos de concessão filantrópica, como quanto à qualidade do oferecimento. Além disso, foi perseguido o objetivo de propiciar o melhor atendimento possível ao alunado carente, especialmente no que diz respeito à qualidade do serviço prestado, no tempo apropriado. A ampliação ao máximo do número de alunos a serem atendidos pelos programas oferecidos também pautou as ações desenvolvidas.

Os tipos de *bolsas de estudo* concedidas pela Instituição foram ampliados e classificados da seguinte forma:

- **Funcional:** concedida por força de acordo coletivo das categorias profissionais.
- **Demanda social:** concedida a aluno que comprove carência econômico-financeira que lhe impossibilite o total financiamento de seu acesso e manutenção no ensino superior. A concessão do percentual de bolsa é condicionada ao perfil de carência e limites possíveis de atendimento, em função de definições orçamentárias institucionais.
- **Reembolsável/Restituível:** concedida ao aluno que precisar de apoio financeiro transitório com reposição dos valores após o término do curso.
- **Emergencial:** concedida ao aluno em caso de falecimento ou desemprego do responsável pelo pagamento da sua mensalidade.

- **CREDOC/FIES**: refere-se ao Programa de Financiamento Estudantil para o Ensino Superior do Ministério da Educação.

- **CAPES/CNPq**: programa de bolsas vinculado a esses organismos, como fomento à pesquisa científica.

- **PEC-G**: programa de bolsas para aluno estrangeiro, em especial de países empobrecidos da África, com expressão da Língua Portuguesa, ou da América Latina.

- **PROUNI**: Em 2005 foi aprovada a adesão da Metodista ao Programa Universidade para Todos (ProUni), do Ministério da Educação.

Historicamente, a Metodista aplica 20% de sua receita em bolsas de estudo, conforme legislação específica das instituições filantrópicas. Desde 2002, foi estabelecido que 14% da receita bruta deve ser aplicada em projetos de filantropia dessa natureza; os outros 6% devem ser destinados à gratuidade em seus serviços sociais e comunitários, como clínicas, Escola de Esportes e trabalhos com a terceira idade, entre outros.

O processo de requisição de bolsa de estudo encontra-se informatizado, adotando o Sistema Smart. Ele foi implementado utilizando-se software que substitui o método manual de preenchimento do formulário de requisição por um sistema automático, tornando o processo de pré-seleção totalmente automatizado. O sistema contempla um conjunto de funcionalidades para o controle das requisições, como: emissão de segunda via do formulário preenchido, possibilidade de envio do formulário por e-mail, manutenção de data de entrevista e geração de arquivo de exportação para o Excel.

6.3 - Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico)

❖ Programa de Inclusão Pedagógica

Na elaboração dos planos de ensino das disciplinas dos primeiros períodos letivos, em especial as que têm conteúdos originários do ensino médio, procura-se, ao início das atividades, desenvolver conteúdos programáticos de caráter revisional daquele nível de ensino.

Após as avaliações, cada coordenador de curso analisa com os professores os resultados do rendimento escolar. Nesse diálogo, busca-se identificar causas de uma eventual baixa da performance acadêmica e soluções para motivar o aluno a permanecer no curso, responsabilizá-lo pelo seu processo de aprendizagem, valorizá-lo pelo que já aprendeu para que consiga ver o ensino de forma prazerosa. Coordenador de curso e professor verificam a necessidade de revisão de tópicos do conteúdo, de alterar o ritmo do desenvolvimento do programa, de mudar estratégias de ensino.

Pensando em trabalhar as dificuldades de aprendizado, a Instituição vem implantando um programa de inclusão pedagógica com objetivo de oferecer oportunidade de o aluno

recuperar seu aprendizado que, de alguma maneira, está dificultando sua caminhada na construção do conhecimento.

❖ **Atendimento Psicopedagógico**

A Metodista compreende a importância das atividades de acompanhamento psicopedagógico aos discentes que apresentam problemas de aprendizagem. Os casos mais significativos têm sido, por vezes, analisados em reuniões do colegiado de curso, dando-se uma orientação que seja compreendida pelos seus integrantes como a mais adequada.

Quando se detecta conduta anormal, como desempenho insatisfatório, ausência escolar em excesso e dificuldades de aprendizagem, de relacionamento, entre outros, a coordenação de curso convida o aluno para uma entrevista; procura identificar possíveis interferências de problemas, seja de natureza pessoal, familiar ou profissional, que estejam afetando o desempenho acadêmico; e busca, com ele, medidas que possam minorar a queda do seu rendimento escolar. Os recursos utilizados consistem em proporcionar apoio, estímulo e compreensão do seu processo pessoal de aprendizagem.

A Pastoral Universitária e Escolar muitas vezes atua no auxílio de familiares nas questões que lhe competem.

6.4 - Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

O Regimento Geral da Metodista, aprovado pela Resolução Consun nº 35/2005, dispõe no Capítulo II - Do Corpo Discente:

Art. 92 – São direitos do corpo discente:

- I - ter representação, com voz e voto, nos órgãos colegiados da Universidade, bem como nas comissões de que participa;
- II - candidatar-se às bolsas de estudo;
- III - utilizar os serviços oferecidos pela Universidade;
- IV - ter acesso aos planos de ensino e aos respectivos processos de avaliação; e
- V - recorrer, atendidos os prazos estabelecidos, das decisões dos órgãos deliberativos e executivos da Universidade, na forma deste Regimento Geral.

Parágrafo único. O aluno de curso de graduação pode atuar como monitor ou bolsista de iniciação científica, em cooperação com o corpo docente, sob a responsabilidade do Colegiado de Curso, e professor orientador, sem vínculo empregatício com o IMS, de acordo com normas estabelecidas pelo Consun.

Art. 93 – São deveres do corpo discente:

- I - atender aos dispositivos legais, estatutários e regimentais, bem como os atos executivos e resoluções dos órgãos colegiados;
- II - abster-se de qualquer ato lesivo ao acervo moral e patrimonial da

Universidade, ou que importe em perturbação de ordem, ofensa aos bons costumes, desrespeito às autoridades universitárias, professores, funcionários e colegas; e

- III - cumprir o regulamento financeiro e os compromissos do contrato de prestação de serviços educacionais com a Mantenedora, respeitadas as disposições legais.

Seção I

Da Organização Estudantil

Art. 94 – Dentre as formas de livre organização do corpo discente são organizações estudantis, com regimentos próprios, elaborados nos termos da legislação vigente:

- I - no âmbito de um curso, o Centro Acadêmico;
- II - no âmbito de uma Faculdade, o Diretório Acadêmico; e
- III - no âmbito da Universidade, o Diretório Central de Estudantes.

Parágrafo único. A Universidade, obedecidas as disposições legais pertinentes, reconhece as organizações estudantis que cumpram as seguintes orientações:

- a) tenham seus atos constitutivos registrados na Secretaria Geral da Universidade;
- b) seus dirigentes sejam escolhidos democraticamente, direta ou indiretamente;
- c) tenham até 28 de fevereiro de cada ano, prestação de contas da gestão do ano anterior.

Seção II

Da Representação Estudantil

Art. 95 – A representação estudantil é a participação do aluno, com voz e voto, em órgão colegiado ou comissão da Universidade, em nome do respectivo corpo discente.

Art. 96 – A legitimação do representante estudantil se dá por duas formas:

- I - por eleição, pela unidade social básica a que pertence, que é a turma com quem compartilha aulas e outras atividades acadêmicas, num determinado curso; ou
- II - por indicação da organização estudantil a que pertença, sendo esta reconhecida pela Instituição, nos termos da seção precedente.

Art. 97 – A representação estudantil é constituída nos seguintes níveis e órgãos:

- I - **Turma** – o representante de turma é eleito pela maioria simples, por voto direto, em processo administrado por comissão legalmente constituída;
- II - **Colegiado de Curso** – um dos representantes é o Presidente do Centro Acadêmico, se houver, e mais 2 (dois) escolhidos dentre os representantes de turma do respectivo curso;
- III - **Conselho de Faculdade** – um dos representantes é o Presidente do Diretório Acadêmico, se houver, e mais 2 (dois) escolhidos dentre os representantes de turma dos cursos da respectiva Faculdade; e
- IV - **Conselho Universitário** – um representante dos cursos de graduação

indicado pelo Diretório Central de Estudantes, e um representante dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, eleito pelos representantes de turma desses cursos.

De acordo com o Estatuto da Metodista, o corpo discente tem representação nos seguintes órgãos:

Art. 16 – O **Conselho Universitário – CONSUN**, órgão colegiado superior, deliberativo, normativo e de recurso, é constituído:

(...)

X - por 2 (dois) representantes do corpo discente, respectivamente da graduação e da pós-graduação “*stricto sensu*” para mandato de 1 (um) ano;

(...)

§ 1º O representante do corpo discente da graduação é indicado pelo órgão de representação estudantil, eleito na forma da legislação vigente, e o da pós-graduação é indicado por seus pares.

Art. 25 – O **Conselho de Faculdade**, órgão deliberativo e consultivo de uma Faculdade, é constituído:

(...)

V - por 3 (três) representantes do corpo discente, eleitos na forma da legislação vigente, para mandato de 1 (um) ano.

Art. 28 – O **Colegiado de Curso**, órgão deliberativo e consultivo para a administração do Curso, é constituído por, no máximo, 15 (quinze) membros, a saber:

(...)

III - por 3 (três) representantes do corpo discente, eleitos na forma da legislação vigente, para mandato de 1 (um) ano.

6.5 – Acompanhamento dos egressos

Aos egressos são oferecidos programas de pós-graduação, palestras, debates, simpósios e cursos de atualização, orientados em função das mudanças que se operam nos dispositivos legais e no mercado de trabalho, bem como das novas necessidades geradas pelo processo de desenvolvimento acadêmico, social e tecnológico.

Além disso, a Instituição oferece outras modalidades de cursos, de natureza filosófica, artística e cultural, que podem contribuir para o crescimento humanista do aluno egresso, atendendo à sua dimensão subjetiva em sua relação com a realidade histórica concreta, que é também política, econômica e social.

A divulgação dessas modalidades de atendimento ocorre por meio de correspondência enviada via postal ou eletrônica, além de folhetos e anúncios em cartazes, jornais, emissoras de rádio e Internet. Eventualmente são convidados para realização de palestras, simpósios e seminários.

7 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1 - Estrutura organizacional com as instâncias de decisão

De acordo com o Estatuto da Metodista, os princípios gerais da sua estrutura organizacional estão assim estabelecidos:

- estrutura orgânica fundamentada em curso, vinculado a uma faculdade e à administração superior;
- processo decisório participativo, com base nos órgãos colegiados da administração superior, intermediária e básica;
- unidade de atuação nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, vedada a duplicação dos meios para fins idênticos ou equivalentes;
- racionalidade da organização com plena utilização dos recursos materiais e humanos;
- universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano, pelo diálogo entre os diversos saberes, pela busca de trocas entre o conhecimento produzido e as necessidades e expectativas da comunidade; e
- flexibilidade na escolha e na aplicação de métodos de ensino, em função das diferenças individuais dos alunos, das peculiaridades locais e regionais, das possibilidades de combinação de conhecimento para novos cursos, programas de pesquisa e atividades de extensão.

A estrutura organizacional da Universidade compreende:

- Administração Superior, integrada por:
 - Conselho Universitário (Consun); e
 - Reitoria, composta pela Vice-Reitoria, Pró-Reitorias e outros órgãos de apoio ou de assessoria;
- Administração Intermediária, integrada por:
 - Conselho de faculdade; e
 - Diretoria de faculdade.
- Administração Básica, integrada por:
 - Colegiado de curso; e
 - Coordenação de curso.

Os órgãos auxiliares integram a Reitoria, diretamente ou por intermédio da Vice-Reitoria ou Pró-Reitoria competente.

A Reitoria é o órgão executivo da Administração Superior, a qual compete superintender, coordenar e acompanhar todas as atividades da Metodista. É composta pelo Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitores.

O Vice-Reitor e os Pró-Reitores auxiliam o Reitor na coordenação da Administração Superior e são indicados pelo Reitor e nomeados pelo Conselho Diretor do IMS.

As Pró-Reitorias são as seguintes:

- I - Pró-Reitoria de Educação a Distância;
- II - Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários;
- III - Pró-Reitoria de Graduação;
- IV - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Infra-Estrutura;
- V - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

A Vice-Reitoria e as Pró-Reitorias têm suas competências e atribuições definidas em regulamento proposto pelo Reitor e aprovado pelo Consun.

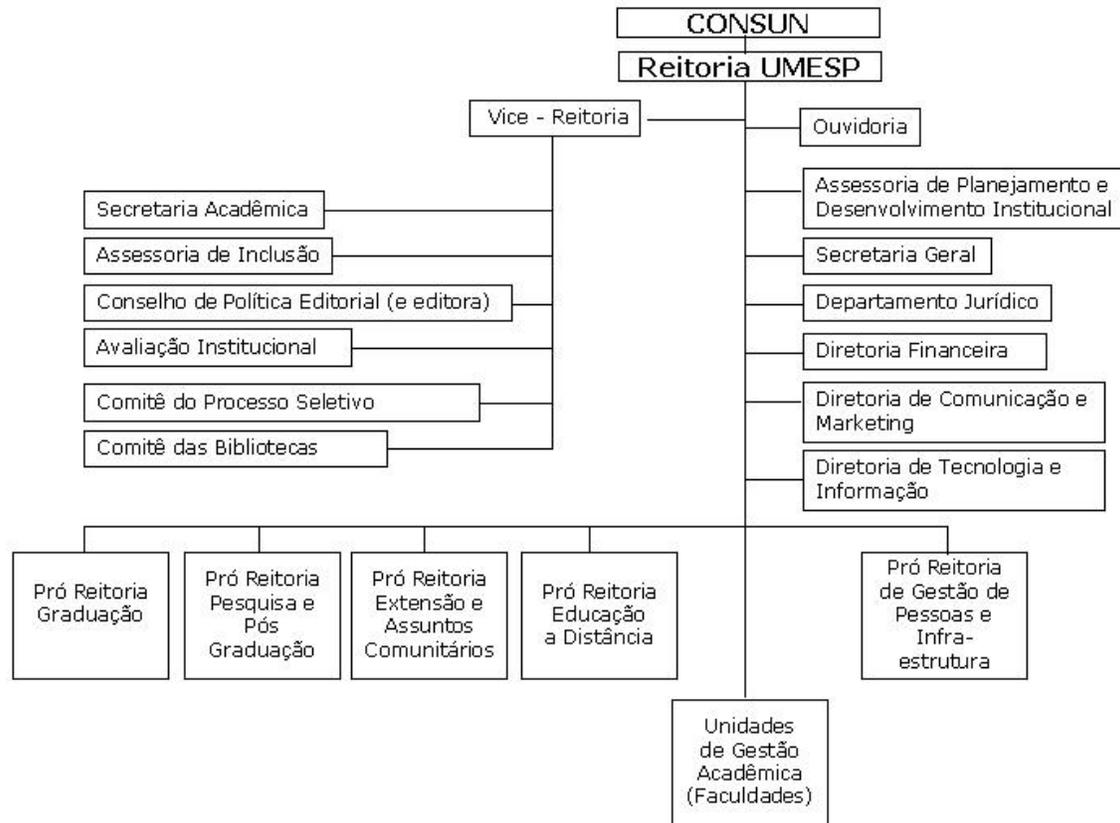
A Vice-Reitoria é o órgão executivo superior que auxilia a Reitoria na coordenação da administração e na proposição e articulação das ações acadêmicas.

Cada Pró-Reitor executa suas atribuições em harmonia com os demais, mantendo o Reitor e Vice-Reitor a par do desenvolvimento dos trabalhos dos órgãos a ele vinculados ou delegados.

São responsabilidades das Pró-Reitorias:

- I - promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão, como fundamentos indissociáveis e de igual relevância, importância e nobreza acadêmica no cumprimento da missão institucional, tendo como referência os pilares do Planejamento Estratégico: Educação por toda a Vida, Comunidade Aprendiz e Inserção Regional;
- II - estabelecer as políticas de suas áreas de atuação, colegiadamente, imprimindo ênfase à inserção da Universidade no contexto regional, nacional e internacional;
- III - priorizar o atendimento aos órgãos executivos da administração intermediária, a fim de conhecer e levar em conta potenciais, limites e desafios de cada curso de formação profissional; e
- IV - dialogar permanentemente com a Reitoria e Vice-Reitoria, a fim de que haja harmonia nas decisões que estão afetas às instâncias acadêmicas, bem como garantir a disponibilidade de infra-estrutura e dos recursos necessários à diferenciação da qualidade do processo educativo da Metodista.

7.2 - Organograma institucional e acadêmico



7.3 - Órgãos colegiados: competências e composição

O **Conselho Universitário (Consun)**, órgão colegiado superior, deliberativo, normativo e de recurso, é constituído:

- pelo Reitor, seu presidente;
- pelo Vice-Reitor;
- pelos Pró-Reitores;
- pelos Diretores;
- pelos Presidentes das Comissões Assessoras;
- pelo Coordenador da Pastoral Universitária, com direito a voz e sem voto;
- pelo Secretário Geral;
- por 2 (dois) representantes do corpo docente, sem cargo, eleitos por seus

pares, com mandato de 2 (dois) anos;

- por 2 (dois) representantes do corpo discente, respectivamente da graduação e da pós-graduação "stricto sensu" para mandato de 1 (um) ano;
- por 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo, eleito por seus pares, para mandato de 1 (um) ano;
- por 1 (um) representante da comunidade externa, indicado pela associação de classe ou categoria solicitada, designado pelo Reitor, para mandato de 1 (um) ano, podendo ser renovado por igual período; e
- por 1 (um) representante da Entidade Mantenedora, indicado pelo Conselho Diretor do IMS, para mandato de 2 (dois) anos.

O representante do corpo discente da graduação é indicado pelo órgão de representação estudantil, eleito na forma da legislação vigente, e o da pós-graduação é escolhido por seus pares.

Para cada representante há um (1) suplente, que o substitui nas faltas ou impedimentos.

São competências do **Conselho Universitário**:

a) Na área de avaliação e desenvolvimento institucional:

- deliberar sobre matéria de interesse geral da Universidade, ressalvadas as competências atribuídas a outros órgãos;
- definir as linhas gerais de ação da Metodista e zelar pela realização de seus objetivos institucionais;
- aprovar as diretrizes acadêmicas e administrativas;
- aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- aprovar o Plano Anual de Atividades e o Relatório de Atividades do exercício anterior da Metodista;
- aprovar a criação de novos *campi*, submetendo a decisão à homologação do Conselho Diretor do IMS e aprovação dos órgãos competentes do Ministério da Educação, quando for o caso;
- aprovar a estrutura e processos do programa de Avaliação Institucional;
- apreciar e homologar atos do Reitor, praticados *ad referendum* deste Conselho.

b) Nas áreas de administração, orçamento e finanças:

- aprovar o orçamento anual da Metodista, proposto pela Reitoria, bem como a prestação de contas, encaminhando-os à homologação do Conselho Diretor do IMS;
- aprovar a criação, desmembramento, incorporação, fusão ou extinção de faculdades e órgãos auxiliares;

- aprovar a Política de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo e respectivos quadros, e planos de carreira para homologação do Conselho Diretor da Instituição;
- aprovar a paralisação parcial ou total das atividades da Metodista em situações excepcionais não previstas no calendário institucional;
- instituir símbolos, bandeiras e flâmulas no âmbito da Metodista;
- apreciar e homologar atos do Reitor, praticados *ad referendum* deste Conselho;
- aprovar convênios e acordos da Metodista com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- aprovar a concessão de prêmios e outorgar títulos honoríficos ou de benemerência;
- deliberar sobre os critérios para seleção, contratação e lotação de pessoal docente e técnico-administrativo, bem como as condições de afastamento para fins de estudo ou cooperação técnico-científica;
- decidir sobre propostas, indicações ou representações de assuntos de sua competência;
- aprovar medidas destinadas a solucionar questões de natureza técnica, administrativa, pedagógica e didático-científica;

c) Nas áreas de legislação, normas e recursos:

- aprovar o Estatuto e o Regimento Geral, submetendo-os à homologação do Conselho Diretor do IMS;
- fixar normas complementares a este Regimento Geral, interpretando-o e resolvendo os casos omissos, de acordo com a legislação vigente;
- aprovar normas que favoreçam a articulação entre as unidades de ensino e outros órgãos da Metodista;
- aprovar normas complementares às estabelecidas neste Regimento Geral para o processo seletivo, matrículas, transferências, opções de cursos, verificação do rendimento escolar, aproveitamento de estudos, colação de grau, monitoria e outras de sua competência, ouvidos os respectivos conselhos de faculdade e colegiados de curso;
- aprovar normas para a organização de cursos sequenciais, de graduação, pós-graduação, especialização, atualização, aperfeiçoamento e extensão;
- aprovar os ordenamentos institucionais dos órgãos internos da Metodista;
- estabelecer critérios e sistemática para elaboração de atos normativos baixados pela Reitoria;
- aprovar o Regulamento da Vice-Reitoria e das Pró-Reitorias;
- aprovar o Regulamento Financeiro da Metodista;

- aprovar o regime disciplinar da Metodista;
- deliberar, como instância superior, sobre matéria de recursos previstos em lei, nos Estatutos e Regimento Geral;
- julgar os recursos a ele interpostos;
- decidir sobre recursos *ex-officio* do Reitor;
- apreciar e homologar atos do Reitor, praticados *ad referendum* deste Conselho.

d) Nas áreas de ensino, pesquisa e extensão:

- estabelecer as diretrizes gerais para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- aprovar os projetos pedagógicos dos cursos;
- aprovar as diretrizes e programas para as disciplinas de formação geral, em todos os cursos de graduação;
- deliberar sobre a criação, incorporação, suspensão e extinção de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, programas e serviços, obedecida a legislação pertinente;
- fixar o número de vagas iniciais de novos cursos e alterar o número de vagas existentes, ouvidas as unidades de ensino interessadas;
- aprovar o Calendário Acadêmico da Metodista;
- estabelecer critérios para elaboração e aprovação de projetos de pesquisa e programas de extensão;
- homologar as atas de defesa de dissertações e teses dos cursos de mestrado e doutorado;
- apreciar e homologar atos do Reitor, praticados *ad referendum* deste Conselho.

As matérias submetidas à apreciação do Consun são avaliadas por meio de **Câmaras Permanentes** que auxiliam o plenário em suas decisões, mediante pareceres. São três as Câmaras Permanentes:

- Câmara de Legislação, Normas e Recursos;
- Câmara de Administração e Finanças;
- Câmara de Assuntos Acadêmicos e Didático-Pedagógicos.

O Consun pode constituir comissões para assessorar as Câmaras Permanentes com estudos e pareceres no tocante a ensino, pesquisa e extensão. As Comissões Assessoras devem ser compostas com membros do corpo docente ou técnico-administrativo externos ao Consun.

O Presidente da Comissão Assessora é nomeado pelo Reitor, dentre os membros indicados.

Os pareceres emitidos pelas Comissões Assessoras subsidiam as Câmaras e o plenário no

seu processo decisório.

Para auxiliar em questões interdisciplinares ou extraordinárias, o Consun pode nomear Comissão Especial, de caráter temporário.

Ao **Reitor** compete:

- dirigir, coordenar, supervisionar e superintender todas as atividades da Metodista;
- representar a Universidade, interna e externamente, ativa e passivamente, no âmbito de suas atribuições;
- promover, em conjunto com o Vice-Reitor e Diretores de Faculdade, quer em nível de planejamento, de execução, acompanhamento e supervisão, a harmonização de todas as atividades da Universidade;
- promover a elaboração do Plano Anual de Atividades, encaminhando-o à aprovação do Consun;
- convocar e presidir as reuniões do Consun, com direito a voz e voto de qualidade;
- presidir qualquer reunião de natureza acadêmica e técnico-administrativa em que esteja presente, com direito a voz;
- vetar deliberações do Consun ou requerer reexame *ex-officio*, justificando as razões;
- designar e dar posse aos Pró-Reitores, Diretores de Faculdade e Coordenadores de Curso;
- propor ao Consun o regulamento da Vice-Reitoria e Pró-Reitorias;
- propor ao Consun a criação ou extinção de órgãos auxiliares;
- delegar, no âmbito de sua competência, atribuições específicas aos Vice-Reitores, Diretores de Faculdade e órgãos auxiliares;
- designar assessores e demais integrantes da administração;
- aprovar a admissão ou demissão, pelo IMS, de pessoal docente e técnico-administrativo;
- elaborar o orçamento anual para aprovação do Consun;
- executar o orçamento aprovado e autorizar transferências de dotações orçamentárias;
- submeter à aprovação do Consun a prestação de contas e o relatório das atividades do exercício anterior;
- zelar pela fiel observância da legislação do ensino superior, do Estatuto e do Regimento Geral da Metodista, bem como as normas complementares emanadas do Consun;
- aplicar o regime disciplinar no âmbito da Universidade, conforme os

dispositivos expressos no Regimento *Geral*:

- encaminhar ao Consun representações, reclamações e recursos de professores, funcionários e alunos;
- designar comissões para a realização de inquéritos administrativos;
- autorizar pronunciamentos públicos que envolvam o nome da Metodista;
- propor ao Consun a concessão de títulos honoríficos ou de benemerência e criação de prêmios;
- conferir graus, expedir diplomas e títulos profissionais;
- decidir os casos de natureza urgente ou que impliquem matéria omissa ou duvidosa, neste Regimento *Geral*, *ad referendum* do Consun;
- exercer o direito de pedir reexame, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sobre decisões do Consun, convocando-o para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, conhecer as razões do pedido de reexame; e
- cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto, do Regimento *Geral* e da legislação em vigor, bem como as decisões do Consun.

A **Faculdade** é a unidade organizacional básica da Metodista que congrega cursos, responsável pela realização das atividades indissociadas de ensino, pesquisa e extensão.

O **Conselho de Faculdade**, órgão deliberativo e consultivo de uma faculdade, é constituído:

- pelo Diretor da Faculdade, seu presidente;
- pelos Coordenadores dos seus cursos de graduação;
- pelos Coordenadores dos seus cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*;
- por 1 (um) representante do corpo docente de cada curso, eleito por seus pares, para mandato de 2 (dois) anos; e
- por 3 (três) representantes do corpo discente, eleitos na forma da legislação vigente, para mandato de 1 (um) ano.

A **Diretoria** de faculdade é o órgão executivo, de coordenação e supervisão das atividades da Faculdade, exercida por um Diretor designado pelo Reitor, e homologado pelo Conselho Diretor do IMS. Nos casos de ausência, afastamento ou impedimento temporário do Diretor de Faculdade, este é substituído por um dos Coordenadores de Curso integrantes da Faculdade, designado pelo Reitor.

O **Colegiado de Curso**, órgão deliberativo e consultivo para a administração do curso, é constituído por, no máximo, 15 (quinze) membros, a saber:

- pelo Coordenador de Curso, seu presidente;
- por docentes representantes proporcionais das áreas curriculares, geral, básica e específica, eleitos por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos; e
- por 3 (três) representantes do corpo discente, eleitos na forma da legislação

vigente, para mandato de 1 (um) ano.

A **Coordenação de Curso** é o órgão executivo que coordena, supervisiona e acompanha as atividades do respectivo curso. É exercida por um coordenador de curso, designado pelo Reitor, ouvido o Diretor da respectiva faculdade, preferencialmente dentre os professores que exercem atividades, e com formação na área do curso.

7.4 - Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

Os órgãos auxiliares objetivam apoiar, auxiliar, complementar e suplementar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, exercidas pelos órgãos da estrutura universitária. Eles têm suas atividades, serviços, objetivos, direção e coordenação definidos em regulamento próprio e são criados ou extintos pelo Consun, por proposta da Reitoria, segundo as conveniências da Universidade. São constituídos por órgãos complementares, por órgãos suplementares e por órgãos de fomento artístico e cultural.

Alguns projetos e temas considerados de relevância estratégica contam com abordagens dialógicas e multidisciplinares, conduzidas por **Comitês** responsáveis pela concretização dos objetivos institucionais. Essa forma de trabalho possibilita o envolvimento de representantes da comunidade interna na dinâmica institucional, demonstrando, na prática, como os processos de descentralização das decisões podem ampliar o comprometimento e a co-responsabilidade nos projetos, programas e atividades implementados. Essa sistemática propicia também o amadurecimento e o desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe; a participação e a sinergia grupal são metas tão importantes quanto os conteúdos, operacionalização e resultados esperados pela Instituição.

Os **Comitês** estão assim identificados:

- ✓ **Educação a Distância:** assessora na elaboração de políticas institucionais, diretrizes e desenvolvimento relacionados à Educação a Distância.
- ✓ **Tecnologia:** assessora na elaboração da política de desenvolvimento de tecnologia e define critérios de investimentos para aquisição de equipamentos e de softwares.
- ✓ **Espaço Físico:** assessora na elaboração da política de desenvolvimento do espaço físico e define critérios de utilização e estabelece procedimentos de solicitação de uso do espaço físico.
- ✓ **Biblioteca:** assessora na elaboração da política de desenvolvimento do acervo bibliográfico, definição de critérios de dotação orçamentária para a aquisição de títulos de livros e outros materiais e estabelece procedimentos de escolha de títulos a serem adquiridos.
- ✓ **Comunicação e Marketing:** gestão estratégica do composto de marketing institucional, definição das estratégias de comunicação e marketing institucional e avaliação dos resultados.

- ✓ **Processo Seletivo:** elabora edital do processo seletivo para ingresso nos cursos, bem como o plano de organização, dos procedimentos, orçamento e cronograma de execução de atividades do processo seletivo.
- ✓ **Licenciaturas:** atua junto aos órgãos decisórios sobre a matéria, nos níveis estadual e federal, articula formas de socialização e diálogo com relação às problemáticas e mantém um fórum permanente de discussões sobre a formação de professores na Universidade.
- ✓ **Ética em Pesquisa:** revisa projetos de pesquisa envolvendo seres vivos, com vistas à integridade e aos direitos dos sujeitos participantes e fomenta discussões sobre a ética na pesquisa, tendo como referência parâmetros divulgados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).
- ✓ **Comissão Própria de Avaliação:** com a implementação do Programa de Avaliação Institucional, foi instituída a Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissões Setoriais de Avaliação e Comissões Institucionais, com representantes docente, discente, técnico-administrativo e membros da comunidade externa.
- ✓ **Recepção de Alunos:** organiza o acolhimento aos alunos calouros e veteranos, sistematiza as informações de forma a atender a demanda de cada campus e estabelece cronograma de ação com vistas às etapas do processo de recepção.
- ✓ **Estúdios:** define metas e indicadores de desempenho para o estúdio; avalia projetos de melhorias da infra-estrutura deles; assegura o acesso equitativo dos recursos e a alocação deles para as disciplinas; acompanha o andamento e o cumprimento das atividades desenvolvidas pelos professores e alunos; assegura a manutenção dos estúdios; aprova mudanças relevantes de atividades; ajuda na identificação de oportunidades de melhoria de atendimento; e acompanha o mercado em relação aos equipamentos, pesquisando preços, verificando a viabilidade e as necessidades da área, a fim de apresentar sugestões.

A Reitoria adotou a realização de reuniões semanais com os Diretores, tanto acadêmicas quanto administrativas, constituindo assim importante espaço de discussão, reflexão e integração. As decisões buscam contemplar os múltiplos olhares que constituem a comunidade, estreitando as relações entre as diferentes dimensões da Instituição.

Assim, a dinâmica institucional reflete o envolvimento e a participação de representantes da comunidade interna, tanto no desenvolvimento de processos educacionais e administrativos, quanto nas avaliações, decisões e encaminhamento de propostas, o que contribui fortemente para a melhoria dos processos.

Em sua organização administrativa, a Metodista conta ainda com os seguintes órgãos:

- Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - responsável por dar suporte à instituição em assuntos voltados ao planejamento e ao

desenvolvimento da Universidade

- **Diretoria de Tecnologia e Informação** - responsável por definir, implantar, promover e manter uma infra-estrutura tecnológica de gestão educacional e de informação, utilizando conhecimento e as novas tecnologias de informação, comunicação e aprendizagem para prover e promover ambientes de alta qualidade, criar oportunidades efetivas de aprendizagem e viabilizar que todos os aprendentes alcancem o seu pleno potencial, assim como os docentes e funcionários técnico-administrativos.
- Diretoria de Comunicação e Marketing - responsável por propor, coordenar e executar as ações e atividades relacionadas à inteligência competitiva, propaganda, marketing e comunicação à luz das estratégias institucionais
- Diretoria de Finanças e Controladoria - responsável pela gestão do fluxo financeiro da Instituição e controle das boas práticas financeiras e contábeis, pelo orçamento geral
- Departamento de Filantropia e Apoio Financeiro ao Alunado - responsável pela elaboração de regras, divulgação e administração da política de bolsas de estudo concedidas pela Instituição, bem como o acompanhamento das ações comunitárias desenvolvidas pela Instituição
- Departamento Jurídico - responsável por acompanhar o trabalho dos escritórios externos e atuar preventivamente nas áreas trabalhista e voltada ao diretor do consumidor no âmbito da Universidade (pareceres, análises de contrato, etc)
- Gerência Administrativa - responsável pela coordenação, organização e controle das atividades de manutenção geral, conservação e apoio de toda infra-estrutura, segurança patrimonial e do trabalho, apoio administrativo e assessoria técnica.
- Gerência de Gestão de Pessoas - responsável pelo cumprimento das políticas, normas e procedimentos de todos os subsistemas de gestão de pessoas, assessorando as áreas na gestão de seus quadros de pessoal, bem como na administração, avaliação e acompanhamento destes processos. Desenvolver estratégias e estabelecer políticas de gestão de pessoas de forma a garantir a qualificação, a fixação e a atração de pessoal qualificado.
- Departamento de Suprimentos - responsável por suprir as necessidades institucionais no tocante a ativos móveis e equipamentos, e materiais utilizados nas atividades acadêmicas
- Secretaria Geral - responsável pelos Colegiados Superiores; assessora a Reitoria nas tramitações dos processos internos e nos cumprimentos da legislação educacional bem como pelas tramitações legais junto aos órgãos governamentais e outras instituições de ensino.
- Secretaria Acadêmica - responsável pela organização e controle dos registros acadêmicos e registro de diplomas; responde pela emissão de

atestado, histórico escolar, guia de transferência e outros documentos; responde pelo atendimento do corpo discente no que concerne à situação acadêmica; assegura o cumprimento da legislação vigente, Estatuto e Regimento Geral da Universidade, no âmbito de sua competência.

7.5 - Autonomia da IES em relação à Mantenedora

Nos termos do artigo 3º do Estatuto, a Metodista é regida, dentre outros documentos, pelo Estatuto do IMS.

De acordo com do artigo 5º do Estatuto:

§ 2º - A autonomia administrativa da UMESP consiste em:

IV- elaborar e reformar o seu Estatuto e o Regimento Geral, submetendo-os à homologação do Conselho Diretor do IMS e encaminhando o Estatuto à aprovação do Conselho Nacional de Educação;

§ 4º A autonomia de gestão financeira e patrimonial consiste em:

(...)

I- (...)

II- elaborar o seu orçamento anual, submetendo-o à aprovação do Conselho Diretor do IMS;

III- aceitar subvenções, doações e legados, bem como buscar cooperação financeira mediante convênios com entidades nacionais e estrangeiras, públicas e privadas, de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Diretor do IMS;

Art. 10 – Compete ao IMS a administração do patrimônio utilizado pela UMESP.

§ 1º - Ao IMS pertencem os bens utilizados pela UMESP, ressalvados os bens de terceiros utilizados em locação ou comodato.

§ 2º - Do IMS depende a administração patrimonial e financeira, bem como a aprovação do orçamento anual e da prestação de contas da UMESP; a aceitação de legados, doações e heranças; a fixação de encargos educacionais; a criação e incorporação de unidades universitárias; a decisão sobre assuntos que envolvam aumento de despesas; a homologação do Plano de Desenvolvimento Institucional; a homologação do Plano de Carreira e de Cargos e Salários; e da reforma do Estatuto e do Regimento Geral da UMESP.

Art. 12 – São atribuições do Conselho Diretor em relação à UMESP:

I- zelar pelo respeito aos princípios da confessionalidade e objetivos constantes dos documentos da Igreja Metodista, aplicáveis à educação;

II- aprovar o orçamento anual da UMESP;

III- nomear, demitir e licenciar o Reitor e o Vice-Reitor e os Pró-Reitores;

IV- homologar os atos do Reitor, relacionados à nomeação, demissão e licença dos Diretores de Faculdade;

V- vetar as resoluções dos órgãos colegiados que não se compatibilizarem com os princípios e fins da UMESP;

- VI- homologar convênios entre a UMESP e entidades públicas ou privadas, que impliquem ônus extras e questões pertinentes aos princípios da Igreja Metodista; e
- VII- homologar o Estatuto e o Regimento Geral da UMESP, bem como as suas alterações.

O IMS é responsável pela Universidade perante as autoridades públicas e o público em geral, respeitados os limites da lei, do Estatuto, do Regimento Geral, da liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e da autoridade própria dos órgãos deliberativos e executivos (§ 2º do artigo 45).

Os recursos financeiros destinados à manutenção e ao desenvolvimento das atividades da Metodista provêm de (artigo 46):

- I- receitas de mensalidades, taxas e emolumentos;
- II- rendas de prestação de serviços a terceiros e outras atividades compatíveis com os princípios do IMS; e
- III- dotações, subvenções, auxílios, contribuições, doações, legados e verbas que lhe são destinadas ou feitas pelos poderes públicos, por entidades públicas ou privadas e por pessoas jurídicas ou físicas, nacionais ou estrangeiras.

O Estatuto pode ser alterado a qualquer momento, desde que aprovado por 2/3 (dois terços) dos componentes do Consun. **As alterações são submetidas à homologação do Conselho Diretor do IMS** e à posterior aprovação do Conselho Nacional de Educação (artigo 50 do Estatuto da UMESP).

7.6 - Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

A Metodista desenvolve atividades articuladas com o setor produtivo ou de serviços e outras relacionadas com a prática social, mediante convênios firmados. São 2.331 convênios firmados para parcerias acadêmicas, institucionais e empresariais.

8 - AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

8.1 - Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de auto-avaliação

Anteriormente ao SINAES, a Metodista já desenvolvia uma sistemática de auto-avaliação, utilizando abordagem quantitativa e qualitativa, tendo como instrumentos questionários estruturados para discentes e docentes da graduação e a realização de entrevistas semidirigidas e grupo focal para as áreas administrativas. Havia também uma preocupação em considerar a análise crítica de dados não-invasivos, como o perfil do ingressante, a evolução da oferta e demanda e outros indicadores referentes aos sistemas acadêmico-financeiros e administrativos, bem como os resultados de avaliações externas produzidas pelo MEC/INEP, para subsidiar a compreensão da dinâmica institucional e rever políticas e objetivos institucionais.

Com a Lei nº 10.861/04, os processos já existentes foram revistos buscando adequação às orientações do SINAES. Porém, essa adequação não poderia desconsiderar o histórico das avaliações anteriores, devido às conquistas decorrentes dos princípios e procedimentos que vinham sendo adotados. A experiência com os processos avaliativos ressaltava a importância da escolha equilibrada e racional de comissões, co-responsáveis pelo processo de avaliação, encarregadas de levantar e analisar dados, políticas e resultados.

Assim, considerou-se que a nova metodologia deveria garantir a manutenção das comissões setoriais, cuja participação enriquece o processo e permite a identificação das fragilidades e a solução de problemas locais simultaneamente à avaliação, ou seja, no decorrer do processo, mantendo sua efetividade. Porém, as dimensões contempladas no processo anterior eram diferentes das estabelecidas pelo SINAES. Para moldar-se à nova estrutura de indicadores, no projeto encaminhado ao INEP, se propôs substituir as Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs) por Comissões de Avaliação Institucional (CAIs), mantendo em cada CAI pelo menos um membro da "antiga" CSA.

Tendo em vista que o papel e a atuação das CAIs não substituiriam as CSAs, resolveu-se pela continuidade das Comissões Setoriais, esclarecendo a competência de cada uma delas no processo contínuo de auto-avaliação. Nesse momento, percebeu-se a real integração entre as diferentes comissões e a relevância de cada um dos processos - avaliação geral, avaliação das áreas administrativas e avaliação de cursos - para melhor compreensão da dinâmica institucional.

Por essa razão, na operacionalização da auto-avaliação institucional, a sistemática adotada foi a de manter as avaliações de curso, sob a responsabilidade das CSAs, trabalhando no nível das faculdades e unidades diretamente envolvidas no processo ensino-aprendizagem; criar as CAIs para análise de dimensões integradoras, no nível institucional; manter a CGA (funcional) como espaço de discussão, reflexão e encaminhamentos, visto que esta garante a comunicação e viabiliza a condução mais adequada do(s) processo(s).

A auto-avaliação institucional na Metodista foi organizada, levando em conta três grandes áreas: organização institucional, corpo social e infra-estrutura. A partir dessa divisão e considerando-se o roteiro orientativo do SINAES, buscou-se reordenar as dez dimensões propostas pelo Sistema, agrupando-as de acordo com a natureza de cada uma das três áreas.

Dessa reordenação, surgiu a necessidade de compor cinco Comissões de Avaliação Institucional que, conduzidas pela CPA, foram responsáveis pela operacionalização das avaliações. A estratégia viabilizou a implementação da auto-avaliação dentro do prazo estabelecido pelo SINAES.

Na condução do processo, uma das preocupações foi manter os princípios assumidos desde o início da auto-avaliação na Metodista, em 2000, dentre os quais vale destacar que:

- a auto-avaliação e as melhorias devem ocorrer durante o processo avaliativo, numa perspectiva de avaliação formativa;
- compreensão da avaliação da Instituição como uma totalidade integrada. Levar em conta a opinião de alunos e docentes, assim como de funcionários técnico-administrativos, as disposições constantes nos documentos institucionais, as sugestões de melhoria da avaliação externa e a aplicação das políticas institucionais, visando a melhoria da qualidade da vida acadêmica e o desenvolvimento institucional;
- a consciência de que a avaliação não é punitiva ou premiativa, mas um processo efetivo e permanente de desenvolvimento.

O quadro a seguir demonstra a sistemática desenvolvida para a condução do processo de avaliação:

Metodologia/ instrumentos e fontes/ documentos utilizados para a auto-avaliação

| ÁREAS | DIMENSÕES (SINAES) | CAI | METODOLOGIA/ INSTRUMENTOS UTILIZADOS | FONTES / DOCUMENTOS |
|---------------------------|--------------------------|----------------------------|---|---|
| ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL | Missão e PDI | CAI 1 (Missão e avaliação) | <ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas • Preenchimento de formulário (levantamento junto às direções e coordenações de curso) | <ul style="list-style-type: none"> • PDI • PPI • Estatuto • Regimento • Quadro-síntese – resultados das avaliações do MEC (ENADE e ACG) • Quadro-síntese – resultados da auto-avaliação – cursos de graduação • Relatório de avaliação institucional (setoriais e geral) de 2000, 2002 e 2004. • Projeto de avaliação institucional |
| | Planejamento e avaliação | | | |

| | | | | |
|-----------------|--|-------------------------------------|--|---|
| | Políticas acadêmicas | CAI 2 (Políticas acadêmicas) | <ul style="list-style-type: none"> Análise documental e estatística Questionário Entrevistas semi-estruturadas | <ul style="list-style-type: none"> PPI PPCs (todos) Estatuto Regimento Quadro-síntese – resultados das avaliações do MEC (ENADE e ACG) Relatório CAPES Quadro-síntese – resultados da auto-avaliação – cursos de graduação Relatório de avaliação institucional (setoriais e geral) de 2000, 2002 e 2004 Relatórios – dados não-invasivos (evolução de oferta e demanda, formandos, perfil de ingressantes, produção acadêmica, tempo de dedicação) |
| | Organização e gestão | CAI 3 (Gestão institucional) | <ul style="list-style-type: none"> Análise documental Questionário Entrevistas semi-estruturadas Pesquisa de opinião | <ul style="list-style-type: none"> PDI Estatuto Regimento Relatório de avaliação das áreas administrativas Relatório de avaliação do CONSUN Agendas e atas do CONSUN Agendas e atas das reuniões dos conselhos de faculdades e colegiados de cursos Relatório Balanço Social 2004 / 2005 Relatório financeiro Relatórios: filantropia; bolsa de estudos; atendimentos à comunidade |
| | Responsabilidade social | | | |
| | Comunicação com a sociedade | | | |
| | Sustentabilidade financeira | | | |
| CORPO SOCIAL | Pessoal docente, discente e técnico-administrativo | CAI 4 (Corpo social) | <ul style="list-style-type: none"> Análise documental Questionário Pesquisa de opinião Observação/ análise do sistema acadêmico-financeiro | <ul style="list-style-type: none"> PDI PPI e PPCs Atos administrativos e resoluções Quadro-síntese - resultados das avaliações externas do MEC – ACG Relatório de auto-avaliação 2002/ 2004 e quadros-síntese - resultados das auto-avaliações de cursos de graduação Relatório de avaliação das áreas administrativas e do Consun Dados estatísticos do Fundo de Desenvolvimento Acadêmico (Fundac) Censo e cadastro docente – MEC/INEP Relatórios estatísticos de RH Relatórios financeiros |
| | Políticas de atendimento aos estudantes | | | |
| INFRA-ESTRUTURA | Infra-estrutura física | CAI 5 (Infra-estrutura e logística) | <ul style="list-style-type: none"> Análise documental e estatística Questionário Visitas/ Observação <i>in loco</i> Entrevista | <ul style="list-style-type: none"> PPI PDI e PPCs Atos administrativos e resoluções Quadro-síntese e relatórios - resultados das avaliações externas do MEC – ACG e ENADE Relatório de auto-avaliação 2002/ 2004 e quadros-síntese - |

| | | | | |
|--|--|--|--|---|
| | | | | <p>resultados das auto-avaliações de cursos de graduação (2000, 2002 e 2004)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório de avaliação das áreas administrativas • Relatório de auto-avaliação das condições físicas e ambientais de trabalho • Laudo técnico das condições ambientais de trabalho – IMS/UMESP – Vol. III – 2004-2005 • Relatório bibliotecas • Relatórios da área de Tecnologia e Informação • Relatórios de gestão do espaço físico – ADESOFT |
|--|--|--|--|---|

Para avaliação das dimensões cada uma das CAIS considera:

- *Levantamento/definição dos indicadores/fatores inerentes à avaliação da(s) dimensão(ões) de sua responsabilidade;*
- *Levantamento e organização de dados não-invasivos relacionados aos indicadores/fatores previamente definidos;*
- *Levantamento, quando necessário, da opinião de alunos, professores, funcionários técnico-administrativos, egressos e comunidade externa;*
- *Resultados das avaliações produzidas internamente e por organismos externos;*
- *Análise dos dados e das informações organizadas;*
- *Elaboração de relatórios setoriais com indicação de melhorias;*
- *Discussão dos resultados no âmbito institucional.*

Esse exercício avaliativo deve conduzir, tanto os agentes diretamente envolvidos em cada dimensão a ser avaliada como toda a Instituição, à compreensão e construção de totalidades integradas, ou seja, a partir de unidades menores de análise, buscar-se-á a compreensão de áreas e estruturas mais abrangentes, para se chegar a uma visão o quanto possível coerente, mediante posturas integradoras.

Nesse exercício, há que se considerar também os resultados de avaliações produzidas pelos órgãos federais, procedimento adotado desde 2000 pelo Programa de Avaliação Institucional.

O processo de auto-avaliação da Metodista deve permitir a identificação dos pontos fortes e das fragilidades institucionais, possibilitando, também, a indicação de ações/medidas corretivas promovendo, assim, a qualidade da Instituição.

8.2 - Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da CPA, em conformidade com o SINAES

Em 2001 foi criada a Comissão Geral de Avaliação (CGA), composta pelos coordenadores das CSAs e membros do CPA, sob a coordenação deste último, visando garantir o diálogo entre o Comitê Permanente e as unidades - acadêmicas e administrativas - e, ao mesmo tempo, possibilitar discussões e reflexões referentes ao processo em curso, com a conseqüente identificação das dificuldades, troca de experiências e sugestões de medidas de melhorias do próprio processo de avaliação institucional. As medidas propostas na CGA eram apresentadas à Coordenação Geral do Programa, pelo CPA, para análise e tomada de decisões.

O processo de avaliação iniciou-se pela instância acadêmica universitária, mais precisamente pelo curso de graduação, incluindo, nos instrumentos e indicadores, aspectos relativos ao conjunto da instituição e envolvendo necessariamente a articulação de aspectos qualitativos e quantitativos. No desenvolvimento desse processo, foi previsto o aprofundamento nas demais dimensões das atividades-fim da instituição, bem como em relação à gestão universitária.

O desenvolvimento do processo na graduação, considerando a crítica reflexiva e conseqüente relacionada às etapas em andamento e perspectivas futuras, abriu caminhos para o maior envolvimento da comunidade interna e externa, dando início, em março de 2004, à elaboração do subprojeto de auto-avaliação na dimensão da administração, envolvendo as áreas técnico-administrativas e administrativo-acadêmicas.

A partir das orientações do SINAES, realizou-se a revisão desse processo, cabendo à Comissão Própria de Avaliação a elaboração da proposta de auto-avaliação, considerando as discussões e indicações produzidas pela comunidade universitária.

As diretorias de faculdades e gerências/lideranças administrativas assumem, nesse processo, um papel muito importante para a realização da avaliação. Como responsáveis pelas faculdades/cursos (diretor/a) ou áreas administrativas (gerente/líder administrativo), esses profissionais exercem, no processo, a responsabilidade e os papéis institucionais que lhes são formalmente conferidos.

Consideradas como os principais apoiadores do processo, a participação das lideranças (acadêmicas e administrativas) tanto na construção do projeto, como na viabilização para concretização da auto-avaliação, é incentivada e viabilizada por meio do envolvimento nas comissões, em reuniões-seminários, como também no processo de decisão quanto aos rumos e andamento do programa/processo de avaliação.

Na nova fase de Avaliação Institucional, incorporada pelo SINAES, a Metodista conduz os processos de forma a torná-los o mais participativo possível, envolvendo nas diversas etapas representantes dos diferentes públicos de relacionamento.

A organização foi feita por grupamentos em três macro-áreas, com a formação de cinco Comissões de Avaliação Institucional (CAIs), conduzidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Para o planejamento das atividades de avaliação e para a atribuição das responsabilidades com vistas à coleta de informações, o projeto prevê a realização de reuniões envolvendo Reitoria, Vice-Reitoria, Pró-Reitorias (Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão e Assuntos Comunitários), Diretores de Faculdades, Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Comissão Própria de Avaliação, representantes docentes, discentes e técnico-administrativos.

As CSAs são organizadas por faculdade, constituídas por representantes docente e discente, que são responsáveis pela condução da auto-avaliação dos cursos de graduação. Um membro de cada CSA integra as CAIs, o que assegura a consideração dos resultados da referida avaliação no processo de auto-avaliação institucional.

O pessoal técnico-administrativo tem a participação por meio de CSAs administrativas, constituídas por áreas envolvidas diretamente no processo de avaliação dos cursos de graduação. Além disso, participam por meio de grupo focal nas avaliações das áreas administrativas.

Na forma estabelecida no documento de constituição da CPA, dentre as suas finalidades destacam-se: orientar o desenvolvimento do processo avaliativo na instituição; intermediar ações de avaliação entre conselho de faculdades, colegiados de curso e órgãos administrativos, garantindo a indissociabilidade dessas ações; e acompanhar o processo de avaliação.

8.3 - Formas de utilização dos resultados das avaliações

Compreendendo a avaliação como processo de diagnóstico e formação, entende-se que, a cada etapa, a cada instrumento aplicado, a cada conjunto de dados reunidos, se deva proceder à elaboração de um relatório e à tomada de decisões corretivas ou de reforço passíveis de serem deflagrados à vista das informações disponíveis. Esses relatórios - sucessivos - devem construir-se em sínteses, cada vez mais organizadas e totalizadoras, para que possam proporcionar visão mais integrada e aprofundada do campo estudado.

Os dados colhidos (na primeira fase do processo) - avaliação das dimensões - são organizados e distribuídos por meio de relatórios. Esse procedimento tem como propósito proporcionar elementos, a partir de informações mais objetivas e organizadas, para que os envolvidos, nas e pelas análises desses primeiros relatórios, visualizem alternativas ou indicações à Instituição de medidas capazes de trazer melhorias nos aspectos detectados, possibilitando a adequação das políticas institucionais.

As CAIs, responsáveis pelo conjunto de categorias que compõem cada uma das três grandes áreas, definem, junto à CPA, as estratégias para divulgação e discussão dos resultados no

âmbito dos cursos, programas e áreas administrativas. A síntese construída nesse processo - apontando pontos fortes e fracos e possíveis encaminhamentos de sugestões de medidas/ações de melhorias - deve ser encaminhada, por intermédio do CPA, à Reitoria.

Resultante desse processo, os pareceres e eventuais recomendações são também apresentados aos órgãos executivos superiores e, posteriormente, às lideranças - acadêmica e administrativa da Instituição. Compete à instância superior da Universidade a responsabilidade pela (re)definição e implementação das políticas acadêmicas e revisão de práticas institucionais que o processo avaliativo sugerir.

A divulgação do relatório geral desta fase - auto-avaliação institucional - acontece em encontros de professores, seminários e reuniões organizadas para esse fim, bem como está disponível para a comunidade interna e externa, servindo também de subsídio à avaliação externa.

9 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

9.1 - Infra-estrutura física

A Metodista ocupa área de 60.466,23m², compreendendo salas de aulas, salas de aula multimídia, sonorizada, área esportiva, salas de coordenações de curso, clínicas, espaços culturais, laboratórios de informática, laboratórios, agências e núcleos, salas de professor, bibliotecas, auditórios e anfiteatro, apoio, alojamentos, portarias e segurança e áreas de convivência.

Com a finalidade de assessorar na elaboração da política de desenvolvimento do espaço físico, definir critérios de utilização e estabelecer procedimentos de solicitação do uso desse espaço, em 1999 foi criado o **Comitê de Espaço Físico** (Ato Administrativo nº 17/99). Ele é composto por representantes de áreas acadêmicas e técnico-administrativas. Todas as decisões de investimentos envolvendo a expansão física dos campi passam por pareceres desse Comitê e devem sempre estar de acordo com as políticas e decisões norteadoras do crescimento físico institucional estabelecidas pelo Conselho Diretor.

O quadro a seguir apresenta a atual situação do espaço físico, identificando e quantificando as instalações em cada campus da Universidade.

| | Campus Rudge Ramos | | | Campus Vergueiro | | | Campus Planalto | | | TOTAL DA ÁREA UTILIZADA (m ²) | |
|---|---|------------|-----------------------|------------------------------|------------|-----------------------|------------------------------|------------|-----------------------|--|------------------------------|
| | Tipo de espaço | Capacidade | Quantidade de espaços | Área total (m ²) | Capacidade | Quantidade de espaços | Área total (m ²) | Capacidade | Quantidade de espaços | | Área total (m ²) |
| SALAS DE AULA | Sala de Aula Comum - até 40 pessoas | 1135 | 34 | 1474,38 | 90 | 4 | 130,29 | 124 | 11 | 158,74 | 1763,42 |
| | Sala de Aula Comum - até 60 pessoas | 1490 | 25 | 1631,13 | 250 | 5 | 254,29 | 560 | 10 | 878,21 | 2763,62 |
| | Sala de Aula Comum - até 80 pessoas | 1200 | 15 | 1270,33 | 700 | 9 | 740,69 | 480 | 6 | 599,76 | 2610,78 |
| | Sala de Aula Comum - até 100 pessoas | 680 | 6 | 751,17 | | | | | | | 751,17 |
| | Sala de Aula Multimídia - até 40 pessoas | 172 | 5 | 240,62 | | | | | | | 240,62 |
| | Sala de Aula Multimídia - até 60 pessoas | 520 | 10 | 640,68 | | | | 280 | 5 | 472,39 | 1113,07 |
| | Sala de Aula Multimídia - até 80 pessoas | 1040 | 13 | 1202,79 | 400 | 5 | 432,33 | 480 | 6 | 601,05 | 2236,16 |
| | Sala de Aula Multimídia - até 100 pessoas | 570 | 6 | 611,11 | | | | | | | 611,11 |
| | Sala de Aula Sonorizada - até 60 pessoas | 120 | 2 | 86,36 | | | | | | | 86,36 |
| | Sala de Aula Sonorizada - até 80 pessoas | 530 | 7 | 398,91 | | | | | | | 398,91 |
| | Sala de Aula Sonorizada - até 100 pessoas | 2100 | 23 | 2180,71 | | | | | | | 2180,71 |
| Subtotal | 9557 | 146 | 10488,18 | 1440 | 23 | 1557,59 | 1924 | 38 | 2710,15 | 14755,92 | |
| ÁREAS ACADÊMICAS | Área Esportiva | | 7 | 4703,65 | | | | | | | 4703,65 |
| | Salas de coordenações de curso | | 22 | 850,89 | | 3 | 80,09 | | 4 | 64,33 | 995,31 |
| | Clínicas | | 17 | 2896,72 | | | | | 71 | 1539,18 | 4435,90 |
| | Espaços culturais | | 8 | 567,89 | | | | | | | 567,89 |
| | Laboratório informática | | 18 | 1455,48 | 80 | 2 | 202,67 | | 3 | 266,36 | 1924,51 |
| | Laboratórios, agências e núcleos | | 64 | 4149,95 | | 2 | 98,26 | | 40 | 2421,23 | 6669,43 |
| | Sala de professor (coletiva) | | 19 | 620,94 | 40 | 1 | 38,36 | | 2 | 100,29 | 759,60 |
| | Sala de professor (individual) | | 23 | 676,04 | | 3 | 39,98 | | 23 | 272,12 | 988,14 |
| | Bibliotecas | | 3 | 3069,52 | | 1 | 149,25 | | 1 | 457,83 | 3676,61 |
| | Auditórios e anfiteatro | 1174 | 5 | 1198,78 | 150 | 1 | 166,71 | 236 | 1 | 291,83 | 1657,31 |
| Subtotal | 1174 | 186 | 20189,87 | 270 | 13 | 775,31 | 236 | 145 | 5413,18 | 26378,35 | |
| Outros | Apoio | | 342 | 9718,32 | | 27 | 532,23 | | 90 | 1761,89 | 12012,44 |
| | Alojamentos e residências | | 66 | 2092,61 | | | | | | | 2092,61 |
| | Portarias e segurança | | 4 | 273,55 | | 2 | 30,00 | | 2 | 36,00 | 339,55 |
| | Áreas de convivência | | 13 | 1710,68 | | 2 | 36,05 | | 7 | 424,04 | 2170,78 |
| | Subtotal | | 425 | 13795,17 | | 31 | 598,28 | 0 | 99 | 2221,93 | 16615,38 |
| ÁREAS ÚTEIS PARA A METODISTA (SOMA SUBTOTÁIS) | 10731 | 757 | 44473,22 | 1710 | 67 | 2931,17 | 2160 | 282 | 10345,25 | 57749,64 | |
| Ensino Fundamental e Médio – Áreas de Apoio | | 36 | 1776,33 | | | | | | | 1776,33 | |
| Ensino Fundamental e Médio – Salas de aula exclusivas | 590 | 20 | 940,25 | | | | | | | 940,25 | |
| TOTAL DE ÁREAS UTILIZADAS – IMS | | | 47189,80 | | | 2931,17 | | | 10345,25 | 60466,23 | |
| Áreas em reforma | | | 616,85 | | | | | | 94,04 | 710,89 | |

9.2 - Infra-estrutura acadêmica

9.2.1 - Laboratórios

A Instituição tem parâmetros que norteiam a instalação de novos laboratórios e equipamentos. As áreas para atividades acadêmicas práticas estão divididas em cinco grupos, conforme sua utilização principal:

- ❖ Clínicas: envolvem o atendimento de pessoas ou animais da comunidade;
- ❖ Áreas experimentais: locais com característica de escritório para atender às atividades de práticas profissionais (agências);
- ❖ Laboratórios da área de saúde;
- ❖ Laboratórios da área de informática específicos: laboratórios de informática destinados a apoio pedagógico específico a alguns cursos;
- ❖ Laboratórios da área de informática multidisciplinares: idem ao anterior, com utilização por diversos cursos.

9.2.2 - Biblioteca

O Sistema de Biblioteca da Metodista é distribuído por cinco bibliotecas, das quais três no Campus Rudge Ramos (Biblioteca Central, Biblioteca da Faculdade de Teologia e Biblioteca Ecumênica), uma biblioteca no Campus Vergueiro e outra no Campus Planalto.

A Biblioteca na estrutura da Metodista está subordinada à Vice-Reitoria e gerenciada por um Comitê, o qual trata de questões relacionadas a aquisição e ampliação do acervo, aceitação e incorporação de doações, aquisição e interrupção de periódicos, ouvidas as unidades diretamente interessadas. Há uma preocupação permanente de avaliar o funcionamento da biblioteca e tratar de assuntos específicos a elas relacionados.

O comitê é composto por representantes das faculdades e colégios, indicados pelos Diretores e aprovados pela Vice-Reitoria.

Nos termos da Resolução Consun nº 12/99, que aprova as **Diretrizes e Normas da Política de Biblioteca**, o acervo da Biblioteca Central da Metodista e de suas subunidades, sempre acessível aos usuários, compõe-se de livros e periódicos, audiovisuais, cartografia, vídeos, multimídias e quaisquer materiais de apoio ao saber e à cultura.

A organização do acervo prioriza as áreas do saber nas quais a Universidade se integra, universalizando e gerando conhecimentos, sem reduzir-se, naturalmente, a elas.

As unidades acadêmicas e colégios participam do processo de aquisição do acervo de acordo com critérios estabelecidos pelo Comitê da Biblioteca.

A Biblioteca Central administra três conjuntos de acervo: acervo básico ou Biblioteca

Básica de Ciência; acervo científico ou Biblioteca Científica; e acervo cultural ou Biblioteca Cultural.

O acervo básico destina-se a subsidiar a formação profissional do corpo discente dos colégios e das faculdades, ajustando-se às demandas básicas dos projetos pedagógicos dos cursos.

O acervo científico destina-se a apoiar e sustentar o processo de investigação e pesquisa do corpo docente em geral, das atividades de pós-graduação *lato e stricto sensu*, bem como da iniciação científica própria dos cursos de graduação.

O acervo cultural é destinado a atender às questões maiores da comunidade dos usuários em seu diálogo com as diferentes expressões da cultura nacional, latino-americana e mundial. Atende inclusive às opções disciplinares, interligando-se entre si de forma abrangente.

O acervo da Biblioteca é constituído por aquisição regular, com recursos do orçamento do Instituto Metodista de Ensino Superior - IMS, por doações de editoras, livrarias, instituições, pessoas físicas, por campanhas e outras formas. Essa aquisição é definida obedecendo aos critérios definidos pelo **Comitê da Biblioteca**.

O acervo atenderá às necessidades apresentadas pelos conteúdos programáticos dos cursos:

- os conteúdos programáticos dos cursos, contendo indicações bibliográficas, para o semestre seguinte, serão apresentados aos colegiados dos cursos ou a outras instâncias correspondentes para o estabelecimento das prioridades de aquisição.
- tomada a decisão no colegiado sobre as prioridades de aquisição, estas serão encaminhadas à direção da faculdade, que tomará as medidas necessárias à sua efetivação, cuja aquisição ficará a cargo da Biblioteca Central.
- a direção da faculdade deverá distribuir os recursos entre os cursos que a compõem de forma equilibrada.
- a aquisição será feita antes de terminar o semestre anterior àquele para o qual é solicitada a aquisição de acervo.

As subunidades da Biblioteca têm autonomia para promover intercâmbios, receber doações, fomentar crescimento próprio e também o da Biblioteca Central.

A aquisição de novos periódicos segue o padrão adotado para os demais componentes do acervo: os docentes devem indicá-los para que componham a bibliografia do projeto pedagógico do curso. Os periódicos nacionais têm assinatura renovada anualmente. A CAPES enviava uma verba para a assinatura de periódicos internacionais, mas após a liberação de acesso ao Portal Eletrônico CAPES nas Bibliotecas da Universidade, foi interrompido o fornecimento.

Estão disponíveis no *website* da Metodista as seguintes bases de dados (o coordenador de curso deve indicar na bibliografia para incentivar a utilização): Portal de Periódicos CAPES, Portal da Pesquisa SCIELO, EBSCO Host - Base de Dados para as áreas de Administração, Computação, Marketing e afins, Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva, Bireme, Biblioteca Virtual da Saúde. Index.com.

❖ ***Acervo por área de conhecimento:***

O acervo bibliográfico atual apresenta 94.956 títulos e 161.558 exemplares de livros, 3.363 títulos de periódicos nacionais e 1.196 títulos estrangeiros; 8.860 volumes de teses e monografias; 2.172 títulos de fitas de vídeo nacionais; e 1.209 títulos e 1.694 volumes de CD-Rom.

❖ ***Formas de Atualização e Expansão do Acervo:***

A atualização do acervo é feita mediante bibliografia indicada pelos professores aos Diretores das faculdades e aprovada pelo Comitê da Biblioteca.

❖ ***Horário de funcionamento:***

Campus Rudge Ramos e Planalto: de 2ª a 6ª feira, de 7 às 23h, e aos sábados, de 8 às 17h.
Campus Vergueiro: de 2ª a 6ª feira, de 8 às 22h30min, e aos sábados, de 8 às 17h.

❖ ***Serviços oferecidos:***

- Envio de e-mail de aviso de empréstimo a vencer
- Renovação pela Internet
- Reserva pela Internet
- Elaboração de ficha catalográfica para os TCCs, monografias e teses
- Orientação na elaboração das referências e citações dos trabalhos acadêmicos
- Levantamento bibliográfico
- Serviço de COMUT (procurar em outras bibliotecas os artigos de revistas não encontradas na Metodista)
- Empréstimo entre bibliotecas - Em situações que os livros das nossas bibliotecas já estiverem todos emprestados ou não existe em nossa biblioteca o título desejado, o aluno poderá retirar esse livro em outra biblioteca de qualquer faculdade de São Paulo
- Empréstimo de fitas de vídeo e DVD
- Inscrição na biblioteca - automática
- Malote entre as bibliotecas da Metodista - quando o livro procurado pelo usuário se encontra em outra unidade, a Biblioteca oferece o serviço de malote, que traz o livro em até 24 horas, dependendo do horário em que for feito o pedido.
- Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos segundo a ABNT, no site da Biblioteca (www.metodista.br)
- Rede sem fio Wi-Fi.

10 - ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

O projeto *Inclusão da Pessoa com Deficiência na Metodista* trata da implementação de uma assessoria pedagógica relacionada ao paradigma educacional da inclusão. Acredita-se na viabilidade de um sistema educacional inclusivo que permita a adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes, mais especificamente dos aprendizes com deficiência temporária ou permanente.

Tal assessoria vem atender à demanda atual por uma educação democrática e inclusiva. Conforme dados do IBGE², dos 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, apenas 3,2 milhões frequentam algum tipo de escola. Esse número cai para 700 mil quando se trata de pessoas com deficiência em idade média de ingresso no ensino superior.

Trata-se da inclusão como modelo interativo de pertença à Instituição, como paradigma educacional que promove uma mudança de perspectiva educacional em que incluir não se limita a ajudar alunos/as que apresentam dificuldades na Universidade, mas apoiar a todos: professores, alunos, pessoal administrativo - como comunidade aprendente.

O objetivo de universalizar o acesso à educação superior encontra respaldo na legislação brasileira. Desde a Constituição Federal de 1988, que garante a igualdade de condições para acesso e permanência na escola (artigo 206, inciso I), até a Portaria 3.284/2003 do MEC que assegura aos portadores de deficiência os direitos de acessibilidade à educação em todos os níveis.

Garantir o acesso e a permanência da pessoa com deficiência na Metodista é uma meta suscitada pelo *Planejamento Estratégico do IMS* e construída em consonância com as *Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista*.

As ações propostas possuem um referencial filosófico-pedagógico que possibilita uma epistemologia inclusiva. Categorias como diversidade, complexidade, corporeidade humana e solidariedade contribuem para o desenvolvimento de uma epistemologia coerente com o paradigma educacional da inclusão.

Objetivos:

Geral:

- Garantir o acesso e a permanência da pessoa com deficiência na Metodista.

Específicos:

- Atender adequadamente à pessoa com deficiência nos campi da Metodista, proporcionando condições de comunicação e locomoção independente;
- Possibilitar a participação do acadêmico com deficiência nos diversos espaços da Universidade, valorizando nossos modos diferentes de estar no mundo;
- Mapear e avaliar as condições atuais de acessibilidade e permanência da

² Disponível em: <www.universiabrasil.net/materia/materia.jsp?id=6660>. Acesso em 18 jul. 2005.

pessoa com deficiência na Metodista;

- Implementar uma cultura de inclusão na Instituição que valorize a diversidade e respeite a singularidade;
- Desenvolver uma epistemologia coerente com o paradigma educacional da inclusão;
- Incentivar a pesquisa relacionada às necessidades pedagógicas específicas das áreas de deficiência (auditiva, física, mental, visual);
- Promover o diálogo da Metodista com outras Instituições de Ensino Superior, com as associações de pessoas com deficiência e com os diversos órgãos públicos e privados que atuam na área.

Em "*Não somos melhores nem piores. Somos iguais. Melhor é a nossa causa*" fica expresso o lema da assessoria pedagógica relacionada à inclusão da pessoa com deficiência na Metodista. *Melhor é nossa causa* porque:

Melhor: é a excelência objetivada pela Metodista;

Nossa: é a vivência da excelência como Comunidade Aprendizente;

Causa: é a inclusão da pessoa com deficiência na construção da excelência objetivada pela Metodista.

A Metodista entende a inclusão como um processo contínuo de construção das condições de acessibilidade na comunidade universitária. Nesses termos, especialmente no caso da inclusão de pessoas com deficiência sensorial, algumas ações foram realizadas:

- Para a inclusão da pessoa com deficiência visual: a instalação de softwares leitores de tela dos laboratórios de informática (DOSVOX e VIRTUAL), a construção do acervo da Biblioteca Digital para Pessoas Cegas - incluindo a instalação de espaço acessível a elas (sinalização tátil e máquina com *Virtual Vision* na Biblioteca Central). Nessa área, o grande desafio é a capacitação de discentes, docentes e funcionários para a utilização desses recursos.
- Para a inclusão da pessoa com deficiência auditiva: contratação de intérpretes de Libras que atuam em sala de aula e em eventos (três funcionários, uma estagiária contratada e duas voluntárias, com previsão de contratação de mais quatro funcionários) no sentido da tradução simultânea dos conteúdos da aula para alunos surdos; contratação de dois instrutores surdos para o ensino de Libras; de um docente surdo em 2008; inclusão da disciplina de Libras, a começar com o Núcleo de Formação Cidadã (disciplina optativa) e os cursos de Fonoaudiologia e Pedagogia (disciplina curricular), tendo em vista as demais licenciaturas. Da mesma forma será realizada capacitação, para discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos, mediante a oferta de cursos intensivos de Libras.
- Construção e disponibilização do documento *Diretrizes Político-Pedagógicas para a Inclusão*, construído pelo Grupo Interdisciplinar de Apoio Pedagógico

para a Inclusão - sob a coordenação da Assessoria Pedagógica para Inclusão da Pessoa com Deficiência.

11 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

11.1 - Introdução

A Metodista, mantida pelo Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS), é uma associação civil, confessional, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, de assistência social e filantropia, e reconhecida como entidade de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 85.752/81, 24 de fevereiro de 1981; Estadual pela Lei nº 1.394/77, 21 de setembro de 1977; e Municipal pela Lei nº 2.022/73, 04 de janeiro de 1973; Entidade de Fins Filantrópicos pelo Processo nº 252.349/72, 01 de setembro de 1972 e decisão nos termos da Resolução CNAS nº 49, de 17/05/05 - DOU 30/05/05.

A Instituição tem suas atenções voltadas para a comunidade onde atua, contribuindo com a melhoria de vida e assistindo a população carente com concessão de bolsas de estudos, atendimentos odontológicos, psicológicos, pedagógicos, fisioterápicos e da saúde, e mantendo projetos em parceria com órgãos governamentais.

Essas atividades estão registradas de forma detalhada no **Relatório de Atividades da Instituição**, que por ocasião de prestação de contas, é entregue e protocolado nos órgãos: **Ministério da Justiça (MJ)**, **Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)**, **Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)** e **Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)**.

Com essa visão, os investimentos realizados e programados para serem efetivados estão direcionados para a qualidade no ensino acadêmico e assistencial, de modo que possibilite o atendimento de um número maior de pacientes e amenize a necessidade de uma população carente estimada em aproximadamente 2,3 milhões de habitantes na região do ABC.

Todos os investimentos e esforços da Instituição são direcionados para cumprir suas finalidades que, com base em seus Estatutos, visam:

- a. Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que o escraviza;
- b. Ministrando o ensino em todas as suas modalidades;
- c. Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o aperfeiçoamento do ser humano para o desenvolvimento do País;
- d. Elaborar programas de pesquisas, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- e. Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;

- f. Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais e religiosas do Brasil;
- g. Servir às comunidades local, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IMS, de conformidade com a legislação vigente;
- h. Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- i. Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais, nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- j. Difundir a cultura física e desportiva.

11.2 - Contexto operacional

As demonstrações financeiras do IMS são elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76, a legislação aplicável e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição.

11.3 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia o patrimônio que é constituído pelos bens, direitos e obrigações de qualquer natureza. Os balanços aqui expostos estão consolidados e correspondem aos últimos cinco exercícios sociais.

11.3.1 - Ativo

❖ Ativo Circulante

Neste grupo são registrados todos os 'direitos a receber' da Instituição, dos quais podemos citar:

a. Disponibilidades

Compreendem o saldo em caixa e depósitos bancários.

b. Mensalidades a receber

Representam as mensalidades já emitidas, porém não recebidas.

c. Renegociação de dívidas

Representa os acordos firmados com alunos inadimplentes, representados por cheques pré-datados, cheques em cobrança e cheques devolvidos.

d. Provisão para devedores duvidosos

Constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades a receber e renegociação de dívidas.

e. Estoques

Refere-se a materiais de consumo, avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

f. Crédito Educacional

Evidencia o valor das mensalidades quitadas com o recurso do Programa de Financiamento Estudantil (FIES), destinado a financiar curso superior a estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não-gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

❖ Realizável a Longo Prazo

Composto de depósitos para recursos judiciais civis e trabalhistas.

❖ Ativo Permanente

Este grupo compreende a aplicação de recursos que operacionalizam a Instituição e é constituído por bens móveis, imóveis e direitos, colocados à disposição para o desenvolvimento das atividades na consecução de suas finalidades.

a. Investimentos

Constituído pelos investimentos em terrenos adquiridos que ainda não possuem destino determinado na operação ou que poderão ser destinados à venda.

b. Imobilizado

Os gastos no ativo imobilizado são compreendidos pelos bens destinados à manutenção das atividades, tais como: equipamentos de ensino e informática, móveis e utensílios, bibliotecas e laboratórios.

11.3.2 - Passivo

❖ Passivo Circulante

Grupo composto por obrigações a serem pagas no curso do exercício, ou seja, são obrigações de curto prazo. Dentre essas obrigações, temos empréstimos e financiamentos, fornecedores, salários e obrigações referentes à folha de pagamento.

❖ Exigível a Longo Prazo

São registradas neste grupo as obrigações cuja liquidação deverá ocorrer em prazo superior ao exercício social seguinte. Dentre as obrigações, incluem-se empréstimos e financiamentos bancários e provisão para contingências trabalhistas.

❖ Patrimônio Social

O grupo representa o investimento efetuado e o resultado gerado pela Instituição durante os períodos em questão.

QUADRO 1 - Balanços Patrimoniais

O Quadro 1 representa de maneira resumida os saldos das contas em 31 de dezembro de cada ano, bem como uma análise vertical das contas ano a ano.

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

| Discriminação | 2001 | AV % | 2002 | AV % | 2003 | AV % | 2004 | AV % | 2005 | AV % | 2006* | AV % |
|--|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|
| AC Ativo circulante | 9.681 | 14% | 9.220 | 12% | 11.724 | 14% | 18.674 | 21% | 19.362 | 20% | 16.408 | 18% |
| Disponibilidades | 585 | 1% | 283 | 0% | 840 | 1% | 956 | 1% | 482 | 1% | 2.814 | 3% |
| Mensalidades a receber | 5.053 | 7% | 3.279 | 4% | 4.423 | 5% | 12.512 | 14% | 13.127 | 14% | 10.566 | 12% |
| Renegociação de dívidas | 1.806 | 3% | 1.428 | 2% | 4.273 | 5% | 2.043 | 2% | 1.506 | 2% | 1.473 | 2% |
| Crédito educacional | 918 | 1% | 1.725 | 2% | 1.517 | 2% | 1.150 | 1% | 804 | 1% | 611 | 1% |
| Entidades ligadas | 215 | 0% | 1.461 | 2% | 225 | 0% | - | 0% | - | 0% | - | 0% |
| Outras contas a receber | 1.066 | 2% | 1.036 | 1% | 446 | 1% | 2.001 | 2% | 3.431 | 4% | 931 | 1% |
| Despesas antecipadas | 38 | 0% | 8 | 0% | - | 0% | 12 | 0% | 12 | 0% | 13 | 0% |
| ES Estoques | - | 0% | 220 | 0% | 446 | 1% | 444 | 1% | 690 | 1% | 505 | 1% |
| RL Ativo realizável a Longo Prazo | 365 | 1% | 226 | 0% | 222 | 0% | 1.529 | 2% | 3.798 | 4% | 1.673 | 2% |
| Entidades ligadas | - | 0% | - | 0% | - | 0% | - | 0% | - | 0% | - | 0% |
| Mensalidades - Processo judicial | 208 | 0% | - | 0% | - | 0% | - | 0% | - | 0% | - | 0% |
| Depósitos judiciais | 157 | 0% | 226 | 0% | 222 | 0% | 416 | 0% | 560 | 1% | 646 | 1% |
| Títulos a receber | - | 0% | - | 0% | - | 0% | 1.113 | 1% | 3.238 | 3% | 1.027 | 1% |
| AP Ativo permanente | 60.379 | 86% | 69.735 | 88% | 69.339 | 85% | 67.200 | 76% | 70.921 | 75% | 71.368 | 79% |
| Investimentos | 1.500 | 2% | 2.100 | 3% | 3.752 | 5% | 2.503 | 3% | 2.502 | 3% | 2.502 | 3% |
| Imobilizado | 58.653 | 83% | 67.116 | 85% | 65.172 | 80% | 64.120 | 73% | 67.632 | 71% | 67.991 | 76% |
| Diferido | 226 | 0% | 519 | 1% | 415 | 1% | 577 | 1% | 787 | 1% | 875 | 1% |
| AT Ativo | 70.425 | 100% | 79.401 | 100% | 81.731 | 100% | 87.847 | 100% | 94.771 | 100% | 89.955 | 100% |
| PC Passivo circulante | 21.333 | 30% | 30.164 | 38% | 27.640 | 34% | 15.807 | 18% | 20.224 | 21% | 12.733 | 14% |
| Fornecedores | 1.890 | 3% | 1.723 | 2% | 1.256 | 2% | 1.091 | 1% | 1.191 | 1% | 667 | 1% |
| Financiamentos e empréstimos | 10.042 | 14% | 18.107 | 23% | 14.752 | 18% | 5.785 | 7% | 5.389 | 6% | - | 0% |
| Salários e obrigações sociais | 3.470 | 5% | 3.833 | 5% | 5.972 | 7% | 5.314 | 6% | 7.163 | 8% | 7.106 | 8% |
| Obrigações fiscais | 401 | 1% | 1.237 | 2% | 247 | 0% | 560 | 1% | 544 | 1% | 431 | 0% |
| Provisão para férias e encargos | 2.452 | 3% | 2.766 | 3% | 4.099 | 5% | 2.415 | 3% | 5.586 | 6% | 2.510 | 3% |
| Entidades ligadas | 1.641 | 2% | 1.299 | 2% | 1.066 | 1% | - | 0% | - | 0% | - | 0% |
| Títulos a pagar | 1.259 | 2% | 841 | 1% | - | 0% | 473 | 1% | 101 | 0% | 1.741 | 2% |
| Outras contas a pagar | 178 | 0% | 358 | 0% | 248 | 0% | 169 | 0% | 250 | 0% | 278 | 0% |
| EL Passivo exigível a Longo Prazo | 22.504 | 32% | 15.550 | 20% | 6.852 | 8% | 3.549 | 4% | 1.838 | 2% | 2.099 | 2% |
| Financiamentos e empréstimos | 14.227 | 20% | 12.672 | 16% | 5.237 | 6% | 1.987 | 2% | - | 0% | - | 0% |
| INSS patronal | 5.509 | 8% | - | 0% | - | 0% | - | 0% | - | 0% | - | 0% |
| Provisão para contingências | 1.663 | 2% | 1.618 | 2% | 1.214 | 1% | 1.562 | 2% | 1.838 | 2% | 2.099 | 2% |
| Entidades ligadas | 1.105 | 2% | 1.260 | 2% | 401 | 0% | - | 0% | - | 0% | - | 0% |
| RF Resultados de exercícios futuros | 318 | 0% | 221 | 0% | 2.172 | 3% | 8.660 | 10% | 8.429 | 9% | 6.981 | 8% |
| PL Patrimônio líquido | 26.270 | 37% | 33.466 | 42% | 45.067 | 55% | 59.831 | 68% | 64.280 | 68% | 68.142 | 76% |
| Patrimônio líquido | 479 | 1% | 25.000 | 31% | 25.000 | 31% | 25.000 | 28% | 25.000 | 26% | 59.343 | 66% |
| Superávit acumulado | 25.791 | 37% | 8.466 | 11% | 20.067 | 25% | 34.831 | 40% | 39.280 | 41% | 8.799 | 10% |
| PT Passivo | 70.425 | 100% | 79.401 | 100% | 81.731 | 100% | 87.847 | 100% | 94.771 | 100% | 89.955 | 100% |

Fonte: Balanço Patrimonial 2001-2006

*Balanço Patrimonial antes do parecer da auditoria do ano 2006

QUADRO 2 – Análise horizontal dos Balanços Patrimoniais

O Quadro 2 demonstra a variação dos grupos de contas do ativo e do passivo de um ano para outro.

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

| Discriminação | | 2001 | AH % | 2002 | AH % | 2003 | AH % | 2004 | AH % | 2005 | AH % | 2006* | AH % |
|---------------|---------------------------------|---------------|-------------|---------------|------------|---------------|-----------|---------------|-----------|---------------|-----------|---------------|------------|
| AC | Ativo circulante | 9.681 | 100% | 9.220 | -5% | 11.724 | 27% | 18.674 | 59% | 19.362 | 4% | 16.408 | -15% |
| ES | Estoques | - | 100% | 220 | 0% | 446 | 103% | 444 | 0% | 690 | 55% | 505 | -27% |
| RL | Ativo realizável a longo prazo | 365 | 100% | 226 | -38% | 222 | -2% | 1.529 | 589% | 3.798 | 148% | 1.673 | -56% |
| AP | Ativo permanente | 60.379 | 100% | 69.735 | 15% | 69.339 | -1% | 67.200 | -3% | 70.921 | 6% | 71.368 | 1% |
| AT | Ativo | 70.425 | 100% | 79.401 | 13% | 81.731 | 3% | 87.847 | 7% | 94.771 | 8% | 89.955 | -5% |
| PC | Passivo circulante | 21.333 | 100% | 30.164 | 41% | 27.640 | -8% | 15.807 | -43% | 20.224 | 28% | 12.733 | -37% |
| EL | Passivo exigível a longo prazo | 22.504 | 100% | 15.550 | -31% | 6.852 | -56% | 3.549 | -48% | 1.838 | -48% | 2.099 | 14% |
| RF | Resultados de exercício futuros | 318 | 100% | 221 | -31% | 2.172 | 883% | 8.660 | 299% | 8.429 | -3% | 6.981 | -17% |
| PL | Patrimônio líquido | 26.270 | 100% | 33.466 | 27% | 45.067 | 35% | 59.831 | 33% | 64.280 | 7% | 68.142 | 6% |
| PT | Passivo | 70.425 | 100% | 79.401 | 13% | 81.731 | 3% | 87.847 | 7% | 94.771 | 8% | 89.955 | -5% |

Fonte: Balanço Patrimonial 2001-2006

*Balanço Patrimonial antes do parecer da auditoria do ano 2006

QUADRO 03 – Evolução do Patrimônio Social

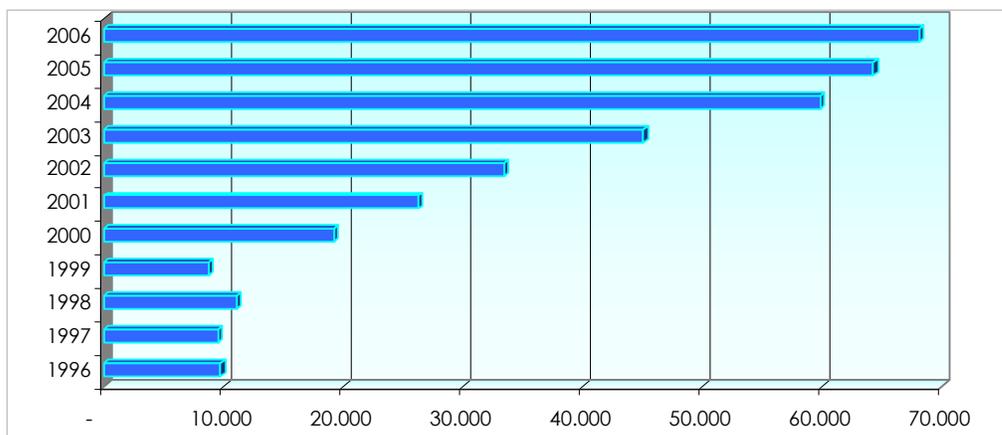
O Quadro 3 demonstra a evolução do Patrimônio Social Líquido.

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

| Discriminação | | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006* |
|---------------|---------------------------|--------------|--------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| OS | Patrimônio Social | 273 | 457 | 457 | 462 | 479 | 479 | 25.000 | 25.000 | 25.000 | 25.000 | 59.343 |
| | Superávit Acumulado | 9.474 | 9.077 | 10.583 | 8.261 | 18.697 | 25.791 | 8.466 | 20.067 | 34.831 | 39.280 | 8.799 |
| PL | Patrimônio Líquido | 9.747 | 9.534 | 11.040 | 8.723 | 19.176 | 26.270 | 33.466 | 45.067 | 59.831 | 64.280 | 68.142 |
| | Variação % | 100% | -2% | 16% | -21% | 120% | 37% | 27% | 35% | 33% | 7% | 6% |

Fonte: Balanço Patrimonial 2001-2006

*Balanço Patrimonial antes do parecer da auditoria do ano 2006



11.4 - Demonstrações de receita e despesas

Conforme determina o Estatuto Social do IMS, as receitas são constituídas de:

- a. Prestação de serviços de ensino;
- b. Distribuição e comercialização de livros e revistas educacionais e afins;
- c. Fornecimento de produtos e outros serviços relacionados às atividades compatíveis com os princípios do IMS;
- d. Doações, subvenções, legados, trocas, aluguéis, rendas patrimoniais, contribuições diversas e outras fontes;

Durante os anos 2001 a 2006, as receitas do IMS seguiram as determinações contidas em seus estatutos.

As despesas são constituídas pelo custeio e manutenção de suas unidades educacionais, assistenciais e de serviços, pelos gastos de administração, bem como de conservação, melhoria e ampliação do patrimônio.

O superávit verificado em cada exercício foi e será sempre carregado em benefício do desenvolvimento da sociedade. O IMS cumpre seus objetivos sociais aplicando integralmente no País seus recursos em assistência social e filantropia, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida.

QUADRO 4 - Demonstrativo de resultados de exercícios consolidado de 2001 a 2006

O Quadro 4 demonstra as contas de resultado, receitas e despesas, bem como sua análise vertical.

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

| Discriminação | 2001 | AV % | 2002 | AV % | 2003 | AV % | 2004 | AV % | 2005 | AV % | 2006* | AV % | |
|-----------------------------------|-------------------------------|--------------|-----------------|--------------|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|--------------|------------------|--------------|-----------|
| Acadêmicas | 99.816 | 106% | 115.329 | 111% | 141.051 | 119% | 166.330 | 132% | 173.598 | 131% | 182.214 | 133% | |
| Administrativas | 792 | 1% | 1.089 | 1% | 603 | 1% | 1.979 | 2% | 2.986 | 2% | 3.654 | 3% | |
| Doações | 306 | 0% | 77 | 0% | 58 | 0% | 43 | 0% | 186 | 0% | 0 | 0% | |
| Financeiras | 897 | 1% | 419 | 0% | 838 | 1% | 2.086 | 2% | 2.259 | 2% | 2.513 | 2% | |
| Outras | 1.178 | 1% | 1.091 | 1% | 345 | 0% | 226 | 0% | 167 | 0% | 809 | 1% | |
| Receita bruta | 102.990 | 109% | 118.005 | 114% | 142.895 | 120% | 170.665 | 136% | 179.196 | 136% | 189.190 | 138% | |
| (-) Bolsas de Estudo | (8.540) | -9% | (14.207) | -14% | (24.163) | -20% | (34.961) | -28% | (36.908) | -28% | (41.472) | -30% | |
| (-) Descontos | - | 0% | - | 0% | - | 0% | (9.800) | -8% | (10.268) | -8% | (10.717) | -8% | |
| Receita líquida | 94.450 | 100% | 103.798 | 100% | 118.732 | 100% | 125.904 | 100% | 132.020 | 100% | 137.001 | 100% | |
| Despesas com Pessoal | (57.182) | 61% | (66.822) | 64% | (76.929) | 65% | (76.354) | 61% | (84.684) | 64% | (83.962) | 61% | |
| Publicidade e Propaganda | (1.793) | 2% | (1.844) | 2% | (1.770) | 1% | (1.626) | 1% | (2.984) | 2% | (3.271) | 2% | |
| Provisão para devedores duvidosos | (5.264) | 6% | (5.011) | 5% | (3.308) | 3% | (5.045) | 4% | (3.847) | 3% | (6.944) | 5% | |
| Arrendamento Mercantil | (1.046) | 1% | (777) | 1% | (1.161) | 1% | (1.369) | 1% | (1.691) | 1% | (2.120) | 2% | |
| Aluguel de Imóveis e equipamentos | (2.618) | 3% | (2.998) | 3% | (2.331) | 2% | (5.559) | 4% | (3.227) | 2% | (3.544) | 3% | |
| Contribuições Associações | (1.198) | 1% | (440) | 0% | (499) | 0% | (930) | 1% | (1.136) | 1% | (1.566) | 1% | |
| Manutenção de imóveis | (1.140) | 1% | (890) | 1% | (738) | 1% | (1.425) | 1% | (3.727) | 3% | (3.579) | 3% | |
| Depreciação | (2.983) | 3% | (3.615) | 3% | (4.457) | 4% | (4.463) | 4% | (4.968) | 4% | (6.301) | 5% | |
| Despesas financeiras | (4.753) | 5% | (8.471) | 8% | (5.841) | 5% | (3.241) | 3% | (2.161) | 2% | (2.347) | 2% | |
| Outras despesas | (9.379) | 10% | (5.733) | 6% | (10.097) | 9% | (12.482) | 10% | (18.658) | 14% | (19.505) | 14% | |
| Despesa total | (87.356) | 92% | (96.601) | 93% | (107.131) | 90% | (112.494) | 89% | (127.083) | 96% | (133.139) | 97% | |
| LL | Resultado do Exercício | 7.094 | 8% | 7.197 | 7% | 11.601 | 10% | 13.410 | 11% | 4.938 | 4% | 3.861 | 3% |

Fonte: Balanço Patrimonial 2001-2006

*Demonstração financeira antes do parecer da auditoria do ano 2006

11.5 - Investimentos

Os investimentos praticados no período foram constituídos para a expansão e adequação, não só da qualidade, mas também da estrutura da Instituição.

QUADRO 5 - Evolução dos investimentos

O Quadro 5 representa os investimentos nos anos de 2001 a 2006.

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

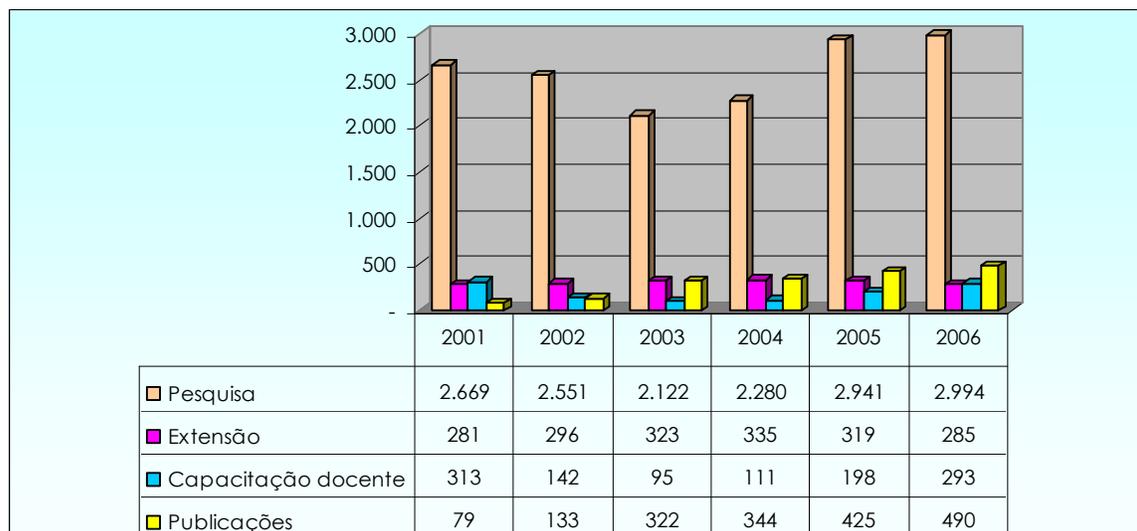
| Investimento | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | Acumulado |
|--------------------------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------------|
| Campus Planalto | 749 | 9.012 | 239 | - | - | - | 10.000 |
| Aquisição de novos campi | 749 | 9.012 | 239 | - | - | - | 10.000 |
| Terrenos Investimentos | 1.425 | 570 | 1.569 | - | - | - | 3.564 |
| Investimento em Terrenos | 1.425 | 570 | 1.569 | - | - | - | 3.564 |
| Ampliação do Campus Vergueiro | - | - | - | - | - | 304 | 304 |
| Centro de Convivência | - | - | - | 2.078 | 4.577 | - | 6.654 |
| Clínica Odontológica D | 150 | - | - | - | - | - | 150 |
| Complexo Poliesportivo | 3.763 | - | - | - | - | - | 3.763 |
| Edifícios | 4.118 | 126 | - | 112 | 123 | 621 | 5.100 |
| Instalação Rede Corporativa | 221 | - | - | - | - | - | 221 |
| Laboratório de Veterinária - Ed.Capa | 4.065 | 61 | - | - | - | - | 4.126 |
| Prédio Administrativo - Rudge Ramos | - | - | - | - | 512 | 2.308 | 2.821 |
| Reforma Guaratinguetá | 135 | - | - | - | - | - | 135 |
| Reformas/Obras/Adequações | 12.452 | 187 | - | 2.190 | 5.212 | 3.234 | 23.275 |
| Biblioteca Geral | 451 | 382 | 162 | 229 | 253 | 327 | 1.804 |
| Biblioteca J. Bawden | 10 | - | - | - | - | - | 10 |
| Equipamentos Comunicação | 51 | 88 | 18 | 1 | 3 | 30 | 192 |
| Equipamentos Ensino | 1.425 | 473 | 68 | 3 | 602 | 888 | 3.459 |
| Equipamentos Informática | 276 | 905 | 234 | 85 | 181 | 811 | 2.492 |
| Estúdio de Rádio TV | 121 | - | - | - | - | - | 121 |
| Gastos Implantação de Sistemas | - | 279 | - | - | - | - | 279 |
| Instalações | - | - | 25 | 124 | 263 | 789 | 1.200 |
| Instrumentos Musicais | 12 | 8 | 1 | - | 3 | 0 | 25 |
| Laboratórios | 453 | 254 | 177 | 1 | 238 | 36 | 1.159 |
| Máquinas e equipamentos | 205 | 255 | 171 | 290 | 169 | 254 | 1.344 |
| Marcas Patentes | 13 | - | - | - | - | - | 13 |
| Móveis e utensílios | 1.328 | 984 | 364 | 363 | 793 | 833 | 4.664 |
| Software | - | - | - | 55 | 565 | 333 | 954 |
| Veículos | - | - | 75 | 53 | 117 | 79 | 324 |
| Equipamentos e Outros | 4.347 | 3.628 | 1.294 | 1.204 | 3.186 | 4.381 | 18.040 |
| Leasing | 893 | 675 | 726 | 300 | 292 | 724 | 3.609 |
| Leasing (Imobilizado) | 893 | 675 | 726 | 300 | 292 | 724 | 3.609 |
| TOTAL DE INVESTIMENTOS | 19.866 | 14.072 | 3.828 | 3.694 | 8.690 | 8.339 | 58.488 |

QUADRO 6 - Dispendios em pesquisa, extensão, capacitação docente e publicações

O Quadro 6 manifesta o incentivo à elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, o estímulo à melhoria na atuação docente por meio de cursos de didática e metodologias de ensino superior, desenvolvendo a utilização de tecnologias educacionais

como a Internet, educação a distância, educação em ambiente multimídia e atualização nas disciplinas em que atue diretamente, e o apoio à divulgação do conhecimento pela publicação ou reprodução de textos didático-pedagógicos, acadêmicos e científicos.

As publicações são realizadas por professores e alunos de graduação e pós-graduação, que contam com apoio e incentivo para a apresentação de trabalhos resultantes de debates e projetos de pesquisa nas diferentes áreas de atuação.



11.6 - Análise econômico-financeira

Por meio dos Balanços Patrimoniais, foram elaborados os quadros 6 a 8, demonstrando a evolução dos principais índices para análise financeira. Como complemento foram adicionados os quadros 9 e 10.

Nesta análise verifica-se que a saúde financeira da Instituição é satisfatória, onde se explana o aumento no capital de giro líquido, a redução da dependência de recursos de terceiros e crescimento do retorno sobre os investimentos totais.

QUADRO 7 - Índices de liquidez

- **Liquidez corrente:** mostra a disponibilidade do ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo.
- **Liquidez geral:** mostra a disponibilidade do ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida de curto e longo prazo.

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

| Discriminação | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|--|------|------|------|------|------|------|
| Principais Quocientes de Liquidez | | | | | | |
| 1.Quociente de liquidez corrente | 0,45 | 0,31 | 0,42 | 1,18 | 0,96 | 1,29 |
| 2.Quociente de liquidez geral | 0,23 | 0,21 | 0,35 | 1,04 | 1,05 | 1,22 |

QUADRO 8 - Índices de estrutura de capital

- **Participação do capital de terceiros sobre os recursos próprios:** mostra o quanto a empresa tomou de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio.
- **Participação de dívidas de curto prazo:** mostra o quanto a empresa possui de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais.
- **Margem sobre a receita bruta:** mostra o percentual do resultado sobre a receita bruta.
- **Margem sobre a receita líquida:** mostra o percentual do resultado sobre a receita líquida.
- **Taxa de retorno sobre o ativo total:** mostra o percentual do resultado em relação ao ativo total.
- **Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido:** mostra o percentual do resultado em relação ao patrimônio líquido.
- **Imobilizações do patrimônio líquido:** mostra o índice de investimentos para cada R\$ 1,00 existente no patrimônio líquido.

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

| Discriminação | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Principais Quocientes de Endividamento | | | | | | |
| 1.Quociente de participação de capitais de terceiros s/ recursos próprios | 1,67 | 1,37 | 0,77 | 0,32 | 0,34 | 0,22 |
| 2.Quociente de participação das dívidas de curto prazo s/ endividamento total | 0,49 | 0,66 | 0,80 | 0,82 | 0,92 | 0,86 |
| Análise de rentabilidade | | | | | | |
| 1.Margem sobre receita bruta | 6,89% | 6,10% | 8,12% | 7,86% | 2,76% | 2,04% |
| 2.Margem sobre receita líquida | 7,51% | 6,93% | 9,77% | 10,65% | 3,74% | 2,82% |
| 3.(ROA) Taxa de retorno sobre o ativo total | 10,07% | 9,06% | 14,19% | 15,27% | 5,21% | 4,29% |
| 4.(ROE) Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido | 27,00% | 21,51% | 25,74% | 22,41% | 7,68% | 5,67% |
| Outros Quocientes | | | | | | |
| 1.Grau de imobilização do patrimônio líquido | 229,84% | 208,38% | 153,86% | 112,32% | 110,33% | 104,74% |
| 2.Comprometimento da receita líquida com despesas gerais | 31,95% | 28,69% | 25,44% | 28,70% | 32,12% | 35,90% |

QUADRO 9 - Termômetro de Kanitz

O Quadro 9 evidencia o índice desenvolvido pelo Prof. Stephen Charles Kanitz e seu objetivo é demonstrar por meio de uma margem de segurança, o grau de solvência e insolvência de uma empresa. O modelo utiliza-se de uma série de ponderações entre índices, cujo resultado final aplica-se na seguinte escala:

- De -7 a -3: Área de insolvência (indica situação de risco total, grande probabilidade de falência)
- De -2 a 0: Área de penumbra (indica situação perigosa)
- De +1 a +7: Área de solvência (indica menor risco de quebra)

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

| Discriminação | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Índices | | | | | | |
| Lucratividade do capital próprio [0,05] | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,00 |
| Liquidez geral [1,65] | 0,38 | 0,34 | 0,57 | 1,72 | 1,73 | 2,01 |
| Liquidez seco [3,55] | 1,61 | 1,09 | 1,51 | 4,19 | 3,40 | 4,57 |
| Liquidez corrente [-1,06] | -0,48 | -0,32 | -0,45 | -1,25 | -1,01 | -1,37 |
| Endividamento do capital próprio [-0,33] | -0,55 | -0,45 | -0,25 | -0,11 | -0,11 | -0,07 |
| Kanitz - Fator de Insolvência - Padrão | 0,97 | 0,66 | 1,39 | 4,57 | 4,01 | 5,15 |

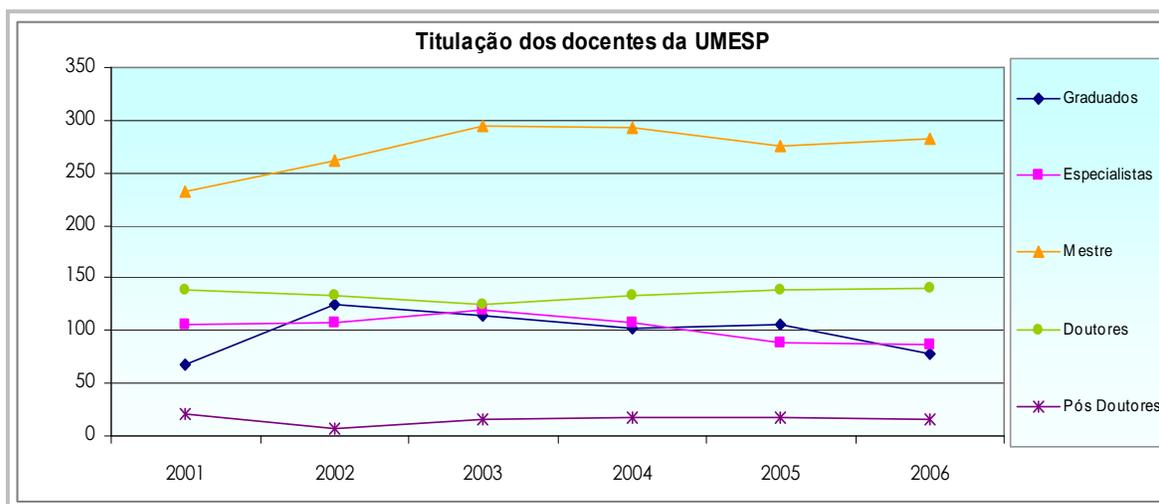
QUADRO 10 - Evolução de funcionários

O Quadro 10 demonstra o crescimento no número de funcionários do IMS. Segue como complemento para o mesmo período a evolução do número de docentes da Universidade por titulação.

| Colaboradores | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Docentes | | | | | | |
| Universidade | 562 | 633 | 670 | 653 | 625 | 603 |
| Mova / Promac | 179 | 185 | 193 | 2 | 0 | 0 |
| Sem vínculo e outros | 0 | 0 | 1 | 47 | 0 | 0 |
| Total Docentes | 741 | 818 | 864 | 702 | 625 | 603 |
| Administrativos | | | | | | |
| Universidade e IMS | 782 | 817 | 770 | 808 | 939 | 935 |
| Mova / Promac | 32 | 20 | 31 | 0 | 0 | 0 |
| Estagiários | 182 | 214 | 225 | 249 | 228 | 215 |
| Total Administrativos | 996 | 1051 | 1026 | 1057 | 1167 | 1150 |
| Total Geral | 1737 | 1869 | 1890 | 1759 | 1792 | 1753 |

| Docentes UMESP | 2001 | | | | | 2002 | | | | | 2003 | | | | | 2004 | | | | | 2005 | | | | | 2006 | | | | |
|--------------------------|------------|----|-----|----|---|------------|----|-----|----|---|------------|----|-----|----|---|------------|----|-----|----|---|------------|----|-----|----|----|------------|----|-----|----|---|
| Regime de trabalho | G | E | M | D | P | G | E | M | D | P | G | E | M | D | P | G | E | M | D | P | G | E | M | D | P | G | E | M | D | P |
| Horistas | 42 | 61 | 104 | 31 | 6 | 91 | 70 | 130 | 26 | 2 | 87 | 79 | 158 | 31 | 8 | 70 | 73 | 146 | 31 | 5 | 73 | 55 | 123 | 40 | 6 | 11 | 25 | 46 | 20 | 1 |
| Tempo Integral | 9 | 12 | 33 | 56 | 8 | 9 | 6 | 32 | 56 | 3 | 5 | 11 | 27 | 53 | 3 | 6 | 9 | 27 | 53 | 9 | 10 | 9 | 40 | 65 | 10 | 19 | 18 | 75 | 64 | 6 |
| Tempo Parcial | 16 | 32 | 95 | 51 | 6 | 24 | 31 | 100 | 51 | 2 | 23 | 30 | 110 | 41 | 4 | 26 | 26 | 119 | 50 | 3 | 23 | 24 | 113 | 33 | 1 | 48 | 43 | 162 | 57 | 8 |
| Total de docentes | 562 | | | | | 633 | | | | | 670 | | | | | 653 | | | | | 625 | | | | | 603 | | | | |

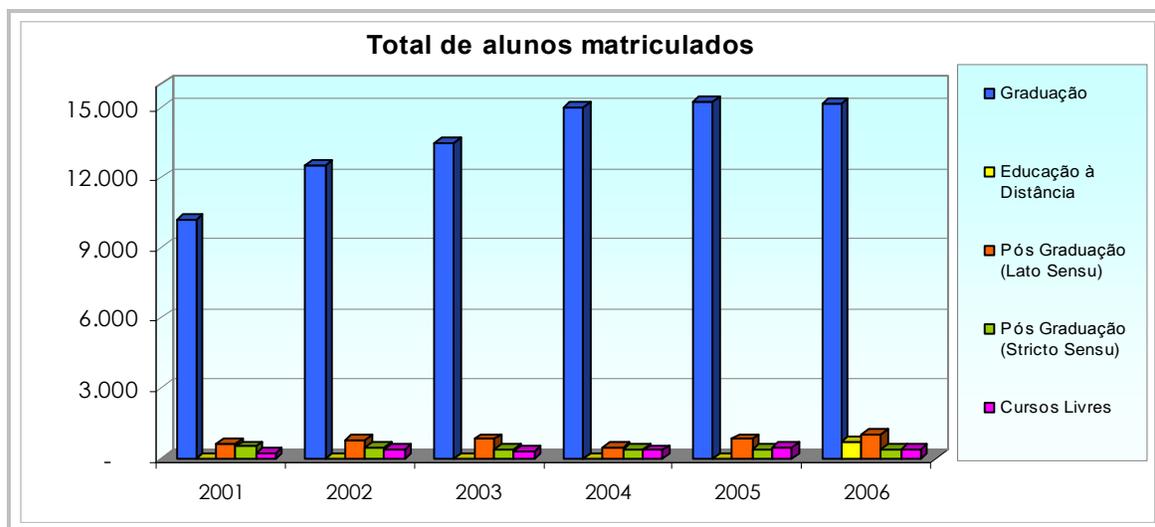
G - Graduado / E - Especialista / M - Mestre / D - Doutor / P - Pós Doutor



QUADRO 11 - Evolução de Número de alunos

O Quadro 11 demonstra a evolução de números de alunos do IMS.

| Alunos por Unidade | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Graduação | 10.215 | 12.498 | 13.447 | 14.970 | 15.252 | 15.168 |
| Educação a Distância | - | - | - | - | - | 698 |
| Pós-Graduação (<i>Lato Sensu</i>) | 612 | 792 | 815 | 463 | 816 | 1.001 |
| Pós-Graduação (<i>Stricto Sensu</i>) | 490 | 435 | 368 | 360 | 358 | 393 |
| Cursos Livres (Línguas, 3ª Idade e Extensão) | 227 | 360 | 292 | 337 | 447 | 365 |
| Total Geral | 11.544 | 14.085 | 14.922 | 16.130 | 16.873 | 17.625 |



11.7 - Projeções - 2007 a 2016

O planejamento econômico-financeiro foi elaborado levando-se em consideração os investimentos e estratégias adotadas nos anos anteriores. Também foi adotada uma postura conservadora até que as condições internacionais e internas do País permitam um cenário com sustentabilidade do crescimento mais evidente e consistente.

Os índices utilizados para as previsões foram:

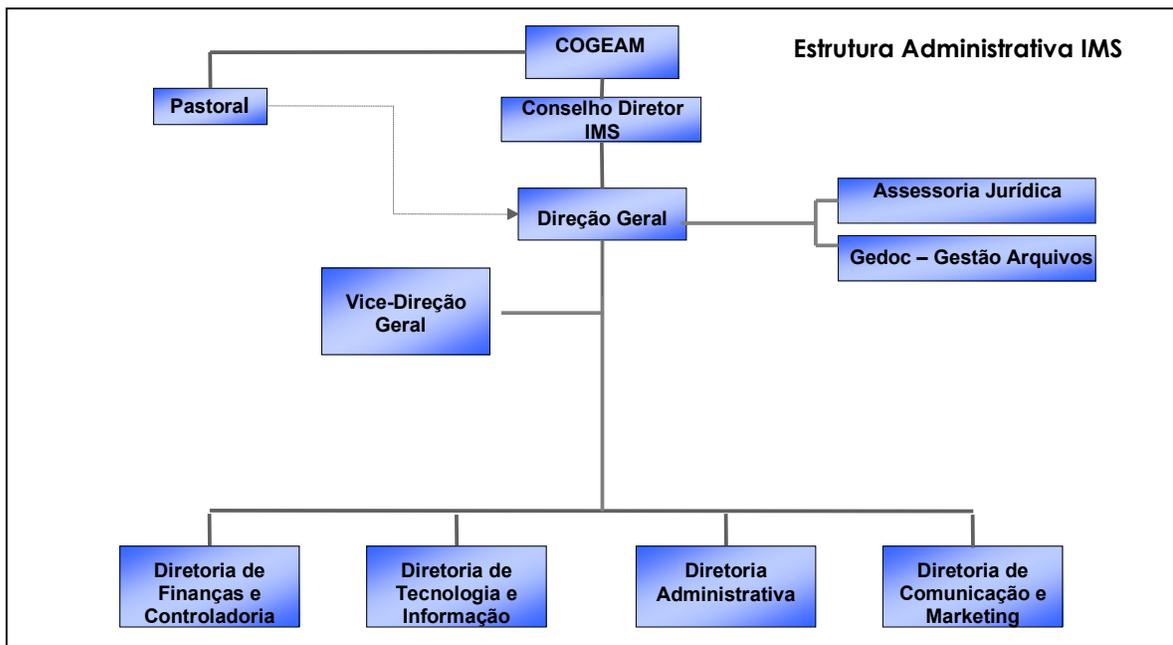
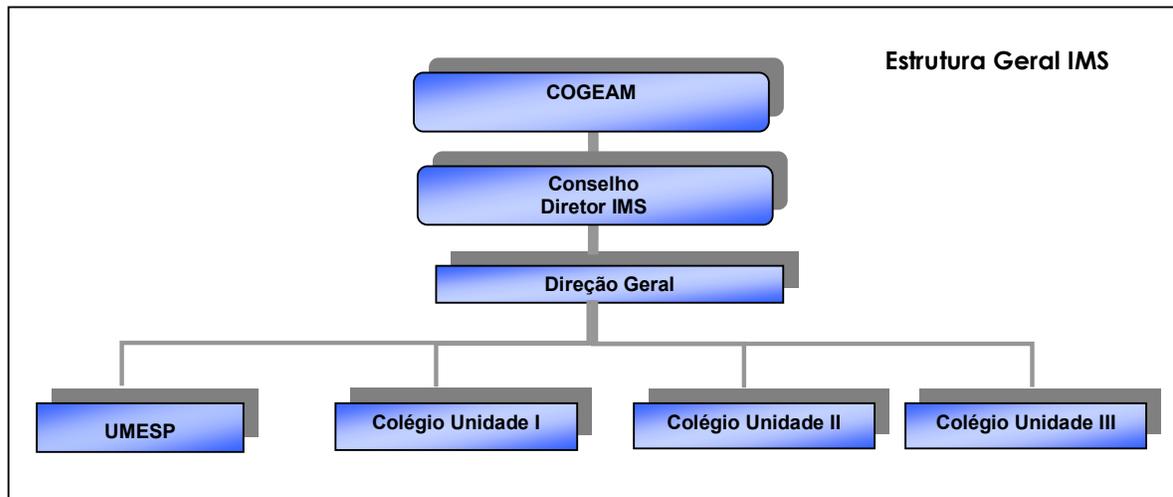
| Discriminação | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Aumento de receitas e despesas gerais INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% |
| Aumento da folha de pagamento - dissídio com base na média dos índices IPC, INPC e ICV | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% |

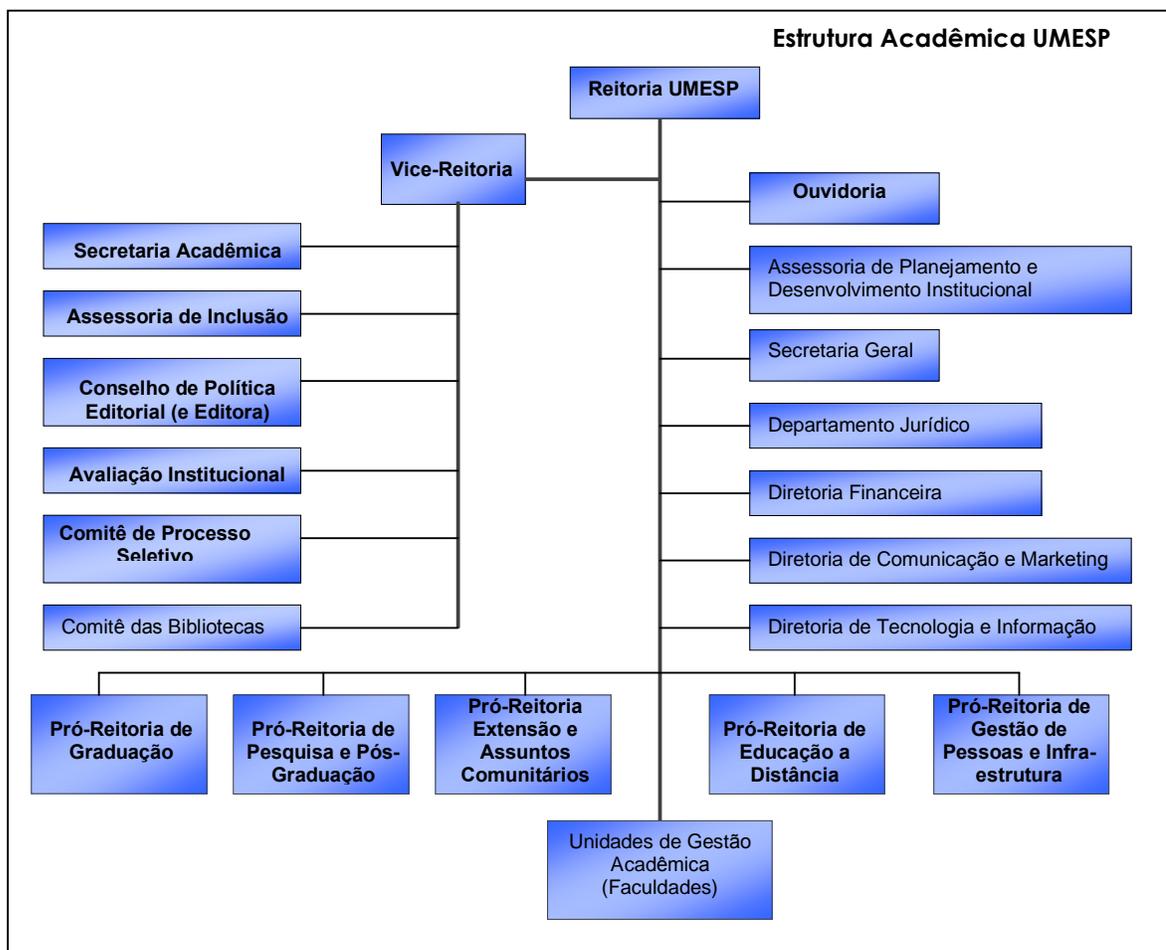
A média dos índices IPC, INPC e ICV foi utilizada para o reajuste da folha de pagamento e o índice INPC utilizado para a projeção das receitas e despesas gerais e administrativas.

A área educacional da Universidade conta com os cursos de graduação, tecnólogo, pós-graduação *lato e stricto sensu*, extensão e educação continuada e a distância. Dentre esses programas pedagógicos, a Instituição conta com projetos e atividades em diferentes áreas de atuação, como o Hospital Veterinário e as clínicas de Odontologia, Psicologia e de Fisioterapia, entre outras, que essencialmente estão voltadas ao atendimento da comunidade, mas que também possibilitam ao aluno uma experimentação prática de sua profissão, sempre sob a supervisão de professores, o que proporciona capacitação acadêmica e profissional.

Para melhor visualização da Instituição, seguem no Quadro 12 os organogramas das áreas acadêmicas e administrativas.

QUADRO 12 - Organograma institucional





Posto isso, o crescimento da Instituição está caucionado em duas frentes: a primeira, na manutenção dos atuais campi; e a segunda, nos investimentos em Tecnologia e Marketing, com o intuito de modernizar os laboratórios, salas de aulas e áreas de apoio educacional, e preservar a qualidade de ensino como diferencial competitivo. Prevê-se uma aplicação de 5% ao ano em investimentos.

Os investimentos em construção de novos prédios dar-se-ão somente no caso de um crescimento extraordinário de número de alunos que não seja suportado pela estrutura atual da Instituição.

QUADRO 13 - Projeção de alunos matriculados

O Quadro 13 demonstra a projeção do número de alunos, considerando-se o índice médio de ingressos de 4% ao ano.

| Alunos por Unidade | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Graduação | 15.775 | 16.406 | 17.062 | 17.744 | 18.454 | 19.192 | 19.960 | 20.758 | 21.589 | 22.452 |
| Educação à Distância | 3.500 | 7.000 | 9.000 | 9.360 | 9.734 | 10.124 | 10.529 | 10.950 | 11.388 | 11.843 |
| Pós Graduação (Lato Sensu) | 1.041 | 1.083 | 1.126 | 1.171 | 1.218 | 1.267 | 1.317 | 1.370 | 1.425 | 1.482 |
| Pós Graduação (Stricto Sensu) | 409 | 425 | 442 | 460 | 478 | 497 | 517 | 538 | 559 | 582 |
| Cursos Livres | 380 | 395 | 411 | 427 | 444 | 462 | 480 | 500 | 520 | 540 |
| Total Geral | 21.104 | 25.308 | 28.041 | 29.162 | 30.329 | 31.542 | 32.804 | 34.116 | 35.480 | 36.899 |

QUADRO 14 - Previsões orçamentárias de demonstrações de resultados de exercícios acumulado

O Quadro 14 traz as previsões orçamentárias de receitas e despesas para o período de 2007 a 2016, dentro das premissas acima descritas. Evidenciamos que os gastos com pessoal conglomeram também aqueles com pesquisa, extensão e capacitação de docentes.

Usando do conservadorismo no que diz respeito ao aumento do valor de mensalidades, considerou-se o aumento dentro do índice médio de 5% ao ano.

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

| Discriminação | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Acadêmicas | 169.155 | 177.649 | 184.918 | 194.164 | 203.872 | 214.065 | 224.769 | 236.007 | 247.808 | 260.198 |
| Administrativas | 1.609 | 1.689 | 1.773 | 1.862 | 1.955 | 2.053 | 2.156 | 2.263 | 2.377 | 2.495 |
| Doações | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Financeiras | 2.005 | 2.105 | 2.210 | 2.321 | 2.437 | 2.559 | 2.687 | 2.821 | 2.962 | 3.110 |
| Outras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receita bruta | 172.769 | 181.444 | 188.902 | 198.347 | 208.264 | 218.677 | 229.611 | 241.092 | 253.146 | 265.803 |
| (-) Bolsas de Estudo | (32.148) | (33.847) | (35.301) | (37.066) | (38.919) | (40.865) | (42.908) | (45.053) | (47.306) | (49.671) |
| (-) Descontos | (13.496) | (16.851) | (19.722) | (20.708) | (21.743) | (22.831) | (23.972) | (25.171) | (26.429) | (27.751) |
| Receita líquida | 127.125 | 130.746 | 133.879 | 140.573 | 147.602 | 154.982 | 162.731 | 170.867 | 179.411 | 188.381 |
| Despesas com Pessoal | (83.187) | (85.313) | (89.517) | (93.097) | (96.821) | (100.694) | (104.722) | (108.911) | (113.267) | (117.798) |
| Publicidade Propaganda | (2.965) | (2.628) | (3.074) | (3.227) | (3.389) | (3.558) | (3.736) | (3.923) | (4.119) | (4.325) |
| Provisão para devedores duvidosos | (2.270) | (2.383) | (2.502) | (2.627) | (2.759) | (2.897) | (3.041) | (3.194) | (3.353) | (3.521) |
| Arrendamento Mercantil | (1.551) | (1.978) | (1.312) | (1.246) | (1.184) | (1.125) | (1.068) | (1.015) | (964) | (916) |
| Aluguel de Imóveis e equipamentos | (3.825) | (4.017) | (4.217) | (4.428) | (4.650) | (4.882) | (5.126) | (5.383) | (5.652) | (5.934) |
| Contribuição Associações | (1.298) | (1.363) | (1.431) | (1.503) | (1.578) | (1.657) | (1.740) | (1.827) | (1.918) | (2.014) |
| Manutenção de imóveis | (3.373) | (3.541) | (3.719) | (3.904) | (4.100) | (4.305) | (4.520) | (4.746) | (4.983) | (5.232) |
| Depreciação | (5.007) | (5.257) | (5.520) | (5.796) | (6.086) | (6.390) | (6.710) | (7.045) | (7.398) | (7.767) |
| Despesas financeiras | (1.154) | (1.212) | (1.273) | (1.336) | (1.403) | (1.473) | (1.547) | (1.624) | (1.706) | (1.791) |
| Outras despesas | (18.421) | (19.342) | (20.309) | (21.324) | (22.390) | (23.510) | (24.685) | (25.920) | (27.216) | (28.576) |
| Despesa total | (123.051) | (127.034) | (132.873) | (138.491) | (144.360) | (150.491) | (156.896) | (163.587) | (170.575) | (177.875) |
| Resultado do Exercício – Universidade | 4.074 | 3.711 | 1.006 | 2.082 | 3.242 | 4.491 | 5.835 | 7.281 | 8.835 | 10.506 |

| Análise de rentabilidade | | | | | | | | | | |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1. Margem sobre receita bruta | 2,36% | 2,05% | 0,53% | 1,05% | 1,56% | 2,05% | 2,54% | 3,02% | 3,49% | 3,95% |
| 2. Margem sobre receita líquida | 3,20% | 2,84% | 0,75% | 1,48% | 2,20% | 2,90% | 3,59% | 4,26% | 4,92% | 5,58% |
| 3. Comprometimento receita líquida com despesas com pessoal | 65,44% | 65,25% | 66,86% | 66,23% | 65,60% | 64,97% | 64,35% | 63,74% | 63,13% | 62,53% |
| 4. Comprometimento receita líquida com despesas gerais | 31,36% | 31,91% | 32,38% | 32,29% | 32,21% | 32,13% | 32,06% | 32,00% | 31,94% | 31,89% |

QUADRO 15 - Previsões orçamentárias de balanços patrimoniais

O Quadro 15 demonstra as previsões para os ativos e passivos da Instituição, agregando os reflexos dos resultados projetados.

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

| Discriminação | | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---------------|---------------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| AC | Ativo circulante | 17.799 | 18.689 | 16.729 | 15.693 | 15.657 | 16.701 | 18.912 | 22.382 | 27.212 | 23.001 |
| | Disponibilidades | 3.646 | 3.954 | 1.387 | 670 | 14 | 413 | 1.951 | 4.721 | 8.821 | 3.851 |
| | Mensalidades a receber | 10.989 | 11.428 | 11.885 | 11.410 | 11.866 | 12.341 | 12.835 | 13.348 | 13.882 | 14.437 |
| | Renegociação de dívidas | 1.532 | 1.593 | 1.657 | 1.723 | 1.792 | 1.864 | 1.938 | 2.016 | 2.096 | 2.180 |
| | Crédito educacional | 642 | 674 | 708 | 743 | 780 | 819 | 860 | 903 | 948 | 996 |
| | Outras contas a receber | 977 | 1.026 | 1.077 | 1.131 | 1.188 | 1.247 | 1.310 | 1.375 | 1.444 | 1.516 |
| | Despesas antecipadas | 13 | 14 | 15 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 |
| ES | Estoques | 531 | 557 | 585 | 614 | 645 | 677 | 711 | 747 | 784 | 823 |
| RL | Ativo realizável a longo prazo | 1.757 | 1.845 | 1.937 | 2.034 | 2.136 | 2.243 | 2.355 | 2.472 | 2.596 | 2.726 |
| | Depósitos judiciais | 679 | 713 | 748 | 786 | 825 | 866 | 909 | 955 | 1.003 | 1.053 |
| | Títulos a receber | 1.078 | 1.132 | 1.189 | 1.248 | 1.311 | 1.376 | 1.445 | 1.517 | 1.593 | 1.673 |
| AP | Ativo permanente | 74.937 | 78.683 | 82.618 | 86.749 | 91.086 | 95.640 | 100.422 | 105.443 | 110.716 | 116.251 |
| | Investimentos | 2.502 | 2.502 | 2.502 | 2.502 | 2.502 | 2.502 | 2.502 | 2.502 | 2.502 | 2.502 |
| | Imobilizado | 71.647 | 75.473 | 79.478 | 83.672 | 88.067 | 92.673 | 97.502 | 102.565 | 107.874 | 113.444 |
| | Diferido | 787 | 709 | 638 | 574 | 517 | 465 | 418 | 377 | 339 | 305 |
| AT | Ativo | 95.023 | 99.775 | 101.869 | 105.090 | 109.524 | 115.261 | 122.400 | 131.045 | 141.307 | 142.801 |
| PC | Passivo circulante | 13.273 | 13.837 | 14.425 | 15.038 | 15.677 | 16.344 | 17.040 | 17.765 | 18.522 | 19.311 |
| | Fornecedores | 700 | 735 | 772 | 810 | 851 | 893 | 938 | 985 | 1.034 | 1.086 |
| | Financiamentos empréstimos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Salários e obrigações sociais | 7.390 | 7.685 | 7.993 | 8.313 | 8.645 | 8.991 | 9.351 | 9.725 | 10.114 | 10.518 |
| | Obrigações fiscais | 453 | 476 | 499 | 524 | 550 | 578 | 607 | 637 | 669 | 703 |
| | Provisão férias e encargos | 2.611 | 2.715 | 2.824 | 2.937 | 3.054 | 3.176 | 3.303 | 3.436 | 3.573 | 3.716 |
| | Títulos a pagar | 1.828 | 1.919 | 2.015 | 2.116 | 2.222 | 2.333 | 2.450 | 2.572 | 2.701 | 2.836 |
| | Outras contas a pagar | 292 | 306 | 322 | 338 | 354 | 372 | 391 | 410 | 431 | 452 |
| EL | Passivo exigível a longo prazo | 2.204 | 2.315 | 2.430 | 2.552 | 2.680 | 2.814 | 2.954 | 3.102 | 3.257 | 3.420 |
| | Provisão para contingências | 2.204 | 2.315 | 2.430 | 2.552 | 2.680 | 2.814 | 2.954 | 3.102 | 3.257 | 3.420 |
| RF | Resultados exerc. futuros | 7.330 | 7.696 | 8.081 | 8.485 | 8.909 | 9.355 | 9.822 | 10.314 | 10.829 | 11.371 |

| | | | | | | | | | | | |
|-----------|---------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| PL | Patrimônio líquido | 72.216 | 75.927 | 76.933 | 79.015 | 82.258 | 86.749 | 92.583 | 99.864 | 108.699 | 108.699 |
| | Patrimônio líquido | 59.343 | 59.343 | 59.343 | 59.343 | 59.343 | 59.343 | 59.343 | 59.343 | 59.343 | 59.343 |
| | Superávit acumulado | 12.873 | 16.584 | 17.590 | 19.673 | 22.915 | 27.406 | 33.241 | 40.521 | 49.357 | 49.357 |
| PT | Passivo | 95.023 | 99.775 | 101.869 | 105.090 | 109.524 | 115.261 | 122.400 | 131.045 | 141.307 | 142.80 |

| Principais Quocientes de Liquidez | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1.Quociente de liquidez corrente | 1,38 | 1,39 | 1,20 | 1,08 | 1,04 | 1,06 | 1,15 | 1,30 | 1,51 | 1,23 |
| 2.Quociente de liquidez geral | 1,30 | 1,31 | 1,14 | 1,04 | 1,00 | 1,02 | 1,10 | 1,23 | 1,40 | 1,17 |
| Principais Quocientes de Endividamento | | | | | | | | | | |
| 1.Quociente capitais terceiros s/ recursos próprios | 0,21 | 0,21 | 0,22 | 0,22 | 0,22 | 0,22 | 0,22 | 0,21 | 0,20 | 0,21 |
| 2.Quociente curto prazo s/ endividamento total | 0,86 | 0,86 | 0,86 | 0,85 | 0,85 | 0,85 | 0,85 | 0,85 | 0,85 | 0,85 |
| Outros Quocientes | | | | | | | | | | |
| 1. Grau de imobilização do patrimônio líquido | 103,77% | 103,63% | 107,39% | 109,79% | 110,73% | 110,25% | 108,47% | 105,59% | 101,85% | 106,95% |
| 2. (ROA) Taxa de retorno sobre ativo total | 4,29% | 3,72% | 0,99% | 1,98% | 2,96% | 3,90% | 4,77% | 5,56% | 6,25% | 7,36% |
| 3. (ROE) Taxa de retorno sobre patrimônio líquido | 5,64% | 4,89% | 1,31% | 2,64% | 3,94% | 5,18% | 6,30% | 7,29% | 8,13% | 9,67% |

QUADRO 16 - Previsão orçamentária para investimentos (regime de caixa)

O Quadro 16 demonstra a previsão orçamentária relacionada aos investimentos do IMS. Para a geração em regime de caixa considerou-se o fator de inadimplência em 10% ao ano e um índice de renegociações de dívidas de 9% ao ano.

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

| Discriminação | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Receita faturada | 172.769 | 181.444 | 188.902 | 198.347 | 208.264 |
| Renegociação de dívidas | 10.297 | 10.590 | 10.965 | 11.513 | 12.089 |
| (-) Bolsas de estudo | (32.148) | (33.847) | (35.301) | (37.066) | (38.919) |
| (-) Descontos concedidos | (13.496) | (16.851) | (19.722) | (20.708) | (21.743) |
| (-) Inadimplência | (12.712) | (13.075) | (12.049) | (12.652) | (13.284) |
| Total de receita gerada | 124.710 | 128.262 | 132.795 | 139.434 | 146.406 |
| Despesas com Pessoal | (83.187) | (85.313) | (89.517) | (93.097) | (96.821) |
| Despesas gerais e administrativas | (32.587) | (34.081) | (35.334) | (36.970) | (38.694) |
| Totais despesas | (115.774) | (119.394) | (124.851) | (130.067) | (135.515) |
| Investimentos em tecnologia contratados | (1.920) | (1.492) | (1.418) | (1.347) | (1.279) |
| Total gerado/investido anos anteriores | (1.920) | (1.492) | (1.418) | (1.347) | (1.279) |

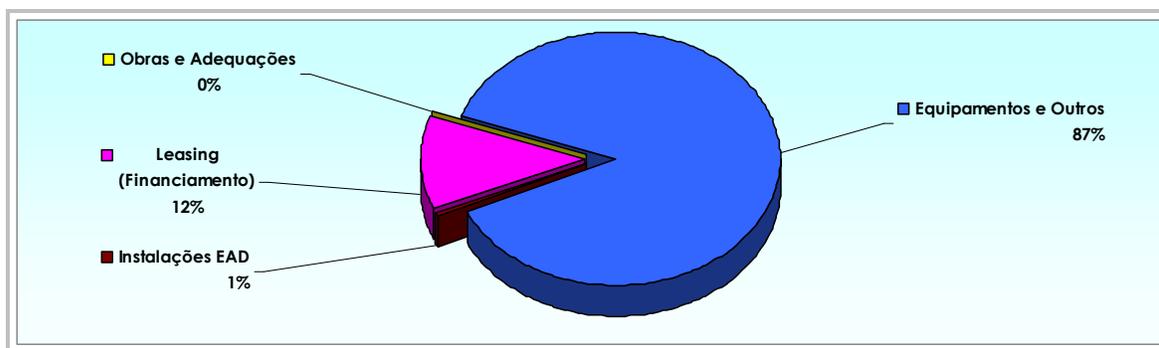
| | | | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Investimentos orçados | (6.656) | (7.512) | (8.037) | (8.580) | (9.144) |
| Total de despesas e investimentos | (124.350) | (128.398) | (134.305) | (139.994) | (145.938) |
| Saldo do exercício anterior | 2.814 | 3.174 | 3.037 | 1.527 | 967 |
| Recursos a serem investidos | 3.174 | 3.037 | 1.527 | 967 | 1.435 |

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

| Discriminação | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Receita faturada | 218.677 | 229.611 | 241.092 | 253.146 | 265.803 |
| Renegociação de dívidas | 12.693 | 13.328 | 13.994 | 14.694 | 15.428 |
| (-) Bolsas de estudo | (40.865) | (42.908) | (45.053) | (47.306) | (49.671) |
| (-) Descontos concedidos | (22.831) | (23.972) | (25.171) | (26.429) | (27.751) |
| (-) Inadimplência | (13.948) | (14.646) | (15.378) | (16.147) | (16.954) |
| Total de receita gerada | 153.726 | 161.413 | 169.483 | 177.958 | 186.855 |
| Despesas com pessoal | (100.694) | (104.722) | (108.911) | (113.267) | (117.798) |
| Despesas gerais e administrativas | (40.510) | (42.423) | (44.437) | (46.558) | (48.789) |
| Despesas totais | (141.204) | (147.145) | (153.348) | (159.825) | (166.587) |
| Investimentos em tecnologia contratados | (1.215) | (1.155) | (1.097) | (1.042) | (990) |
| Total gerado/investido anos anteriores | (1.215) | (1.155) | (1.097) | (1.042) | (990) |
| Investimentos orçados | (9.729) | (10.337) | (10.969) | (11.628) | (12.313) |
| Total de despesas e investimentos | (152.149) | (158.637) | (165.414) | (172.494) | (179.890) |
| Saldo do exercício anterior | 1.435 | 3.013 | 5.789 | 9.858 | 15.321 |
| Recursos a serem investidos | 3.013 | 5.789 | 9.858 | 15.321 | 22.286 |

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

| Investimento | 2001 a 2006 Realizado | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-------------------------------|-----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Reformas / obras / adequações | 23.275 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Equipamentos e outros | 30.712 | 6.283 | 7.286 | 7.971 | 8.580 | 9.144 | 9.729 | 10.337 | 10.969 | 11.628 | 12.313 |
| Instalações EAD | 893 | 373 | 226 | 66 | - | - | - | - | - | - | - |
| Leasing (Financiamento) | 3.609 | 1.920 | 1.492 | 1.418 | 1.347 | 1.279 | 1.215 | 1.155 | 1.097 | 1.042 | 990 |
| Total de Investimentos | 58.488 | 8.575 | 9.004 | 9.454 | 9.927 | 10.423 | 10.945 | 11.492 | 12.066 | 12.670 | 13.303 |

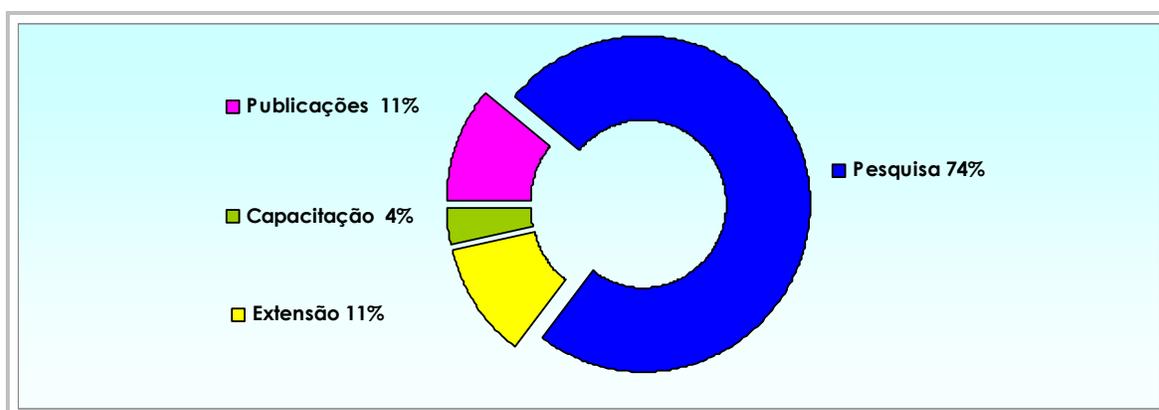


QUADRO 17 - Previsão orçamentária para dispêndios com pesquisa, extensão, capacitação docente e publicações

No Quadro 17 estão representados os valores previstos a serem aplicados com projetos e publicações acadêmicas e científicas.

Demonstrações financeiras (em R\$ mil)

| Áreas | 2001 a 2006 Realizado | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Acumulado |
|--------------------|-----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Pesquisa | 15.557 | 2.197 | 2.272 | 2.218 | 2.374 | 2.539 | 2.714 | 2.900 | 3.098 | 3.307 | 3.529 | 27.148 |
| Extensão | 1.839 | 330 | 341 | 333 | 356 | 381 | 407 | 435 | 465 | 496 | 529 | 4.072 |
| Capacitação | 1.152 | 110 | 114 | 111 | 119 | 127 | 136 | 145 | 155 | 165 | 176 | 1.357 |
| Publicações | 1.792 | 330 | 341 | 333 | 356 | 381 | 407 | 435 | 465 | 496 | 529 | 4.072 |
| Total Anual | 20.340 | 2.966 | 3.067 | 2.994 | 3.205 | 3.428 | 3.664 | 3.916 | 4.182 | 4.465 | 4.764 | 36.650 |



11.8 - Considerações finais

As demonstrações contábeis e financeiras são publicadas em jornal de grande circulação nacional e são objetos de parecer de auditoria externa.

O IMS enquadra-se no artigo 150, inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal e artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional (CNT).